



Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Mestrado em Sociologia

PATRÍCIA MARÍLIA FÉLIX DA SILVA

**Pessoas em situação de rua em Recife: Cidadania através do trabalho como
uma alternativa**

Recife
2015

PATRÍCIA MARÍLIA FÉLIX DA SILVA

**Pessoas em situação de rua em Recife: Cidadania através do trabalho como
uma alternativa**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Liana Lewis

Co-Orientador: Remo Mutzenberg

Recife
2015

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva CRB4-1291

S586p	<p>Silva, Patrícia Marília Félix da. Pessoas em situação de rua em Recife : cidadania através do trabalho como uma alternativa / Patrícia Marília Félix da Silva. – Recife: O autor, 2015. 174 f. : il. ; 30 cm.</p> <p>Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Liana Lewis. Coorientador: Prof. Dr. Remo Mutzenberg. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco.CFCH. Programa de Pós-graduação em Sociologia, 2015. Inclui referências e apêndices.</p> <p>1. Sociologia. 2. Pessoas desabrigadas – Recife (PE). 3. Pobreza. 4. Cidadania. 5. Trabalho. 6. Trabalho. I. Lewis, Liana (Orientadora). II. Mutzenberg, Remo (Coorientador). III. Título.</p> <p>301 CDD (22.ed.)</p> <p>UFPE (BCFCH2015-77)</p>
-------	--

PATRÍCIA MARÍLIA FÉLIX DA SILVA

Pessoas em situação de rua em Recife: Cidadania através do trabalho como uma alternativa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Sociologia.

Aprovada em: 27 de Fevereiro de 2015

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Liana Lewis

Presidente e Orientadora (Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/Programa de Pós-Graduação em Sociologia)

Prof^ª. Dr^ª. Maria Lúcia Lopes da Silva

Membro Titular Externo (Universidade de Brasília – UNB/Programa de Pós-Graduação em Política Social)

Prof. Dr. Artur Fragoso de Albuquerque Perrusi

Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/Programa de Pós-Graduação em Sociologia)

Dedico este trabalho a todas as pessoas em situação de rua de Recife, que sofrem cotidianamente os efeitos perversos da desigualdade social provocada pelo capitalismo, com a esperança de que os resultados desta pesquisa possam contribuir minimamente para o exercício de cidadania dessas pessoas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente e, principalmente, a todas as pessoas em situação de rua que, direta ou indiretamente, colaboraram com minha pesquisa, por terem permitido que eu conhecesse um pouco de sua realidade e, assim, pudesse tecer problematizações sociológicas. Conversar com alguém em estado de tão grande vulnerabilidade foi um dos maiores aprendizados do meu período do mestrado. Sinto-me privilegiada por ter podido sentar-me em praças de Recife e poder ter estabelecido profícuos diálogos com quem sofre pesadamente as consequências da pobreza e da desigualdade social no Brasil, bem como da truculência e discriminação do Estado, sobretudo através de seu aparelho repressor. São aprendizados indelévels e marcantes, que aguçam a minha crítica à desigualdade social perpetrada pelo capitalismo. Por isso, fazer este trabalho, envolver-me com estas questões, foi um exercício de militância também.

Em seguida, agradeço imensamente às pessoas que me facilitaram o acesso a essas pessoas, com destaque para Tonho das Olinda, do Grupo Ruas e Praças, e Severino, da Associação Beneficente O Pequeno Nazareno. Trata-se de dois grandes educadores sociais que conhecem, como poucas/os, as ruas do Recife sob uma perspectiva da pobreza extrema e da “exclusão”. Com eles tive o privilégio de fazer um mapeamento de onde se concentram as pessoas em situação de rua em Recife; pude entender um pouco da dinâmica da rua. Igualmente, agradeço aos funcionários d’O Recomeço, do Grupo Ruas e Praças, do Centro de Reintegração Social, do Centro POP Neuza Gomes e do Centro POP Glória.

Ao acompanhamento da minha orientadora Liana Lewis, que me deu autonomia no delinamento da minha pesquisa e esteve sempre atenta a esta durante todo o processo do mestrado, com observações pertinentes ao andamento deste estudo. Ademais, sou-lhe muito grata por toda sua condução ao final do processo, desde o cuidado na formação da banca de defesa, às leituras atentas das versões desta dissertação, as quais em muito contribuíram a minha análise dos dados e do marco teórico para subsidiá-los.

Agradeço também ao meu Co-orientador Remo Mutzseberg, o qual, mesmo à distância em seu pós-doutorado, esteve atento aos meus emails e me ajudou significativamente.

Às discussões durante a disciplina Leitura Dirigida, com foco na cidadania, ministrada pelo profº Remo e em companhia de colegas da minha turma de mestrado. Foram momentos muito ricos, onde (des)construímos aprendizados, que muito me serviram à escrita da dissertação.

Às ricas contribuições da profª Maria Eduarda Rocha na Defesa do Projeto, as quais influenciaram significativamente a realização desta pesquisa.

À minha mãe, pelo cuidado e estímulo que recebi para estudar desde criança, embora seja uma das muitas que não teve oportunidade de se dedicar aos estudos.

Ao meu amor, amigo, namorado, esposo, companheiro de militância, Maicon Vasconcelos, que me acompanhou durante todo o processo, desde a escolha em fazer mestrado em Sociologia, até os conflitos teóricos e metodológicos durante a elaboração deste estudo. E, ao final, sou grata pela sua lida acurada deste trabalho, que me ajudou em correções e aprimoramento do conteúdo. Ademais, seu amor também esteve comigo durante o dia da defesa, na comemoração e no momento final de depósito na biblioteca. Além do carinho, amor e atenção que nunca me faltaram desde que decidimos “voar juntos”.

Ao Coletivo Aurora, que, através de nossas discussões políticas, articulando práticas e teorias, minha acuidade sobre o entendimento crítico da realidade social foi aumentada. Ademais, sou grata à compreensão do grupo no momento em que tive que me afastar das atividades diárias para dedicar-me ao fim deste trabalho. Rodrigo, Thiago, Emelly, Islan, Eduardo, Marcelo, Cynthia, Lucas, Kelane, Maésia, Leo, Vanessa, Daniel.

À Associação Pernambucana de Anistiados Políticos (APAP), especialmente à Lourdinha, Campos, Maurílio, Elvira, Lenise, Rosa. Com estas e estes tive grande aprendizado sobre o processo de pobreza e desigualdade social no seio do capitalismo, bem como de estratégias de transformação social.

À Vanessa Lima, pelas consultorias em Português, que me ajudaram a deixar este texto mais claro. E pela amizade, e pelas risadas... Boas risadas...

Às contribuições da examinadora externa e do examinador interno que aceitaram o convite para participarem da defesa deste trabalho. Sou muito grata às críticas que ambos fizeram a este trabalho durante minha defesa.

Ao CNPq que, pela concessão de bolsa durante todo o tempo do mestrado, possibilitou a realização dessa pesquisa e meu sustento material.

“Sim, somos nós que estamos nas calçadas
Sim, somos nós que estamos nas prisões
Nos alagados (aah)

Sim, somos nós os marginais
Sim, somos nós brutalizados
Os favelados dos porões do inferno
O inferno é aqui(4x)

Sim, somos nós os sem direitos
Sim, somos nós os imperfeitos, somos os negros

Sim, somos nós filhos de Jah
Sim, somos nós perseguidos
Os habitantes dos porões do inferno
O inferno é aqui(4x)”

Somos Nós – Edson Gomes

“É como a gente fosse esquecido pra sociedade, num existisse.”

(João – Um dos entrevistados)

RESUMO

Num contexto de pobreza extrema e desigualdade social provocadas pelo capitalismo, o Brasil figura como um dos países que abriga grande número de pessoas em situação de rua. Estas enfrentam, cotidianamente, dificuldades para garantirem sua mínima sobrevivência, como a alimentação e um local para dormir. O desemprego, por sua vez, consiste no principal fator que gera a situação de rua, num enfraquecimento ou quebra de laços familiares e/ou comunitários, gerando prejuízos no exercício da cidadania. Nesse sentido, esta dissertação tem como objetivo investigar, através do materialismo histórico-dialético, as principais dificuldades enfrentadas pelas pessoas em situação de rua para saírem dessa circunstância mediante um exercício cidadão, sobretudo por meio do trabalho. Para tanto, foram contactadas pessoas em situação de rua adultas, por via das principais instituições que lidam com estas em Recife, a saber: IASC, Centro POP Neuza Gomes, Centro POP Glória, Grupo Ruas e Praças, Associação Beneficente O Pequeno Nazareno. A partir de entrevistas e questionários realizados com essas pessoas, verificou-se, com base em análise qualitativa, que as mesmas vivenciam o desemprego como o principal entrave para saírem dessa circunstância, na medida em que a inserção empregatícia tem sido dificultada pelo déficit de formação educacional e profissional que possuem. Assim, as pessoas em situação de rua apresentam carência no exercício cidadão, visto que, na contemporaneidade, o trabalho, através da renda que proporciona, consiste numa das principais formas deste exercício, mediante a possibilidade de inserção em diferentes espaços sociais que satisfaçam, no mínimo, necessidades concretas, como alimentação, moradia, saúde, etc.

Palavras-chave: Pessoas em situação de rua. Pobreza. Cidadania. Trabalho. Desemprego.

ABSTRACT

In the context of extreme poverty and social inequality caused by capitalism, the Brazil is the one of the countries in which there is big number of homelessness. These people face, daily, difficulties to ensure their minimum survival, such as food and a place to sleep. The unemployment, in turn, consistis in the main factor which sequence the homelessness, in a weakening process or breaking family and/or community ties, thus prejudices in the exercice of the citizenship. Therefore, this dissertation aims to investigate, through of the historical and dialectical materialism, the main difficulties that homelessness face to get out of this circumstance through a citizen exercise, mainly through labour. Thereby, were contacted adult people homelessness, through the main institutions which assist these people in Recife, capital of Pernambuco, located in Northeastern Brazil. These institutions are: IASC, Centro POP Neuza Gomes, Centro POP Glória, Group Ruas e Praças, Beneficent Association O Pequeno Nazareno. From interviewees and questionnaires conducted with these people, it has been found, based on qualitative analysis, that the homelessness has the unemployment as the main obstacle to get out of this circumstance, according as the insertion employment has been hampered by deficit of educational and professional formation these people. Like this, the homelessness has lack in the practice of citizenship, because, nowadays, the work, through the income that provides, is one of the main forms this practice, through the possibility of insertion in different social spaces that satisfy, at least, concrete needs, such as food, dwelling, health, among others.

Key words: Homelessness. Poverty. Citizenship. Labour. Unemployment.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Marcadores de Transcrição	56
Quadro 2 – Quantitativo de Entrevistados	60
Quadro 3 – Demonstrativo do perfil dos entrevistados	61
Fotografia 1 – Centro do Recife/tarde – Praça da Independência	69
Fotografia 2 – Centro do Recife/noite – Agência Central dos Correios	69
Mapa 1 – Principais Pontos de Concentração de Pessoas em Situação de Rua em Recife – RPA – 1	71
Fotografia 3 – “Comunidade” – Rua do Imperador	80
Fotografia 4 – “Comunidade” – Praça da Independência	80
Quadro 4 – Último vínculo empregatício antes da situação de rua	99
Quadro 5 – Relação das pessoas em situação de rua que executam algum trabalho	107

LISTA DE SIGLAS

BPC – Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social

Centro POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

CRS – Centro de Reintegração Social

FEBEM – Fundação Estadual do Bem Estar do Menor

IASC – Instituto de Assistência Social e Cidadania

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHAD – Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

PED – Pesquisas de Emprego e Desemprego

PEM – Pesquisa Mensal de Emprego

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RPA – Região Político-Administrativa

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA DIANTE DO DESEMPREGO E DA LUTA PELA CIDADANIA	19
2.1	Pobreza, exclusão e desigualdade social no Brasil: uma análise a partir do capitalismo dependente	19
2.1.1	Classes sociais: elemento importante para o entendimento das desigualdades sociais que se refletem na situação de rua	27
2.1.2	Processo de integração do negro na sociedade de classes e a composição deste no Exército Industrial de Reserva	29
2.1.3	Pessoas em situação de rua: uma caracterização necessária	33
2.2	Trabalho, desemprego e informalidade	38
2.3	Cidadania no Brasil	44
2.3.1	Cidadania: disputa em torno de seu significado	45
2.3.2	Políticas públicas como meio de exercício cidadão	49
3	DA TEORIA À PRÁTICA: PERCURSO TRAÇADO NO CAMPO EMPÍRICO E NA CARACTERIZAÇÃO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	51
3.1	Aproximação junto às pessoas em situação de rua	51
3.2	Técnicas de pesquisa empregadas	55
3.3	Ferramenta analítica: Materialismo histórico-dialético	57
3.4	Perfil das pessoas em situação de rua contactadas	60

4	CARACTERIZAÇÃO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM RECIFE	68
.....		
4.1	Principais características verificadas	68
4.2	Motivação para ir às ruas	83
5	“SEM TRABALHO, VOCÊ É NADA”: RELAÇÃO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA COM O TRABALHO	98
.....		
5.1	Trabalho anterior à situação de rua: vínculo precário	98
5.2	Situação atual: luta por trabalho e discriminação	107
5.3	Saída da situação de rua: trabalho como facilitador	113
5.4	Busca por emprego e suas dificuldades	125
5.4.1	Tipo de trabalho mais almejado	126
5.4.2	À procura de emprego: dificuldades encontradas	128
.....		
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS (Situação de rua: é possível acabar?)	138
.....		
	REFERÊNCIAS	142
.....		
	APÊNDICES	
	APÊNDICE A - Questionário aplicado às pessoas em situação de rua	154
	APÊNDICE B - Roteiro das entrevistas com as pessoas em situação de rua	173

Introdução

“Situação de rua não é nada fácil (...) Só vivendo pra crer, o que realmente, (...) é difícil demais viver na rua. Você não tem conforto nenhum, não tem segurança nenhuma, entendeu? Você só depende de você e Deus.” (Laura).¹

A crise do capitalismo como condição inerente desse sistema, a qual provoca carências extremas e aprofunda níveis de pobreza, miséria e desigualdade social, tem se tornado mais nítida nos últimos anos. Trata-se de um sistema classista no qual impera o capital, que proporciona boa qualidade de vida a uma minoria e relega os demais à condição periférica de não acesso aos elementos favorecedores do exercício cidadão.

Como representante dessa conjuntura, e fulcro dessa pesquisa, têm-se as pessoas em situação de rua, as quais fazem parte do grupo populacional com dificuldades em satisfazer suas necessidades básicas, como alimentação e moradia. Assim, as ruas, sobretudo dos grandes centros urbanos, apresentam-se como alternativa à sobrevivência, por sua versatilidade, no que tange a perspectiva de trabalhos informais e ganho de esmolas que possam assegurar, pelo menos, a sua sobrevivência, a qual também pode ser garantida com a execução de pequenos furtos, tráfico de drogas, prostituição, etc. No entanto, estas atividades as expõem ao risco de discriminação e violência, para além do já corriqueiramente sofrido no ambiente da rua.

A situação de rua no Brasil configura-se como uma extensão da realidade das favelas existentes no país, denominadas, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como aglomerados subnormais. É muito raro encontrar uma pessoa em situação de rua que tenha gozado de boas condições de vida em momentos anteriores, de modo que se pode afirmar que a pobreza extrema é um elemento que permeia a vida dessas pessoas, constituindo-se numa realidade que tem perpassado inúmeras gerações. A situação de rua constitui-se numa resultante de múltiplos fatores determinantes, dentre os quais se encontram as drogas, o desemprego, a desagregação familiar, as más condições de educação.

As pessoas em situação de rua, quando não estão neste estado desde criança, tiveram sua infância vivenciada em favelas, comunidades construídas de forma desordenada, sem

¹ Depoimento de uma das pessoas em situação de rua entrevistadas para este estudo.

apoio do Estado em condições mínimas, como saneamento básico, coleta de lixo. Igualmente, são submetidas a precárias condições de educação, saúde, alimentação. São características desses locais as grandes deficiências em postos de saúde, estruturas de escolas, etc. Trata-se de uma realidade dura que, lamentavelmente, não tem sido superada com o transcorrer das gerações, tanto por falhas da gestão pública, quanto por interesses políticos que não concedem a esta questão o grau devido de importância, num contexto de luta de classes em que o Estado tem assumido os interesses da classe dominante.

Sabe-se que, atualmente, o Brasil tem sido considerado um dos países em desenvolvimento da América Latina, com um Produto Interno Bruto (PIB) que, se distribuído igualitariamente, supriria as necessidades básicas de todos os brasileiros. Entretanto, como tema recorrente na literatura e em debates acadêmicos e políticos, constata-se a existência de uma intensa desigualdade social, atrelada à falta de oportunidades a todos. Milhares de brasileiros, atualmente, passam fome e não têm onde morar. E, quando têm, trata-se de casas extremamente insalubres, sem condições ascéticas para os seres humanos, sendo necessário, muitas vezes, dividir o pouco espaço que têm de moradia com ratos, baratas, etc.

Dessa maneira, este contexto de extrema carência tem favorecido a ida de muitas pessoas à situação de rua, muitas dessas ainda quando crianças. Assim, a rua, com seus múltiplos atrativos, tem se mostrado como alternativa de sociabilidades.

No Brasil, o serviço de assistência social a essas pessoas é mínimo. Em algumas cidades do país, a exemplo de Recife, no âmbito das políticas públicas, existe alguma forma de suporte, a qual consiste, muitas vezes, em instituições que acolhem pessoas em situação de rua por um determinado período de tempo, podendo ser apenas durante o dia, durante a noite ou mesmo uma moradia temporária. Somando-se a estas, tem-se a atuação de Organizações Não-Governamentais (ONGs). Contudo, tais ações ainda são precárias e insuficientes para atender toda a demanda.

Diante dessas questões, meu interesse em estudar a população em situação de rua iniciou-se na graduação em Psicologia, a partir da experiência de estágio voluntário na Casa de Acolhida O Recomeço, um dos equipamentos do Instituto de Cidadania e Assistência Social (IASC), que atende mulheres, com ou sem filhos, em situação de vulnerabilidade social, incluindo a situação de rua. Mediante a aprendizagem do exercício da Psicologia e de discussões referentes a este, concluí que a realidade das pessoas em situação de rua tem como um dos principais contributos a desigualdade social provocada pelo sistema capitalista,

causando, assim, sofrimento psicossocial. Desse modo, para concluir o bacharelado, desenvolvi uma monografia, intitulada “(Re)inserção social para pessoas em situação de rua, a partir do trabalho, na sociedade do consumo”, na qual se constatou associação entre o trabalho e a (re)inserção social.

Partindo dessa constatação, tive o objetivo de, no mestrado, investigar a prática do IASC no tocante ao ato de proporcionar (re)inserção social para pessoas em situação de rua, sobretudo mediante o trabalho. Todavia, após a defesa do projeto, por indicação da banca e sob anuência da orientadora, o foco mudou e, ao invés de estudar a prática de uma instituição, inclinei-me a estudar a dinâmica das pessoas em situação de rua, compreendendo suas principais características, em relação ao trabalho.

Diante da problemática do fenômeno população em situação de rua e possibilidade da cidadania ser exercida pelo trabalho, esta dissertação tem como objetivo investigar as principais dificuldades enfrentadas pelas pessoas em situação de rua para saírem dessa circunstância através de um exercício cidadão, sobretudo mediante o trabalho, em Recife. Dentro desse objetivo, analisou-se a relação que as pessoas em situação de rua estabelecem com o trabalho, se executam alguma modalidade deste e quais as características do mesmo. Assim, buscou-se identificar os fatores que conduzem as pessoas em situação de rua a esta circunstância e à permanência nesta realidade, bem como verificar as principais estratégias de sobrevivência empreendidas por essas pessoas para saírem dessa condição.

A dissertação está estruturada em seis seções, sendo a primeira referente a esta introdução. A segunda, por sua vez, traça uma discussão teórica sobre as principais categorias que nortearam a pesquisa, a saber: pobreza, exclusão social, desigualdade social, pessoas em situação de rua, trabalho, desemprego, cidadania e políticas públicas. Nesse sentido, o fenômeno situação de rua é abordado enquanto condição inerente ao capitalismo - sistema que não favorece o exercício dos direitos dos/as trabalhadores/as -, bem como analisado sob a ótica de Florestan Fernandes através do conceito ‘capitalismo dependente’. Como caráter estrutural do capitalismo, há uma discussão do desemprego enquanto impulsionador da formação do exército industrial de reserva e do trabalho informal, que, diante do escasso leque de oportunidades, como a difícil integração do negro na sociedade de classes, tem favorecido a passagem de muitos à situação de rua. Esta seção termina com a abordagem da peculiaridade da cidadania no Brasil e a construção de políticas públicas direcionadas às pessoas em situação de rua.

A terceira seção trata do percurso traçado para o alcance de dados, desde as técnicas de pesquisas empregadas à ferramenta analítica utilizada. Esta seção também versa sobre o modo de aproximação junto às pessoas em situação de rua e o perfil das que foram contactadas.

A quarta aprofunda as características das pessoas em situação de rua em Recife, no período pesquisado. Igualmente, discute os principais fatores que conduziram estes indivíduos a esta circunstância e a permanência na mesma, bem como as estratégias de sobrevivência nas ruas e também para saírem dessa condição.

A quinta aborda a relação das pessoas em situação de rua com o trabalho, desde a precariedade de seus vínculos anteriores a esta situação, às circunstâncias atuais, em que há luta por trabalho e discriminação por quem não o consegue. Também, diante do fato dos entrevistados terem apontado o trabalho como facilitador da saída da situação de rua, esta seção analisa a relação do trabalho com a cidadania, aborda os tipos de trabalhos mais almejados e as principais dificuldades enfrentadas para consegui-los.

A última seção deste trabalho, a sexta, traz as considerações finais deste estudo.

2 AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA DIANTE DO DESEMPREGO E DA LUTA PELA CIDADANIA

2.1 Pobreza, exclusão e desigualdade social: uma análise a partir do capitalismo dependente

A pobreza consiste num significativo desafio há anos, tanto no que se refere a sua definição quanto às maneiras de combatê-la, sendo comumente definida como uma posição de pertencimento às camadas sociais que apresentam dificuldades em acessar recursos à satisfação de suas necessidades. Para Gough (1999), a pobreza está relacionada à carência no âmbito das necessidades básicas, as quais, para o autor, se não forem satisfeitas haverá prejuízos ao indivíduo, pois esta sociedade consiste em precondições universais que possibilitam a participação numa sociedade sem limitações em termos de saúde física e de autonomia na agência, referida à capacidade de fazer escolhas sobre o que fazer e como deve ser feito.

Como tais necessidades variam de acordo com a sociedade, pesquisadores sobre esta temática, com destaque para Townsend (1962), diferenciaram a pobreza entre relativa e absoluta. Assim, enquanto a última “está estreitamente vinculada às questões de sobrevivência física”, “ao não-atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital”, a pobreza relativa, por sua vez, “define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão” (ROCHA, 2006, p.11). Ao se analisar pobreza, deve-se atentar à dinâmica da sociedade; por exemplo, a condição de pobre em um país desenvolvido é diferente da verificada num país subdesenvolvido. “No Brasil, o conceito operacionalmente relevante é o de pobreza absoluta, já que um contingente significativo de pessoas não tem suas necessidades básicas atendidas” (ROCHA, 2006, p.43).

Uma das dificuldades de satisfação dessas necessidades reside no fato de, contra elas, haver um movimento enraizado em diversas partes do sistema capitalista em favor das necessidades do capital, que consistem na máxima aquisição de lucros, independentemente do bem-estar das pessoas ser preterido (GOUGH, 1999). Com a convergência de ações à realização das necessidades do capital, a compra da força de trabalho, numa dinâmica de

exploração desta, constitui-se numa prática constante e sistemática, degradando o/a trabalhador/a mediante sua alienação. Nesse processo, visto que o homem e a mulher se relacionam com o produto de seu trabalho como um objeto estranhado, este produto é apossado por outra pessoa mediante uma relação de senhorio.

Desse modo, tem-se que o desempenho das necessidades do capital gera pobreza, ou seja, esta consiste numa condição intrinsecamente relacionada ao capitalismo e a sua conseqüente produção de mais-valia. Quanto mais o/a trabalhador/a dispense energia executando o seu trabalho e, conseqüentemente, o nível de geração e acúmulo de riqueza é aumentado, mais se agrava o nível de pobreza. Ou seja, “o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão” (MARX, 2009, p.80).

No Brasil, constatam-se quadros de pobreza alarmantes, em que indivíduos são submetidos a condições precárias de sobrevivência, apresentando dificuldades para acessar os recursos mais prementes, como a moradia e a alimentação, sobretudo pela dificuldade econômica. E, as regiões Norte e Nordeste são as que possuem os maiores índices de pobreza do país. Para Rocha (2006, p.135), “a pobreza no Brasil tem um forte componente regional” e “o Nordeste permanece como a região mais pobre do país.”

Mesmo diante da dificuldade para definição da pobreza, é consenso entre os estudiosos e em documentos oficiais do Estado brasileiro, que as pessoas em situação de rua apresentam a pobreza como principal característica. E se trata de uma pobreza extrema, definida como a ausência de condições na aquisição de uma cesta básica alimentar.

Rocha (2006) estabelece uma tipologia da pobreza que divide os países em três grupos. No primeiro, a renda nacional não é suficiente para garantir as necessidades mínimas indispensáveis aos cidadãos, de modo que a pobreza absoluta torna-se inevitável. No segundo grupo, além da renda *per capita* ser elevada, os cidadãos desfrutam de bons serviços públicos e são beneficiados por transferências de renda. No terceiro grupo, em que se encontra o Brasil, embora a renda *per capita* seja suficiente para atender às necessidades dos cidadãos, há uma enorme desigualdade social, denotando-se que “a incidência de pobreza absoluta no Brasil decorre da forte desigualdade na distribuição do rendimento” (ROCHA, 2006, p.31).

Nessa direção, consoante Ivo (2008, p.24), a pobreza no Brasil não é resultante da ausência de riqueza nacional, pois este país apresenta um Produto Interno Bruto (PIB) próximo de países de desenvolvimento capitalista avançado. Esta “aparece, então, (...), como

efeito da desigualdade econômica e social, e, portanto, como questão política, já que interfere sobre as condições da justiça redistributiva do país.” Semelhantemente, Pereira (2006, p. 243) afirma que “o problema brasileiro no combate à pobreza não é a escassez de recursos, mas sim a extrema desigualdade, a ineficácia da maioria das políticas sociais vigentes.”

O conceito de pobreza difere do de desigualdade, o qual se refere

à distribuição diferenciada, numa escala de mais a menos, das riquezas materiais e simbólicas produzidas por uma determinada sociedade e apropriadas pelos seus participantes. Pobreza, por sua vez, significa a situação em que se encontram membros de uma determinada sociedade de despossuídos de recursos suficientes para viver dignamente, ou que não têm as condições mínimas para suprir as suas necessidades básicas (NASCIMENTO, 2003, p. 58).

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD (2014), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil, embora em ascensão ao ser comparado com anos anteriores, ainda é inferior em comparação com a média internacional, sobretudo devido à grande concentração de renda. Essa má pontuação no IDH, que tem como crivos avaliativos principalmente a escolarização, a expectativa de vida e a renda *per capita*, é diretamente influenciada pela desigualdade social. Numa lista de 187 países, na avaliação referente a 2013, embora o Brasil possua o nível maior que o da média da América Latina e Caribe (0,740) e esteja no grupo dos que apresentem o desenvolvimento humano elevado, superando a média do IDH deste grupo, que é de 0,735, ainda é um país que ocupa a posição 79^a, com o valor 0,744 (PNUD, 2014). Em termos de desigualdade de renda, o PNUD (2014), através de seu novo indicador, o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD), divulgou que a América Latina é o continente mais desigual do mundo e o Brasil o 4^o país mais desigual.

Nesse sentido, o Brasil apresentou, em 2013, o Índice de Gini² em 0,505, sendo a medida deste índice maior nas regiões Norte e Nordeste (BRASIL, 2014). A partir deste índice, o Brasil marcou a 11^a posição como o país mais desigual do mundo (PNUD, 2014). Já Recife, em 2011, foi classificada como a terceira cidade mais desigual do Brasil³. Em 2010, o Índice de Gini desta cidade foi avaliado em 0,68, segundo o Atlas do Desenvolvimento

² O Índice de Gini mede a desigualdade de renda da população de cada país, numa escala de 0 (zero) a 1 (um), em que 0 (zero) refere-se à completa igualdade de renda, em que esta é distribuída entre todos os indivíduos de forma absolutamente equânime e 1 (um) à total desigualdade, com toda a riqueza sendo concentrada nas mãos de uma única família.

³<http://www.brasil247.com/pt/247/pernambuco247/27540/Recife-%C3%A9-a-terceira-capital-mais-desigual-do-Pa%C3%ADs-desigualdade-indicadores-sociais.htm>

Humano no Brasil 2013⁴. Assim, “A desigualdade constitui uma ameaça considerável para o desenvolvimento humano, sobretudo porque reflete a desigualdade de oportunidades” (PNUD, 2014, p.21). O que se conclui, então, é que a “escandalosa desigualdade que concentra nas mãos de poucos a riqueza nacional tem como consequência níveis dolorosos de pobreza e miséria” (CARVALHO, 2008, p. 208).

Entretanto, a pobreza não é resultante apenas do processo de desigualdade social, de não distribuição de renda, pois a pobreza, inerente à própria estrutura da sociedade capitalista, é a base de sustentação desta. É a partir da relação de exploração, do trabalho alienado daqueles que detêm apenas a força de trabalho como meio de sobrevivência, que o capitalismo garante a geração de lucros exponenciais, de mais-valia, a um grupo minoritário de pessoas. Destarte, o fator que gera acumulação para poucos é o mesmo que gera empobrecimento de muitos.

No contexto da crise do capitalismo, teóricos engendraram conceitos para explicar o fenômeno, dentre os quais se destaca o de ‘exclusão social’, que passou a circular nos debates políticos e teóricos de forma mais significativa no final da década de 1980⁵, com o objetivo de explicar o empobrecimento em diversos países, inclusive nos europeus que desfrutavam de um Estado de Bem-Estar Social (*welfare state*), numa conjuntura em que se começou a constatar que a falta de moradia e de trabalho não se tratava de uma questão individual de inadaptação, e sim que era resultante de uma configuração social mais ampla, em que a precariedade e a marginalidade tornavam-se uma questão central e um risco passível de atingir a todos, diante do crescente desemprego (ZIONI, 2006).

O conceito ‘exclusão social’ abriga outros termos, como ‘desfiliação’, cunhado por Castel (1998). Embora o foco analítico deste autor seja a França e países semelhantes da Europa Ocidental, no período de declínio do Estado de Bem-Estar Social, o conceito ‘desfiliação’ assemelha-se ao de exclusão social aplicado no Brasil, visto que um de seus principais elementos consiste no desemprego, ou seja, a ausência de uma atividade remunerada que proporcione aos indivíduos a condição de se sustentarem, de terem a oportunidade de circular por espaços sociais diferenciados.

⁴ <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>

⁵ Considera-se que as primeiras obras que trataram da exclusão social são as seguintes: *Les dividendes du progrès*, de Pierre Massé, em 1960; *L'exclusion sociale*, de Jean Kanfler, em 1965; *Les exclus, un français sur dix*, de René Lenoir, em 1974 (ZIONI, 2006).

O processo de desfiliação é oriundo de um acúmulo de fracassos, como a dificuldade de inserção num trabalho, a ausência de ajuda da família e amigos e o não usufruto do sistema público de assistência social. Nessa situação, é comum o sujeito perambular pelas ruas, sem vínculo suficiente para assegurar sua proteção, embora consiga estabelecer vínculos com parceiros que estão na mesma circunstância, por exemplo, uma vez que este estado não significa completa ausência de vínculos. Nesse processo de pobreza, exclusão e desigualdade social, é difícil delimitar as divisórias entre os ditos excluídos e os que estão em estado de extrema vulnerabilidade social, pois “os excluídos são, na maioria das vezes, vulneráveis que estavam ‘por um fio’ e que caíram” (CASTEL, 1998, p.569, grifo do autor).

Segundo Neves (1994), essa linha divisória, conquanto conceba a integração de todos, é configurada mediante processos de subintegração e sobreintegração. Os subintegrados são despossuídos de capital e prestígio, condições presentes nos sobreintegrados. Embora a Constituição Brasileira assegure que todos são iguais perante a lei, possuindo direitos e deveres equânimes, aos sobreintegrados cabem os direitos, enquanto os deveres são reservados aos subintegrados. Isso porque nosso sistema jurídico, destituído de autonomia, tem sua aplicabilidade tendente a favorecer os interesses de quem está no poder político e econômico, prejudicando o exercício da cidadania. Ou seja, sua discricionariedade é de classes, e insere-se no fenômeno da luta entre estas.

O uso plural do conceito exclusão social o torna polissêmico, sendo aplicado, por exemplo, nos casos de pessoas em sofrimento psíquico, negros, homossexuais, dentre outras minorias segregadas e estigmatizadas. No entanto, “chamar de excluído todo e qualquer grupo social desfavorecido pode levar a contra-sensos, como aplicar um mesmo conceito tanto a moradores de rua quanto a pessoas que, apesar de portadoras de deficiência física, gozam de uma situação econômica bastante confortável” (OLIVEIRA, 1997, p. 3).

Diferentemente da concepção larga de exclusão social, que proporciona análises equivocadas, as primeiras aparições do conceito remetiam “à idéia de sobrevivência de uma população à margem do progresso econômico e da partilha dos benefícios da sociedade industrial” (LEAL, 2004, p.3). Dessa forma, o sentido de exclusão social mencionado nesta dissertação refere-se à desigualdade no acesso à distribuição das riquezas produzidas coletivamente, compelindo a maioria da população brasileira à precária situação socioeconômica. E, em consonância com Pochmann e Amorim (2003, p.10), considera-se que “o fenômeno da exclusão surge não apenas para aqueles segmentos sociais que já estiveram

incluídos em algum momento do tempo, mas também para aqueles que jamais passaram pela condição de inclusão.”

Outrossim, ainda de acordo com Oliveira (1997), a primeira acepção do conceito de exclusão social no Brasil referiu-se aos moradores de rua, ou os que, mesmo tendo onde morar, viviam em condições miseráveis, num patamar inferior ao da pobreza. Nesse caso, a exclusão social é um fenômeno que reflete as condições estruturais da sociedade, isto é, desemprego em alcance ampliado e multiplicação de empregos precários, incluindo “pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representação política” (SPOSATTI, 1996, *apud* WANDERLEY, 2007, p.20).

Este processo de exclusão está diretamente associado à ideia de modernidade, a qual, embora consista num período de avanços científicos que impactam diretamente na vida dos indivíduos em termos de melhorias e facilitações de sua condição de vida, a exemplo dos avanços na área da saúde, beneficia prioritariamente um pequeno grupo composto pela classe dominante. Aos demais, estes avanços tecnológicos, no contexto do capitalismo, significam mais degradação e intensificação do trabalho, materializada na forte pressão para que sejam produzidas mercadorias num ritmo exponencial. Acrescente-se que a modernidade, fundamentada na razão, não necessariamente gera progressos sociais que beneficiem a população, a exemplo da indústria bélica.

Analisando-se a conjuntura atual, constata-se que, ao mesmo tempo em que se verificam ideias revolucionárias de participação, facilitação de acesso a bens materiais e simbólicos, produção de riquezas e trocas econômicas, estamos numa sociedade que, num aparente paradoxo, exclui, impingindo o afastamento do lócus de decisões políticas. Assim, a exclusão social se alarga, aumentando “os contingentes populacionais que não encontram espaço no mercado e vagam pela cidade sem emprego e a maioria sem teto” (ARAÚJO, 1997, p. 41). Sem emprego satisfatório, muitos são prejudicados no acesso ao consumo do essencial à sobrevivência, ficando de fora do contrato social que deveria assegurar o desfrute de direitos sociais a todos. Segundo Nascimento (2003, p.64), essas pessoas são colocadas “no espaço da pobreza absoluta e, mormente, na fronteira da sobrevivência.”

Nesse sentido, Schwartzman (2004, p.32) questiona: “a pobreza seria uma contraparte inerente, o lado obscuro e inevitável do desenvolvimento capitalista, como Marx afirmou?”. Igualmente, Nascimento (2003) aponta a problemática da exclusão inserida na sociedade moderna, cujo ideal consiste em conferir igualdade jurídico-política entre todos. Todavia, o

caráter paradoxal é apenas em aparência, visto que é próprio do sistema capitalista a exclusão e a desigualdade social. Assim, com a modernidade “obtem-se um imenso poder econômico, mas ele não consegue resolver os problemas da qualidade de vida, como a alimentação, a saúde, a harmonia social, a educação, a solidariedade” (BUARQUE, 1991, p. 20).

Ainda que o processo de exclusão social não seja sinônimo das situações de pobreza e desigualdade, abarca-as. Desigualdade social consiste na assimetria na distribuição das riquezas produzidas coletivamente e está presente tanto na raiz da pobreza quanto na da exclusão. A pobreza, por sua vez, refere-se à condição de não dispor dos recursos necessários à satisfação de necessidades básicas, em termos de alimentação, moradia, saúde, lazer, etc, todos direitos que deveriam ser cumpridos. Exclusão social, da forma como é tratada neste estudo, consiste na condição que agrega a pobreza e é marcada negativamente pela desigualdade social. A exclusão social, embora afete o indivíduo em suas múltiplas faces, pois está atrelada a todo o contexto social que a legitima e a reproduz, é um processo originado, primordialmente, pelo desemprego (FLEURY, 2007).

A exclusão social, conforme exposto anteriormente, é ocasionada por um acúmulo de fracassos ocorridos ao longo da trajetória pessoal dos indivíduos e atinge grande contingente populacional formando “uma grande massa de população sobrando”, que é destituída das condições necessárias à inclusão no desenvolvimento atual, vivendo em circunstâncias de grande carência, as quais se transformam “num modo de vida” que “está se tornando mais do que um período transitório” (MARTINS, 1997, p.33). Esse modo de vida, portanto, é verificado na situação de rua, circunstância em que esse processo se agudiza e desencadeia-se a miséria, na qual o indivíduo é submetido a extremas dificuldades em acessar o recurso considerado mais premente: alimentação, condição mínima de subsistência.

Assim, grande parcela dos indivíduos que estão em processo de exclusão social é composta por trabalhadores/as que não se adequam à conjuntura atual do mundo do trabalho, sobretudo devido à reestruturação produtiva que proporciona afastamento dos menos qualificados. Portanto, embora esses/as trabalhadores/as, mediante processos de exclusão, constituam a população sobrando mencionada acima, são submetidos/as à inclusão precária em lugares residuais.

Dessa forma, indivíduos pertencentes a classes sociais destituídas de recursos e de oportunidades econômico-sociais, tais como as pessoas em situação de rua, apresentam grande dificuldade em percorrer trajetórias empregatícias e educacionais que os levem a

desfrutar de condições de vida mais satisfatórias. Baseando-se no caráter neoliberal, em que, falaciosamente, o sucesso é atribuído, mediante o discurso meritocrático, aos esforços individuais, são escassas as iniciativas de ações coletivas que beneficiem a todos, para minorar as desigualdades e promover distribuição da riqueza, ação imprescindível para combater a exclusão social. Respondendo à questão acima colocada por Schwartzman (2004), diante da irreconciliável luta entre as necessidades humanas e as do capital, tem-se que, de fato, a pobreza é inerente e inevitável ao capitalismo.

Esse panorama, portanto, baseando-se em Fernandes (1981), pode ser analisado como uma configuração de capitalismo dependente, o qual consiste numa organização em que a minoria da população desfruta de direitos e privilégios, ao passo que a maioria torna-se destituída de direitos mínimos, como educação, saúde, moradia, trabalho, num processo em que os benefícios advindos com a modernidade não são alastrados a toda população. Segundo Oliveira e Vasquez (2010, p.153, grifo dos autores),

A integração das classes desfavorecidas mediante a generalização da modernidade no espaço nacional exigiria um progresso econômico excepcional que permitisse absorver os “marginalizados do sistema” ao setor moderno, condição que extrapola a própria condição de capitalismo dependente.

Nesse capitalismo, um país se torna dependente do outro política e economicamente através da associação entre as burguesias destes países, as quais, conquanto parceiras, relacionam-se assimetricamente mediante processos de subordinação hegemônica, em que a burguesia nacional é subordinada à mundial. Esta última, por sua vez, explora e expropria o país dependente, em específico a classe trabalhadora. Assim, a burguesia não tende a se unir à classe trabalhadora para barrar o imperialismo, pois seus interesses são anagônicos e irreconciliáveis, e, além do mais, a exploração e a expropriação são necessárias para o triunfo do capitalismo. Por isso, verifica-se a possibilidade de um mesmo país assumir posições diferenciadas de imperialismo: ao mesmo tempo em que é subordinado, é capaz de exercer relações de dominação, como no caso brasileiro, o qual tanto é subordinado a países como os Estados Unidos da América, quanto exerce relação imperialista com alguns países do continente africano, a exemplo de Angola.

Nessa circunstância de condições desiguais, apenas uma minoria desfruta da mais-valia produzida pela maior parte da população, mediante trabalho alienado e superexplorado. Assim, o capitalismo, inerentemente, é gerador de desigualdades sociais. Segundo Fernandes

(1981), o capitalismo dependente não tem gerado autonomias, porém heteronomias. E, não se trata de relações entre nações, mas entre classes sociais, nomeadamente o conflito entre estas.

2.1.1 Classes sociais: elemento importante para o entendimento das desigualdades sociais que se refletem na situação de rua

Para entender as desigualdades, deve-se considerar os interesses envolvidos na luta de classes, em nível nacional e internacional, visto que a exclusão social das classes subalternas implica tanto na decadência de sua qualidade de vida, quanto no afastamento das decisões políticas.

O conceito de classe social utilizado neste trabalho é ancorado na perspectiva marxiana, em diálogo com Edward Thompson, para o qual a classe social não é uma categoria abstrata desvincilhada da realidade concreta, porém fruto de relações e tensões históricas vivenciadas pelos indivíduos, uma resultante de experiências partilhadas em comunidade. Portanto, é a partir dessas experiências que os indivíduos vivenciam processos de identificação mútua e articulam-se em prol de seus interesses, em oposição aos que têm interesses contrários aos seus.

Consoante Thompson (2001, p.277),

A classe se delinea segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior do conjunto de suas relações sociais, com a cultura e as expectativas a eles transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural.

Mediante estas experiências, vivenciadas em nível coletivo, num entrelaçamento de trocas, “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 1997, p.21). Assim, para Thompson, a formação da classe social se dá no contexto histórico de luta de classes. Ele define classe não como uma categoria ou estrutura, mas como um processo que ocorre nas relações humanas mediante a experiência. Embora a experiência da classe seja determinada pelas relações de produção em que o indivíduo está inserido, a consciência de classe também agrega elementos culturais. Ademais, segundo Thompson, o modo de produção não está reduzido à esfera

econômica, “visto que a classe é uma formação tanto cultural quanto econômica” (THOMPSON, 1987, p.13).

A classe, na perspectiva adotada aqui, define-se como um grupo de pessoas que compartilham modos de vida semelhantes, constituindo-se através de uma identidade que as diferenciam de outros grupos, possibilitando inserções culturais diferenciadas, numa dinâmica condicionada pelo modo de produção e detenção do capital, que conferem a existência de opressores/exploradores e oprimidos/explorados. Estes são forçados a vender, por preços muito baixos, sua força de trabalho, num processo de reificação característico do sistema capitalista. Dessa maneira, a condição classista engendra um conflito social irreconciliável, pois os detentores do capital, que em geral são os donos dos meios de produção, investem para viver à custa da classe trabalhadora, num processo de flagrante dominação sem consentimento desta. É nesse conflito, a partir de suas experiências cotidianas, que as pessoas compartilham de uma cultura política e passam a se identificar enquanto grupo com objetivos em comum, enquanto classe social, ‘classe para si’. A partir desse antagonismo de interesses, Thompson avaliou como característico da definição de classe social a luta de classes e a relação histórica.

Considera-se, assim, que as pessoas em situação de rua vivenciam a luta de classes, entre outros elementos, na busca por apropriação dos bens sociais, ao se reconhecerem enquanto grupo desfavorecido no que se refere à divisão das riquezas produzidas socialmente. Assim, o indivíduo se reconhece enquanto integrante de uma classe mediante o compartilhamento de experiências. São essas experiências comuns de sua realidade objetiva que engendram sua identidade e encadeiam seus interesses coletivos, reconhecidos como antagônicos de outro conjunto de indivíduos, porquanto, entre indivíduos de uma mesma classe, há “padrões em suas relações, suas idéias e instituições.” Nesse sentido, “a classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é a sua única definição” (THOMPSON, 1987, p.12).

No caso de pessoas em situação de rua há o partilhar, como fator preponderante, de características da pobreza extrema. Há o reconhecimento delas enquanto integrantes do grupo específico população em situação de rua, e, ao mesmo tempo, no grupo da pobreza de modo mais ampliado. Uma das características que as tornam semelhantes consiste na errância, que é a dinâmica de mudança constante dessas pessoas, movida por busca de comida, local para dormir, emprego, etc.

Por conseguinte, como crivos para captação e compreensão do objeto de estudo no processo de formação enquanto ser social e sua consciência, valendo-se do instrumental do materialismo histórico-dialético, esta pesquisa utilizou, como ponto de partida, a observação atenta do agir e das experiências dos indivíduos que compõem a população em situação de rua.

2.1.2 Processo de integração do negro na sociedade de classes e a composição deste no Exército Industrial de Reserva

O processo de integração do negro no Brasil é peça fundamental para o entendimento da formação da sociedade de classes, visto que as desigualdades e hierarquias nas relações raciais do período da escravidão continuaram, conquanto em formas diferenciadas, compondo o cenário brasileiro após o advento do trabalho livre (FERNANDES, 1978). Aqui, a importância desse processo é pertinente, pois o grupo dos que estão em situação de rua agrega um quantitativo saliente da população negra.

A abolição da escravatura não foi motivada por princípios de direitos universais, todavia por interesses capitalistas, uma vez que naquele contexto histórico de implantação do capitalismo no Brasil, fazia-se necessário a existência tanto de trabalhadores/as livres quanto de consumidores/as para adequarem-se à evolução do capitalismo mundial.

Consequentemente, não houve iniciativa expressiva de inclusão dos/as ex-escravos/as na sociedade capitalista, na nova ordem social marcada pela competitividade e estruturada em classes sociais. Na própria Lei da Abolição, nº 3.353, de 13 de Maio de 1888, consta apenas dois artigos que dizem o seguinte:

Art 1º “É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brazil.”

Art 2º “Revogam-se as disposições em contrário.” (BRASIL, 1888).

E, posteriormente a esta lei, pouco se fez para incluir estes/as ex-escravos/as a fim de que tivessem garantida sua sobrevivência mínima. Em contrapartida, criou-se uma lei para condenar a vadiagem, conforme será discutido na próxima seção. Os/as próprios/as escravos/as careciam de condições econômicas, políticas, inclusive psicológicas, de se integrarem. Nesse momento, muitos imigrantes chegaram ao Brasil e tiveram mais oportunidades de emprego do que os/as ex-escravos/as, sobretudo devido a sua preparação antecipada à ordem do sistema capitalista, a saber: disciplina ao trabalho, competição e

estabelecimento de contrato. Os negros apresentaram bastante dificuldade em se adequar à nova lógica de trabalho, fator que, somado às poucas oportunidades, inclinava-os, na maioria das vezes, a trabalhos do tipo biscates (FERNANDES, 1978).

Nesse contexto de limitações, os/as ex-escravos/as e seus/suas descendentes – compunham a maioria dos mais necessitados -, embora libertos/as, não tinham condições suficientes de exercer a cidadania, sobretudo pela contundente falta de assistência social do Estado. “Homens e mulheres já não eram escravos (...) Mas continuavam ‘escravos da necessidade’” (CARDOSO, 2010, p.74, grifo do autor). Igualmente, era comum a existência de crianças em situação de miserabilidade vagueando pelas ruas no limite da sobrevivência (PRIORE, 2000), pois “a abolição da escravidão não introduziu o princípio da igualdade nas relações sociais e econômicas” (BENEVIDES, 1991, p.194). Antes mesmo da abolição havia pessoas que, por não se adequarem aos trabalhos pesados exigidos pelo sistema escravocrata, embora fossem livres, eram excluídas, sem local fixo de moradia, “não encontravam forma de inserção estável” (KOWARICK, 1994, p.28).

Fernandes (1978) aponta que o negro, privado dos condicionantes à integração na sociedade, quando não vagabundavam, ocupavam os piores, extenuantes e mal pagos postos de trabalho. Passaram a desempenhar atividades em ocupações marginais do sistema capitalista; converteram-se em “elementos residuais do sistema social”, excluindo-se dos centros mais dinâmicos do capitalismo (FERNANDES, 1978, p.46); subsistiram na poeira de oportunidades dos trabalhos mais medíocres. Toda esta situação propiciou, como era de se esperar, situações de extrema pobreza e miséria; um processo de pauperização flagrante da população negra.

Essa herança colonial é um aspecto da continuidade de elementos “arcaicos” na sociedade brasileira e será uma das esferas típicas do regime de classes no Brasil, criando uma superpopulação excedente que o capitalismo dependente não conseguiria absorver, e mais do que isso, que passaria a ser um componente necessário do “cálculo econômico do capitalismo dependente” (MOTTA, 2012, p.86, grifos da autora).

Assim, “a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre os seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo” (FERNANDES, 1978, p.20). Desse modo, este grupo

populacional continuou na miséria e na degradação social, sem amparo do Estado por meio de políticas públicas. Desse, o que adveio foi a repressão.

Proporcionando à sociedade um meio de enriquecimento ilícito [representado pela escravidão] e deixando ao abandono os elementos que contribuíram para esse enriquecimento, o Estado é duplamente responsável pelo nosso desequilíbrio social e político. Essa responsabilidade ainda mais se agrava se atentarmos que o Estado, além de se beneficiar com a manutenção da propriedade servil, procurou, após a Abolição, a melhor forma de recuperação para a sociedade que dela também se beneficiou, situação em que nada condiz com os princípios de igualdade jurídica inscritos em nossa constituição (FERNANDES, 1978, p.89).

Ao contrário, até os dias atuais, no Brasil, negros compõem a grande maioria submetida à exclusão social, sofrendo múltiplas discriminações. “A proporção de negros (...) é substancialmente maior na população em situação de rua” (BRASIL, 2008a, p.7). Saliente-se que a escravidão não consiste no único fator explicativo a essas, pois a condição de negro, por si só, desencadeia discriminação racial, embora sua intensidade varie de acordo com a condição de classe.

Presentes nos lugares mais residuais da economia brasileira, os negros passaram a ocupar as camadas mais pobres e dependentes. Contudo, é mister ressaltar que a superpopulação excedente não era composta apenas por negros, mas, devido ao fato destes serem os mais excluídos do sistema de trabalho capitalista, passaram a compor a maioria desta superpopulação, resvalando, nos dias atuais, nas pessoas em situação de rua. Estas compõem um grupo dos que apresentam grandes dificuldades de circulação e inserção social em espaços de exercício de cidadania; compõem o que Marx chamou de exército industrial de reserva, ou superpopulação relativa.

Segundo Marx (1996), a superpopulação relativa é composta por um agrupamento de quatro frações. A primeira refere-se aos/às trabalhadores/as que em alguns momentos são repelidos e em outros são atraídos, no contexto das grandes indústrias, as quais costumam priorizar a empregabilidade de jovens. Marx denominou esta fração de *fluente* ou *flutuante*, a depender da tradução.

No processo em que a produção capitalista se apodera da agricultura, a demanda de trabalhadores/as rurais diminui. Estes, por sua vez, ficam no processo de latência para migrarem de setores tradicionais para os centros urbanos em busca de oportunidades empregatícias, compondo a fração da superpopulação relativa denominada de *latente*, a qual também agrega aqueles que estão no trabalho informal e desejam migrar ao formal.

A categoria, *estagnada*, é composta por trabalhadores/as que, conquanto estejam vinculados a algum emprego, estão em ocupações irregulares e muito mal pagas, submetidas a condições ínfimas e deterioradas de subsistência, abaixo do nível normal da classe trabalhadora.

A última fração, do *pauperismo*, abriga as categorias mais excluídas da sociedade, como vagabundos, prostitutas, doentes, etc; é o “lumpemproletariado propriamente dito” (MARX, 1996, p. 273). Dentro dessa fração, Marx estabeleceu três categorias: os aptos para o trabalho; os órfãos e as crianças indigentes, cuja oportunidade futura de serem absorvidos pelo mercado de trabalho é incerta; os incapacitados para o trabalho, compostos majoritariamente por aqueles em idade avançada para o trabalho, como os doentes e as viúvas.

Todas essas frações da superpopulação relativa encontram-se nessa situação por não terem suporte significativo do Estado e por serem consideradas inúteis ao desenvolvimento do capitalismo. “O que mais se destaca na análise de Marx é sua capacidade de relacionar os progressos da produtividade do trabalho alcançados pela indústria com a deterioração das condições de existência do proletariado urbano e dos trabalhadores rurais” (BRAGA, 2012, p. 17-18).

Se esta circunstância já não fosse prevista pelo capitalismo, dir-se-ia que vivem à margem do sistema. Porém, deve-se frisar que, no próprio funcionamento do sistema capitalista, o exército industrial de reserva constitui-se em peça imprescindível à sustentabilidade do mesmo. Segundo Bottomore (1993, p.144),

a existência de uma reserva de força de trabalho desempregada e parcialmente empregada é uma característica inerente à sociedade capitalista criada e reproduzida diretamente pela própria acumulação do capital, a que Marx chamou de exército de reserva do trabalho ou exército industrial de reserva.

Portanto, quando esta dissertação se refere à exclusão social, é ao afastamento da partilha de riquezas socialmente produzidas, conforme já detalhado acima.

Para Marx (1996, p.262-263),

se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se o tivesse criado à sua própria custa.

2.1.3 Pessoas em situação de rua: uma caracterização necessária

A situação de rua é um fenômeno bastante antigo, presente em diversas sociedades e de diferentes maneiras, sendo mais agravada em locais onde a pobreza é extrema. Na formação do sistema capitalista, com a Revolução Industrial e a urbanização, muitos tiveram suas terras confiscadas e seus meios de produção roubados, em continuação ao processo que, segundo Marx, constituiu a acumulação primitiva, que é “nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção” (MARX, 1996, p. 340). Assim, foram impelidos a procurarem trabalho na cidade, sobretudo para escaparem das sanções previstas contra a vadiagem.

Porém, diante da insuficiência de emprego para todos/as, a ausência de moradia e de rendimento gerava pobreza e o fenômeno denominado de vagabundagem, o qual consiste na situação em que indivíduos não conseguem formas de se sustentar e nem de venderem sua força de trabalho, em virtude das oportunidades restritas, ficando a perambular pelas ruas em busca de trabalho e de moradia (SILVA, 2009). Nesse sentido, “foram essas as condições histórico-estruturais que deram origem ao fenômeno do pauperismo, ao qual se vincula o que hoje se denomina população em situação de rua.” Este fenômeno, portanto, compõe “as condições históricas necessárias à produção capitalista” (SILVA, 2009, p.96).

No Brasil, com a abolição da escravatura, o quantitativo de pessoas que ocupavam as ruas aumentou, em virtude da precariedade da assistência aos/às escravos/as recém-libertos. Quando recebiam alguma ajuda, era no âmbito dos atendimentos assistencialistas, muitas vezes com base no trabalho filantrópico de igrejas. O Estado e a maioria da sociedade, sobretudo as classes dominantes, não encaravam essas pessoas como portadoras de direitos, adversamente, eram enquadradas como criminosas e vagabundas, motivo pelo qual se executava medidas com o fito de afastá-las dos grandes centros das cidades, mediante um processo de higienização social.

A própria vagabundagem passou a ser considerada contravenção, conforme o decreto-lei 3.688 de 1941, em seu artigo 59, o qual diz ser proibido “entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita” (BRASIL, 1941). Apenas em 2012, foi aprovado um projeto na Câmara dos Deputados para revogar este artigo. Porém, como ainda não foi aprovado no Congresso Nacional, até o

momento este artigo vige, embora seja apreciado como inconstitucional pelos juristas e em grande desuso, sobretudo depois da constituição de 1988⁶. Nota-se que, além da sociedade excluir essa população e relegá-la à fome, à miséria, ao desemprego, à poliforme falta de oportunidades, criou mecanismos de puni-lá por sua condição. Nesse momento, Era Vargas, o indivíduo era considerado cidadão se estivesse vinculado a um trabalho, num processo de cidadania regulada (SANTOS, 1987).

Semelhantemente, a mendicância também era considerada contravenção, de acordo com este mesmo decreto-lei, no artigo 60, o qual foi revogado apenas em 2009 (BRASIL, 2009b). Essas medidas estavam relacionadas ao processo de higienização social condizente com os padrões de civilização e modernidade que passaram a vigorar no início do século XX, os quais não eram compatíveis com a miséria e a mendicância.

Com a redemocratização do Brasil, na década de 80, a população em situação de rua foi inserida na pauta de reivindicações por garantia de direitos. A partir desse momento, políticas públicas foram criadas para atender este público, embora a prática ainda careça de muitas reformulações (BRASIL, 2013).

Toda esta situação de pobreza, exclusão e desigualdade social sequencia a passagem de muitos indivíduos à situação de rua, os quais “mostram ‘em carne viva’ as consequências objetivas e cotidianas dos modelos de desenvolvimento concentradores e injustos” (ESCOREL, 2003, p.139, grifo da autora). As pessoas em situação de rua, difíceis de serem conceituadas, formam um grupo composto por indivíduos provenientes de diversos contextos, motivados por diferentes questões a encararem a vida nas ruas como alternativa. Consoante Silva (2009, p.29), elas compõem um

grupo populacional heterogêneo, mas que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, em função do que as pessoas que o constituem procuram os logradouros públicos (ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e baixos de viadutos) e as áreas degradadas (dos prédios abandonados, ruínas, cemitérios e carcaças de veículos) como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente, podendo utilizar albergues para pernoitarem, abrigos, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias, no curso da construção de saídas das ruas.

⁶<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2010/09/viriato-um-dos-ultimos-processados-por-vadiagem-diz- sempre-trabalhei.html>

A partir de uma reivindicação do Movimento Nacional de População de Rua, em conjunto com demais representantes da sociedade civil presentes no 2º Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, em 2009, surge o decreto nº 7.053 de 23 de Dezembro de 2009, referente à formalização da Política Nacional para População em Situação de Rua, a qual consiste numa proposição e exigência desta reivindicação. E, no âmbito desta política, este movimento exigiu a adoção do conceito de população em situação de rua de Silva (2006, 2009), conforme apresentado acima⁷.

Ademais, as pessoas em situação de rua comungam “a ausência de trabalho assalariado e das proteções derivadas ou dependentes dessa forma de trabalho” (BRASIL, 2008b, p. 8). Também, devido aos seus vínculos frágeis, apresentam um déficit no nível de pertencimento comunitário.

Consoante Vieira, Bezerra e Rosa (2004), a situação de rua verifica-se de três maneiras: ficar na rua, que se refere a uma situação circunstancial; estar na rua, consistindo numa situação recente; ser da rua, atinente à moradia nas ruas de modo quase definitivo. “O que unifica essas situações e permite designar os que a vivenciam como população de rua é o fato de que, tendo condições de vida extremamente precárias, circunstancial ou permanentemente, utilizam a rua como abrigo ou moradia” (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 2004, p.93).

Em todos esses casos verifica-se o desemprego como um aspecto “que influencia a situação de rua” (COSTA, 2009, p.85). Ao passo que o desemprego assume um dos lugares mais significativos na trajetória de exclusão social, o emprego configura-se num dos elementos mais importantes à saída dessa condição. O desemprego atrelado ao não acesso à outra fonte de renda, à desagregação familiar, à condição de não ter uma casa para morar e ao uso de drogas, são situações comumente apresentadas como motivos para indivíduos irem morar nas ruas. A quarta seção deste estudo mostra os motivos mais correntes que conduzem à situação de rua, com base nos dados levantados neste estudo.

A população em situação de rua consiste num grupo difícil de ser contabilizado, pois apresenta como uma das características principais a errância. Ela não aparece nos censos

⁷ Informações obtidas na Carta de Brasília Aberta ao Presidente da República Federativa do Brasil, endereçada pelo Movimento Nacional da População de Rua em conjunto com demais representantes da sociedade civil presentes no 2º Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Carta_Aberta_aoPresidente_da_Republica_Federativa_do_Brasil.pdf>

brasileiros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizados desde 1872, visto que a contagem deste é efetuada por domicílio. A primeira iniciativa brasileira para contar a população em situação de rua foi realizada em São Paulo, em 1991, por iniciativa da Secretaria do Bem-Estar Social em conjunto a organizações não governamentais, contabilizando 3.392 pessoas nessa situação (VIERA, BEZERRA e ROSA, 2004). Depois, São Paulo realizou outras contagens, em 1994 e em 1996 (SOUSA, 2012). Todas essas não são reconhecidas como censo oficial devido às restrições territoriais (VIERA, BEZERRA e ROSA, 2004). Apenas em 2000, São Paulo realizou seu primeiro censo oficial, contabilizando 8.706 pessoas em situação de rua (SÃO PAULO, 2000). Em 2003, 10.399 (SÃO PAULO, 2003); em 2011, 14.478 (SÃO PAULO, 2011).

Outras cidades também realizaram alguns censos. Em 1995, em Porto Alegre, houve o primeiro censo desta população, contabilizando 302 pessoas adultas. Em 1999, contabilizou 427 pessoas adultas (SILVA, 2006). Já em 2011, Porto Alegre contabilizou 1.347 pessoas em situação de rua adultas (PORTO ALEGRE, 2012). Em 1998, Belo Horizonte contabilizou 1.120 pessoas em situação de rua, sendo 916 adultos (BELO HORIZONTE, 1998); em 2005, contabilizou 1.239, sendo 1.164 adultos (FERREIRA; MACHADO, 2007); em 2014, 1.827, sendo 13 menores de 18 anos (BELO HORIZONTE, 2014). Em 2004, Recife contabilizou 653 (SILVA, 2006); em 2005, Recife contabilizou 1.390 pessoas em situação de rua, das quais 888 eram adultas.⁸ A grande disparidade dos números entre esses dois anos deve-se ao fato de que em 2004 não foram contabilizadas as pessoas em situação de rua que se encontravam em albergues e em casas de acolhida. No momento, o governo de Pernambuco está se organizando para realizar um censo a nível estadual. Outras cidades, como Rio de Janeiro, realizaram censos semelhantes.

Em todas as cidades em que já houve mais de um censo, constata-se que a população em situação de rua aumentou. E o aumento poderia ser ainda maior, pois os números apresentados são questionáveis, devido à dificuldade em se quantificar esta população, sobretudo pela sua característica nômade. Salienta-se que, a depender do ano e da cidade, algumas metodologias empregadas não incluíram crianças e adolescentes.

No intervalo de agosto de 2007 a março de 2008 foi realizada, por iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, única até o momento de abrangência nacional, embora seja

⁸ <http://www.recife.pe.gov.br/pr/secsocial/populacaorua.php>

restrita a (71) setenta e uma⁹ cidades brasileiras. De acordo com esta pesquisa, os principais motivos para indivíduos utilizarem as ruas como moradia são os seguintes: alcoolismo e/ou drogas, desemprego e desavenças com pai/mãe/irmãos (BRASIL, 2008a). Embora seja difícil estabelecer o quantitativo de pessoas em situação de rua, esta pesquisa identificou 31.922 pessoas nessa condição acima de 18 anos. Até o momento, o Brasil não conseguiu desenvolver métodos de incluir tais pessoas nos censos demográficos, devido à construção destes ser com base em domicílios. Contudo, o IBGE tem avançado nessa direção e já realizou uma pesquisa experimental com o objetivo de incluir esse segmento da população no censo demográfico nacional¹⁰. Todas essas pesquisas realizadas até o momento, além do caráter censitário presente na maioria delas, visam à caracterização socioeconômica das pessoas em situação de rua, a fim de compreender quem são esses indivíduos e quais as motivações que lhes direcionaram a essa situação.

A situação de rua tem sido associada à vagabundagem, na medida em que é entendida como alternativa à recusa do trabalho, o qual é utilizado como parâmetro para avaliar os indivíduos em termos de moral. Assim, a pobreza, mormente a pobreza extrema, torna-se inaceitável para relevante parcela da sociedade, uma vez que é vista como falta de interesse do sujeito em procurar seus meios de sobrevivência, nas proximidades ao perigo e à marginalização (SOUSA, 2012). É comum as próprias pessoas em situação de rua internalizarem esse discurso negativizado e sentirem-se fracassadas.

Segundo Escorel, o ato de morar nas ruas consiste na ruptura mais extrema dos vínculos sociais, configurando-se na “distância do mercado de trabalho, problemas de saúde, ausência de moradia, perda de contatos familiares etc” (SCOREL, 1999, p.57). Mesmo que sejam apontados outros motivos para o indivíduo morar na rua, o desemprego consiste num fator subjacente à maioria desses, sendo um “dos principais motivos que conduzem as pessoas a viverem nas ruas” (SCOREL, 1999, p.175). Igualmente, de acordo com Snow e Anderson (1998, p.185), “o próprio desabrigo resulta em parte de problemas e tendências associadas com o mundo do trabalho remunerado.”

As pessoas em situação de rua, em grupo ou individualmente, passam o dia perambulando pelas principais capitais e ruas do país, numa relação paradoxal com o espaço

⁹ Vale ressaltar que as cidades Recife, São Paulo e Belo Horizonte não participaram da amostra, por já terem desenvolvido pesquisas semelhantes em anos anteriores. E Porto Alegre também não participou devido ao fato de estar envolvida numa pesquisa de cunho municipal, concomitantemente a do MDS.

¹⁰ <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/08/pesquisa-experimental-aborda-populacao-em-situacao-de-rua>

urbano, pois, conquanto componham o cenário da cidade, para grande parte do restante da sociedade parecem viver numa realidade paralela. Nessa rotina diária, sofrendo violência, discriminação e invisibilidade, dessemelhantemente do entendimento corriqueiro, a maioria das pessoas em situação de rua não está afastada do mundo do trabalho. Entretanto, o agravante consiste em que a maioria dos trabalhos desenvolvidos por elas esteia-se na precariedade, observada em atividades como limpar vidros de carro, flanelinha¹¹, prostituição, venda de verduras, frutas e pipocas, dentre outras.

2.2 Trabalho, desemprego e informalidade

Atualmente, mesmo com a abrangência dos direitos sociais para além da fronteira do emprego formal, o trabalho ainda é decisivo no acesso à cidadania, pois “continua sendo o principal fundamento da cidadania enquanto esta comporta, até prova em contrário, uma dimensão econômica e uma dimensão social” (CASTEL, 1998, p.580), por ser “referência não só economicamente, mas também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente dominante, como provam as relações dos que não o têm” (CASTEL, 1998, p.578).

Segundo Marx, em termos ontológicos, o trabalho é inerente à condição humana e esteio indispensável nas relações dos homens e das mulheres, pois, ao produzirem seus meios de existência e sobrevivência, produzem sua vida material, diferenciando-se do âmbito da pura natureza. Nesse aspecto, a consciência refere-se ao elemento fundamental que diferencia o trabalho humano das atividades executadas pelos outros animais, visto que o trabalho do homem e da mulher consiste na materialização de um projeto prévio de modificação da natureza. Através do trabalho é possível modificar a natureza para o suprimento de necessidades e, portanto, atribuir uma finalidade à própria existência, pois “o trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade -, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana” (MARX, 2011, p. 64-65). Este, portanto, é o tipo de trabalho concreto, o qual, juntamente ao

¹¹ Denominação atribuída a pessoas que, em grandes centros urbanos do Brasil, trabalham cuidando de carros em estacionamentos públicos, utilizando-se de uma flanela para limpar os carros e avisar de uma vaga disponível. É característica desse serviço a coação, pois os motoristas são obrigados a pagar para estacionar em um local público.

abstrato, compõe, no sistema capitalista, o duplo caráter do trabalho, conforme análise marxiana.

Destarte, essa peculiaridade do trabalho está relacionada às duas funções da mercadoria verificadas no sistema capitalista, ou seja, além do valor de uso, para gerar mais-valia no sistema capitalista, as mercadorias assumem valores de troca, num processo em que o consumo é impulsionado, gerando acumulação de riqueza por um lado e pobreza por outro.

Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso. (MARX, 2011, p.68)

Embora o trabalho constitua o ser humano, visto que as diferentes formas de organização social têm sido baseadas no trabalho e no fruto deste, na maioria dos casos torna-se penoso e sinônimo de sacrifício, sendo executado apenas visando à sobrevivência, de forma abstrata. “Mesmo fora do âmbito marxista, o caráter penoso do T. [trabalho] não é atribuído ao T. [trabalho] em si, mas às *condições sociais* em que ele é realizado nas sociedades industriais” (ABBAGNANO, 2000, p. 966, grifo do autor).

A partir da concretude das condições de vida da maioria dos brasileiros – não apenas destes –, raros conseguem atrelar o trabalho ao prazer, reconhecendo-se no que produz.

O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, *trabalho obrigatório*. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um *meio* para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza (*Fremdheit*) evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste (MARX, 2009, p.83, grifos do autor).

Esta condição estranhada do trabalho, portanto, a que a maioria dos indivíduos precisa se submeter para garantir seu sustento e o de seus dependentes, é uma das justificativas principais ao fato de o trabalho ainda ser central na contemporaneidade (ANTUNES, 2007), de modo que a centralidade do trabalho não se manifesta apenas em termos ontológicos.

Conforme Antunes e Silva (2010, p.9), “o trabalho ocupa dimensão central nas formas de (des)sociabilidade contemporânea.” Igualmente, ele constitui o indivíduo, pois age “como um suporte privilegiado de inscrição na estrutura social” (CASTEL, 1998, p. 24), e, assim, tem o potencial de fortalecer redes de sociabilidade e estruturar identidades (TELLES, 2001,

p.100), estando, portanto, atrelado ao exercício da cidadania, na medida em que o trabalho se constitui num meio para inserção em outros espaços, como moradia, saúde, alimentação, etc.

A existência de indivíduos que não precisam trabalhar não consiste num fator significativo para negar tal centralidade, visto que, mesmo nos casos em que o indivíduo dispõe de uma fonte de renda que lhe isenta da necessidade de executar alguma atividade remunerável, esta fonte, por sua vez, é proveniente do trabalho de alguém, quer seja do presente ou do passado.

Ademais, a centralidade do trabalho não está no fim porque, baseando-se na divisão marxiana de *trabalho abstrato* e *trabalho concreto*, mesmo diante da supressão do primeiro, situação improvável porque “enquanto perdurar o modo de produção capitalista, não pode se concretizar a eliminação do trabalho como fonte criadora de valor” (ANTUNES, 2007, 58), o trabalho concreto subsistirá, porque é o esteio das relações humanas. Este “cria coisas socialmente úteis, e que, ao fazê-lo, (auto)transforma o seu próprio criador”, de modo que este tipo de trabalho é vital (ANTUNES, 2007, p.90).

O trabalho considerado neste estudo não consiste na essência deste, mas no sinônimo de emprego, formal ou informal, pois “é menos a própria atividade do trabalho que proporciona satisfação do que os fatores ditos ‘extrínsecos’: segurança, relações sociais, salários, vantagens sociais, melhoria do nível de vida” (LIPOVETSKY, [1944] 2007, p. 267, grifo do autor).

Mesmo com o desenvolvimento da indústria e de ferramentas de trabalho, que poderiam melhorar a vida dos/as trabalhadores/as, tanto isso não tem acontecido, quanto os postos de trabalho formal diminuíram, impactando milhares de pessoas em todo o mundo a partir do aumento de empregos temporários, precários e das terceirizações em diversos âmbitos do mundo do trabalho, fato que ocasiona o desemprego estrutural e conseqüentemente o aumento do exército industrial de reserva. O desemprego consiste na incapacidade de inserção no mercado de trabalho e pode ser provocado por diversos fatores. Na contemporaneidade, com a globalização, predomina-se o desemprego estrutural, o qual é inerente à estrutura do capitalismo, através de diminuição ou mesmo extinção de postos de trabalho diante de avanços tecnológicos que atingem o modelo fordista/taylorista, com impacto mais agudo em países da América Latina, como o Brasil.

O desemprego estrutural consiste num fenômeno de desemprego generalizado que é consequência direta das mudanças ocorridas no mundo do trabalho. Assim, trata-se de um

processo generalizado do desemprego em que os indivíduos que buscam por emprego encontram bastante dificuldade para encontrá-lo, sobretudo pelo nível de exigência elevado. Em contrapartida, são características do contexto de ocorrência desse tipo de desemprego as alternativas de trabalhos mais desregulamentadas que diluem direitos trabalhistas, verificadas em terceirizações, privatizações e subcontratações, por exemplo. Ao mesmo tempo em que se aumenta a informalidade (ANTUNES; ALVES, 2004).

O desemprego no Brasil ainda tem alcançado altos níveis, relegando muitos indivíduos a precárias condições e conseqüentes dificuldades de sobrevivência. Conforme avaliação do IBGE, realizada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua¹² (PNAD Contínua), referente ao primeiro trimestre de 2014, a taxa de desemprego no Brasil ficou em 7,1% (IBGE, 2014). O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), através da Pesquisa de Emprego e Desemprego¹³ (PED), avaliou, para fevereiro de 2014, a taxa de desemprego no Brasil em 10,3%. Neste mesmo período, o DIEESE avaliou, em Recife, esta taxa em 12,2%¹⁴. Enquanto o IBGE, através da Pesquisa Mensal de Emprego¹⁵ (PME), calculou, em Recife, a taxa de desocupação em 6,4%. Também neste período, o IBGE constatou que a taxa de desemprego no Nordeste foi a maior do país, de 9,3%. A da região sul foi a menor, 4,3%¹⁶. No tocante aos/às trabalhadores/as informais, a região norte e nordeste são as que apresentam as maiores taxas, 30,2% e 29,6%, respectivamente¹⁷ (IBGE, 2014).

A diferença entre os dados apresentados pelo IBGE e pelo DIEESE é proveniente de diferentes metodologias utilizadas. O IBGE tem uma concepção de desemprego muito restrita. Quando se avalia os critérios de desocupação do IBGE, constata-se que muitos brasileiros, embora não executem alguma atividade que lhe gere rendimento, não são contabilizados nos

¹² A PNAD Contínua consiste numa pesquisa trimestral realizada pelo IBGE com o objetivo de produzir informações sobre a inserção da população brasileira no mercado de trabalho, incluindo nível de instrução, dados sobre trabalho infantil, migração etc.

¹³ A PED consiste num levantamento, de base domiciliar, realizado mensalmente pelo DIEESE em parceria com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), que avalia o emprego e o desemprego, abrangendo os seguintes locais do Brasil: Distrito Federal, Regiões Metropolitanas de São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Fortaleza.

¹⁴ <http://www.dieese.org.br/analiseped/2014/201402pedmet.pdf>

¹⁵ A PME trata-se de uma pesquisa realizada mensalmente para produzir dados sobre o mercado de trabalho. É realizada em seis capitais brasileiras: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

¹⁶ <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/06/1464194-taxa-de-desemprego-sobe-e-fica-em-71-no-primeiro-trimestre.shtml>

¹⁷ <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&idnoticia=2650&busca=1&t=pnad-continua-mostra-desocupacao-7-1-primeiro-trimestre-2014>

números de desempregados. Para fins de cálculos estatísticos de desemprego, considera-se o desemprego aberto, referente à situação em que indivíduos, integrantes da População Economicamente Ativa (PEA), não tenham nenhum vínculo de trabalho na semana de referência e que tenham procurado emprego nos últimos 30 dias em relação à semana de referência, estando em condições de assumir um trabalho nesta semana.

Assim, não se contabiliza no cálculo do desemprego do IBGE o desemprego oculto, que é verificado de duas maneiras: desemprego oculto pelo trabalho precário e desemprego oculto por desalento. O primeiro refere-se aos indivíduos que, diante da dificuldade em conseguir emprego, desempenharam atividades assistemáticas nos últimos 30 dias em relação à semana de referência, mesmo que precárias, como lavagem de pára-brisa de carros em semáforos. Essas atividades podem ser remuneradas ou não, como nos casos de ajuda em negócios de parentes. Já o oculto por desalento agrega os indivíduos que não procuraram emprego nos últimos 30 dias, independentemente da razão, mesmo por desestímulo do próprio mercado de trabalho, mas fizeram-no nos últimos 12 meses.

O DIEESE/SEADE, por sua vez, utiliza em seus cálculos tanto o desemprego aberto quanto o oculto, de modo que as taxas que geram são mais próximas da realidade brasileira. Todavia, esses dados ainda são questionáveis, sobretudo porque as pessoas em situação de rua, composta majoritariamente por desempregados, não são contabilizadas nesses cálculos de desemprego, uma vez que a metodologia dessas pesquisas é de base domiciliar.

Devido a essas baixas taxas de desemprego que são apresentadas, não expondo de modo claro a metodologia excludente em que é baseada, tem-se construído um discurso no Brasil de que o desemprego não está mais em níveis considerados alarmantes e, até mesmo, aproximando-se da situação de pleno emprego, situação em as taxas de desemprego são próximas de 3%. Todavia, Kon (2012, p.6) argumenta que “os indicadores utilizados para a análise das taxas de desemprego do país mascaram a percepção da real situação do mercado de trabalho e levam a discussões viesadas sobre a perspectiva de proximidade do pleno emprego.” Ainda segundo a autora, o pleno emprego pode ser analisado sob a perspectiva de que “em determinado momento a população economicamente ativa realiza o volume de atividade máxima que é capaz de realizar e pode dizer-se que o pleno emprego se traduz numa situação em que todo o indivíduo que se apresenta no mercado de trabalho a procura de ocupação a encontra” (KON, 2012, p.7).

Todavia, constata-se que esta situação não se verifica no Brasil e que, mesmo havendo aumento de postos de trabalho, os mesmos são precários. Ademais, embora o rendimento médio dos/as trabalhadores/as esteja crescendo, conforme se observa na PME de 2014, um número considerável de trabalhadores/as ainda recebe remunerações insatisfatórias para o suprimento de suas necessidades básicas (KON, 2012).

Além do desemprego, muitos empregados estão sob condições extremamente precárias. Segundo dados do PNUD (2014, p.3), “quase metade dos trabalhadores [do mundo] – mais de 1,5 mil milhões – trabalha em regime de emprego precário ou informal”. Esta situação tem como uma das consequências a reestruturação produtiva, a qual, além do desemprego, propicia flexibilização e precarização do trabalho e de direitos trabalhistas, conquanto o seja de modo peculiar a cada contexto geopolítico. Igualmente, este processo tem proporcionado a diminuição de empregos formais e estáveis *pari passu* ao aumento do trabalho temporário e informal. O trabalho informal tem se mostrado uma alternativa à sobrevivência de muitos brasileiros, compondo o precariado, ou seja, o proletariado precarizado (BRAGA, 2012), no qual também se verifica a presença de pessoas em situação de rua.

Os/as trabalhadores/as informais, cuja maioria é composta por pobres e excluídos socialmente, são os mais vulneráveis aos choques econômicos, visto que o trabalho informal apresenta a característica marcante de, na maioria das vezes, não fornecer garantia estável de sustentabilidade, justamente por seu caráter flexível. E uma das causas da pobreza é a ausência de recursos materiais suficientes à sobrevivência, que colocam os indivíduos abaixo de um limiar minimamente aceitável, comprometendo o acesso à saúde, à segurança, à educação, etc.

Com raras exceções em que o emprego informal oferece melhores condições de vida do que o formal, o informal é o mais precário e mais mal pago, destituído de condições de segurança ao trabalhador e a maioria dos que atuam no mercado informal submetem-se a grandes dificuldades para conseguir, pelo menos, o mínimo sustento, mesmo que assistemático, a exemplo dos biscateiros (BURSZTYN, 2003). Ademais, sobretudo devido as suas irregularidades, este tende a reduzir laços de solidariedade.

É importante salientar que as relações sociais não são baseadas unicamente no trabalho, pois “é sempre bom ter várias cordas no arco: lazeres, cultura, participação em outras atividades valorizadoras...”, mas, “exceto para as minorias de privilegiados ou dos pequenos grupos que aceitam suportar o opróbrio social, o que permite esticar o arco e fazer

partirem flechas em várias direções é uma força extraída do trabalho” (CASTEL, 1998, p.578).

2.3 Cidadania no Brasil

O conceito cidadania refere-se à garantia de direitos e deveres dos indivíduos que compartilham um mesmo agrupamento social, a fim de propiciar uma equânime participação social. Nesse âmbito, tem sido indispensável recorrer aos estudos de Marshall, o qual, através de uma análise da história da Inglaterra, formulou um modelo explicativo para o desenvolvimento da cidadania.

Neste modelo há uma hierarquia de direitos, sendo primeiro os civis, seguido dos políticos e findando com os sociais, numa sequência em que o antecessor prepara as condições para o sucessor. De acordo com Marshall (1967, p.63-64),

O elemento civil [da cidadania] é composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e os direitos à justiça. [...] Por elemento político, se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. [...] O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade.

Segundo Marshall, esses direitos conferem uma cidadania plena. Entretanto, este modelo linear de desenvolvimento da cidadania não pode ser aplicado universalmente. No caso brasileiro, consoante Carvalho (2008), os direitos sociais foram garantidos, na Era Vargas, antes dos direitos civis e políticos, embora com limitações.

No Brasil, o primeiro empreendimento significativo do Estado em assistir a população adveio das leis trabalhistas regulamentadas e organizadas (já vinham sendo conquistadas mediante lutas do operariado na República Velha¹⁸) no governo de Getúlio Vargas. Porém, esta medida direcionou-se, primordialmente, aos trabalhadores formais, incluindo muitos

¹⁸ Cf. “A Construção da Cidadania ao Longo dos Séculos” de Maria da Glória Gohn. Posição que se diferencia da noção de “Ideologia da Outorga”, apresentada por Ângela Maria de Castro Gomes em “A invenção do trabalhismo”.

imigrantes – mais bem quistos que os negros - que vieram trabalhar no Brasil, à revelia da população em extrema vulnerabilidade social, composta majoritariamente por negros egressos do sistema escravocrata (FERNANDES, 1978). A cidadania, neste momento, vinculava-se a esta modalidade de trabalho, através da qual “o indivíduo passava a ter existência civil e se transformava em cidadão” (TELLES, 2001, p.48).

Esta dinâmica excluía perversamente os desprovidos de condições de se inserirem no mercado formal, pois, baseando-se no conceito de ‘cidadania regulada’ de Santos, a carteira profissional de trabalho consistia numa senha ao desfrute da cidadania. Para o autor, esta cidadania enraizava-se “não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional. [...] São cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações *reconhecidas e definidas* em lei” (SANTOS, 1987, p.68, grifo do autor).

De toda forma, as leis trabalhistas do governo Vargas, embora limitadas, consistiram numa iniciativa para assegurar direitos sociais, os quais, juntamente aos direitos políticos e civis compõem o modelo ideal de cidadania que Marshall verificou na história da Inglaterra. Porém, este modelo, segundo o próprio Marshall, foi reconhecido como sendo contraditório ao capitalismo. Nesse sentido, Coutinho (2000, p.67-68) afirma que “só uma sociedade sem classes – uma sociedade socialista – pode realizar o ideal da plena cidadania, ou, o que é o mesmo, o ideal da soberania popular e, como tal, da democracia.”

2.3.1 Cidadania: disputa em torno de seu significado

A partir do final dos anos 70 e início dos 80 do século XX, uma nova concepção de cidadania passou a ser formulada, tendo como pressuposto a concepção do direito a ter direitos. Não se trata de uma limitação à garantia de direitos legais, uma vez que esta concepção abrange a criação de novos direitos, oriundos a partir de lutas e práticas coletivas concretas dos indivíduos em busca do reconhecimento de seus direitos (DAGNINO, 2004).

Esta concepção transcende o paradigma liberal de cidadania, que é embasado no prisma do individualismo, mediante direitos, deveres e liberdades individuais, a partir de inclusão e participação em algo já previamente estabelecido. “O que está em jogo, de fato, é o direito de participar na própria definição desse sistema, para definir de que queremos ser

membros, isto é, a invenção de uma nova sociedade” (DAGNINO, 2004, p.207-208). Dessa maneira, não se defende uma postura reformista, presente em muitos partidos políticos, por exemplo, mas, em contrapartida, persegue-se uma transformação radical da sociedade.

Trata-se, portanto, de um novo contrato social, de uma nova sociabilidade, na qual há uma reforma na moral e na intelectualidade, implicando na constituição de sujeitos ativos. Entretanto, a cidadania, sob os tentáculos do neoliberalismo, está atrelada ao mercado.

Tornar-se cidadão passa a significar a integração individual ao mercado, como consumidor e como produtor. Esse parece ser o princípio subjacente a um enorme número de programas para ajudar as pessoas a ‘adquirir cidadania’. (...) Num contexto onde o Estado se isenta progressivamente de seu papel garantidor de direitos, o mercado é oferecido como uma instância substituta para a cidadania (DAGNINO, 2004, p.209, grifo da autora)

Dessa maneira, a maioria dos indivíduos que não conseguem exercer esta cidadania liberal fica à margem, na pobreza, em sua majoritária na extrema pobreza.

No âmago da discussão sobre cidadania, Dagnino (2004) salienta a existência de uma ‘confluência perversa’, resultante de dois projetos políticos em disputa: um neoliberal e outro democratizante. A incongruência desses dois projetos elucida a existência implícita de termos que, em aparência, são nitidamente esclarecedores, como se fossem destituídos de necessidade de explicação. Entretanto, tais termos, a exemplo da cidadania, têm passado por uma crise de significado, chamada por Dagnino de “crise discursiva”, em torno da qual estes dois projetos disputam sua atuação e a reivindicação de seus conceitos na sociedade.

Nesse sentido, o conceito de cidadania é utilizado neste estudo como circunstância de igual oportunidade de participação social, numa atuação enquanto sujeitos sociais ativos, contribuindo ao desenvolvimento da sociedade. Trata-se, portanto, de uma cidadania ativa, a qual, num processo educativo, “supõe a participação popular como possibilidade de *criação, transformação*” (BENEVIDES, 1991, p.20, grifos da autora).

De acordo com Coutinho (2000, p.50), a cidadania é definida como a

capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado.

O autor explica que a luta pela cidadania consiste numa possibilidade de reapropriação dos bens sociais que foram concentrados nas mãos de poucos no processo de acumulação ocasionado pelo sistema capitalista. Ademais, a cidadania não é concedida “de uma vez para

sempre”, muito menos oriunda de cima para baixo. Ao contrário, ela “é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas” (COUTINHO, 2000, p.51). Assim, tem-se que a cidadania vai de encontro à lógica do capitalismo, geradora do antagonismo de classes sociais, conforme Gough (1999) apontou ao mencionar a dicotomia entre as necessidades humanas e as do capital.

No âmbito do conflito da cidadania com a lógica do capital, a cidadania liberal é a que tem se efetivado, na qual programas com o objetivo de democratizar a qualidade de vida sustentável têm se mostrado ineficientes, num “descompromisso político com o sofrimento do outro” (SAWAIA, 2007, p.8), resvalando no burocratismo e na inacessibilidade às pessoas em situação de rua. “Em vez de construir serviços públicos que atendam às necessidades de toda a população, a sociedade brasileira vem implantando serviços que solucionam os problemas de minorias privilegiadas, abandonando as grandes massas excluídas” (BUARQUE, 1996, p.63).

Essa dificuldade em assegurar a universalidade dos direitos reflete o discurso do projeto neoliberal, que defende a mínima intervenção do Estado na garantia de direitos, deixando “cicatrizes profundas no contexto das instituições públicas” (BURSZTYN, 2003, p.29), preconizando, também, uma concepção minimalista da política e da democracia, o que sequencia “o aprofundamento da exclusão exatamente daqueles sujeitos, temas e processos que possam ameaçar o avanço do projeto neoliberal” (DAGNINO, 2004, p.212).

Esse mesmo discurso propala a “cultura do favor”, prática injusta que tende a naturalizar a exclusão social (COUTO, 2009, p.42), fazendo com que o beneficiário de alguma assistência comumente se coloque e seja colocado numa posição de gratidão a um favor recebido pelo Estado, e não de cidadão em exercício do direito.

Segundo Dagnino (2004, p.211, grifo da autora),

com o avanço do modelo neoliberal e a redução do papel do Estado, as políticas sociais são cada vez mais formuladas estritamente como esforços emergenciais dirigidos a determinados setores sociais, cuja sobrevivência está ameaçada. Os alvos dessas políticas não são vistos como cidadãos, com direitos a ter direitos, mas como seres humanos ‘carentes’, a serem atendidos pela caridade, pública ou privada.

Essa prática configura-se como um subterfúgio para que a gestão pública isente-se de sua responsabilidade perante a construção de uma cidadania participativa. E, não há discussão profícua sobre a pobreza e a desigualdade, muito menos politização dos ditos excluídos quanto à sua realidade de ausência de um usufruto de justiça. Dessa forma, sob a anuência e a

inércia do Estado, ao invés de se formarem indivíduos atuantes na sociedade, que lutem pela construção e exercício de direitos, formam-se indivíduos tutelados. Uma das explicações dessa prática, consoante Carvalho (2008), consiste no fato de que no Brasil os direitos sociais foram assegurados anteriormente aos civis e aos políticos.

Ademais, saliente-se que a presença da palavra ‘cidadania’ em textos oficiais não é suficiente à garantia da mesma, pois “a cidadania construída e ampliada aparentemente no interior dos textos constitucionais encobre uma realidade de não-cidadania” (NEVES, 1994, p.267). Dessa forma, o exercício cidadão funciona apenas no âmbito discursivo, visto que autoridades se utilizam do discurso formal para justificarem sua ação, relegando à população a culpa pela não aplicabilidade da lei. Igualmente, “ao proporem e defenderem textos constitucionais (...) justificam simbolicamente ao público sua atividade no sentido da conquista da cidadania” (NEVES, 1994, p.267). Assim, a tarefa fundamental em relação aos direitos consiste em lutar pela sua efetivação, mais do que “o simples reconhecimento legal-positivo dos mesmos” (COUTINHO, 2000, p.63).

Diante dessa realidade, o trabalho tem se apresentado como o principal contributo ao exercício da cidadania, ainda que, não necessariamente, trate-se de uma cidadania ativa aos moldes de Benevides (1991) e Dagnino (2004). Pois, em nossa sociedade, é a partir do consumo/trabalho, na grande maioria das vezes, que o indivíduo consegue satisfazer suas necessidades básicas. Consoante Marx e Engels (2001, p.21, grifo dos autores),

somos obrigados a começar pela constatação de um primeiro pressuposto de toda a existência humana, e portanto de toda a história, ou seja, o de que todos os homens devem ter condições de viver para poder ‘fazer a história’. Mas, para viver, é preciso antes de tudo beber, comer, morar, vestir-se e algumas outras coisas mais.

Tendo-se tais necessidades asseguradas, aumenta-se a possibilidade de indivíduos participarem da construção e transformação social, exercendo, portanto, cidadania ativa. Contudo, ressalta-se, o exercício desta cidadania não está condicionado ao trabalho, sobretudo pela possibilidade - e defendo que se estimule - de indivíduos lutarem para participar na partilha das riquezas sociais, mesmo sem terem o autossustento garantido no momento em que lutam.

Além disso, assevera-se que nem todo trabalho tem o potencial de (re)inserção social, de modo que deve-se priorizar trabalhos dignos, que não tenham caráter exploratório e precarizado.

2.3.2 Políticas públicas como meio de exercício cidadão

Uma das formas de proporcionar o exercício da cidadania consiste na construção e na aplicabilidade de políticas públicas, as quais, embora não eliminem a estrutura de classes sociais inerente ao capitalismo, pode inibir adversidades provocadas por este, como é o caso da população em situação de rua. Segundo Teixeira, estas políticas consistem em

diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. (...) Devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos (TEIXEIRA, 2002, p.2).

As políticas públicas podem ou não ser condizentes com a necessidade da coletividade, visto que consistem num campo em que opera o conflito de classes. O Estado, que, por representar o coletivo, deveria assegurar a construção e aplicabilidade dessas, tem servido aos interesses da classe dominante. Desse modo, a maioria das políticas públicas tem sido formulada para sustentar o sistema capitalista, efetivando-se, enquanto função primordial, a amortização de danos causados pela injusta e desastrosa concentração de renda.

As políticas sociais, além de funcionarem como um paliativo, restando a ação inconveniente da população excluída, em última instância, favorecem financeiramente a classe dominante, porque sua execução está a cargo de empresas privadas, na maioria das vezes, e seus benefícios não são distribuídos de forma justa socialmente (SANTOS, et al, 2007, p.832).

No campo da assistência social não é diferente. Em 1993, foi criada a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS - Lei nº 8.742 de 1993), lei de grande envergadura que “garantiu o direito à assistência social como política pública”, numa amplitude universal (COUTO, 2009, p.41). Em 2004, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) foi criada para fortalecer e implementar as ações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o qual, estabelecido mediante deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social e prenunciado na LOAS, objetiva a materialização desta. De acordo com a PNAS, a assistência social, numa nova concepção, deve ser consolidada enquanto política pública e direito social, de responsabilidade do Estado, tendo a função de “desenvolver capacidades para maior autonomia. Neste sentido ela é aliada ao desenvolvimento humano e social e não tuteladora ou

assistencialista, ou ainda, tão só provedora de necessidades ou vulnerabilidades sociais” (BRASIL, 2004, p.10). Todavia, mesmo com a constituição de 1988 reconhecendo a assistência como direito de cidadania, a subsequente implementação da LOAS, da PNAS e do SUAS, o Estado ainda está aquém de assumir os compromissos firmados, e sem horizontes palpáveis de mudança, sobressaindo-se as práticas de assistencialismo e filantropia, em detrimento da autonomia e inclusão social.

Nesse sentido, verifica-se a prática corrente do Estado em transferir sua responsabilidade para o setor privado, a exemplo do financiamento de ONGs, as quais, muitas vezes, além de serem baseadas em práticas filantrópicas, não oferecem adequadas condições de trabalho, pois os contratados por estas instituições, geralmente via clientelismo, não são estimulados à militância por criação e efetivação de políticas públicas. Ao contrário, além de terem baixos salários, são explorados para produzirem dados a serem apresentados em relatórios a fim de que mais financiamentos sejam conseguidos através do Estado para a sustentação no emprego. Acrescentem-se, ainda, os desvios de recursos facilitados pelo fraco monitoramento.

Perante esta dificuldade no exercício da cidadania, permeada pela pobreza, “o vínculo dominante de inserção na sociedade moderna continua a ser a integração pelo trabalho” (WANDERLEY, 2007, p.23). Quem se afasta desse universo, e não possui outro tipo de renda para se sustentar, passa a ser visto como desnecessário, descartável, por não contribuir ao sistema de modo ordenado.

A despeito do discurso liberal de igualdade de oportunidades para todos, independentemente da classe, constata-se que trajetórias de vida consideradas sem sucesso não advêm de traços individuais, sobretudo porque a sociedade capitalista propicia a existência de excluídos, “a partir de mecanismos que impossibilitam, por princípio, o acesso de grande parte das pessoas ao mundo do trabalho” (GUARESCHI, 2007, p. 144), uma vez que “é próprio do capitalismo dividir, marginalizar e excluir” (LIMOEIRO-CARDOSO, 2000, p.110).

Todavia, no contexto de disputas verificadas no campo das políticas públicas, abrem-se possibilidades para efetivação, mediante lutas e mobilização, de políticas de interesse da classe trabalhadora, a fim de que, em termos de cidadania, possam desfrutar de um padrão de vida digno, no qual suas necessidades básicas sejam satisfeitas e, assim, atuem no mundo com autonomia, independentemente do trabalho.

3 – DA TEORIA À PRÁTICA: PERCURSO TRAÇADO NO CAMPO EMPÍRICO E NA CARACTERIZAÇÃO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

O interesse em estudar pessoas em situação de rua, conforme já mencionado, é proveniente da experiência de estágio voluntário, no final da graduação em Psicologia, numa casa de acolhida em Recife. Destarte, aumentei as reflexões sobre a influência da pobreza, exclusão e desigualdade social. Igualmente, este estágio foi importante para analisar as diferentes maneiras de sociabilidade das pessoas em situação de rua. A partir dessa vivência produzi minha monografia de bacharelado em Psicologia e construí um projeto de pesquisa a ser desenvolvido no mestrado em Sociologia, cujo resultado verifica-se nesta dissertação.

Esta pesquisa tem como público-alvo pessoas adultas em situação de rua, concentradas no centro de Recife.

3.1 Aproximação junto às pessoas em situação de rua

Para facilitar a interação e a concessão de informações necessárias à pesquisa, o pesquisador precisa desenvolver o *rapport*, processo de estabelecimento de empatia com o entrevistado e que é facilitado quando o entrevistador se apresenta numa atitude de aprendiz com as experiências do outro. Semelhantemente, é preciso conhecer a linguagem e a cultura dos entrevistados para evitar mal-entendidos e interpretações errôneas, sobretudo mediante o uso de termos desconhecidos pelo público-alvo, o que pode parecer desrespeito. Esses cuidados facilitam que o pesquisador não seja confundido com um espião.

Para evitar esta situação, recomenda-se a entrada no campo de pesquisa em companhia de alguém que seja membro do grupo a ser estudado. Esta companhia, por sua vez, facilita a aplicabilidade do ganho de confiança, processo imprescindível à espontaneidade dos entrevistados e à sensação de segurança dos mesmos de que estão participando de uma pesquisa séria. Nesse sentido, o acesso às pessoas em situação de rua foi estabelecido por meio de contato com as instituições abaixo, que lidam diretamente com estas pessoas, em Recife:

- IASC – Setor de Alta complexidade: Casa de Acolhida Temporária destinada a Mulheres – O Recomeço; Casa de Acolhida Temporária destinada a homens – Centro de Reintegração Social (CRS)
- Grupo Ruas e Praças - Organização Não Governamental
- Associação Beneficente O Pequeno Nazareno
- Prefeitura da Cidade do Recife – Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos – setor de Média complexidade – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP): Centro POP Neuza Gomes e Centro POP Glória.

Em relação às pessoas que estavam nas casas de acolhida, a aproximação foi mediada por funcionários da instituição, como coordenador, educador social, psicólogo e assistente social. A circunstância de está acolhido é considerada uma das modalidades da situação de rua, mesmo que o indivíduo não vivencie dinâmicas usuais desta situação, como dormir, alimentar-se e higienizar-se nas ruas.

No caso do acesso às pessoas em situação de rua através do Grupo Ruas e Praças e da Associação O Pequeno Nazareno, foi necessário alguns acompanhamentos às abordagens de rua para conhecer a dinâmica da rua, bem como estabelecer uma aproximação mínima junto a essas pessoas antes mesmo de iniciar as entrevistas, tendo como via principal de aproximação o educador social responsável pela abordagem.

Assim, andávamos pelas ruas do centro de Recife, especialmente pelos bairros Boa Vista, Santo Amaro, Santo Antônio e São José, todos localizados na Região Político-administrativa (RPA) 1¹⁹, em busca de crianças e adolescentes em situação de rua, público-alvo destas instituições. Todavia, era comum encontrar adultos juntos deste público, geralmente familiares, amigos e aqueles já atendidos, quando crianças e adolescentes, por estas organizações. Igualmente, encontravam-se adultos que não estavam mais em situação de rua, pois, com ajuda dessas instituições, conseguiram formas para seu autossustento, sobretudo através de algum vínculo de trabalho, na maioria dos casos, informal. Como exemplo, tem-se um jovem que fica na Praça Dezesete, no bairro Santo Antônio, trabalhando como flanelinha, com várias chaves penduradas na bermuda, denotando a confiança recebida

¹⁹ Recife é uma cidade dividida em seis RPAs, com o objetivo de facilitar a formulação e execução das políticas governamentais. A RPA-1 abrange os seguintes bairros: Recife, Santo Amaro, Boa Vista, Cabanga, Ilha do Leite, Paissandu, Santo Antônio, São José, Coelhoos, Soledade, Ilha Joana Bezerra.

pelos funcionários das instituições ao redor, com destaque para o Fórum Thomaz de Aquino Cirilo Wanderley. Nesses momentos também me encontrava com pessoas que já tinham realizado a entrevista e que vinham, espontaneamente, contar-me mais detalhes de sua história.

Após ter sido apresentada aos principais locais de concentração de pessoas em situação de rua em Recife, bem como ter conhecido algumas dessas pessoas e um pouco da dinâmica das ruas, as entrevistas foram realizadas, concomitantemente a essas abordagens. Caso não fosse possível fazer a entrevista numa determinada abordagem, marcávamos para outro momento.

Comumente encontrávamos, em praças, pessoas, com ou sem filhos, que, conquanto tenham moradia, aglomeram-se em espaços públicos, como calçadas e praças para conseguirem auxílios, tanto de órgãos públicos, como doações. Trata-se de pessoas que ficam nas ruas em apenas alguns turnos, dormindo, na maioria das vezes, em suas próprias casas. Esse número aumenta nas proximidades das festas natalinas, visto que se trata do período do ano em que se aumenta a comoção da sociedade a ajudar os mais necessitados. Portanto, esse é um indício significativo da carência dessa população, que está num limiar muito tênue entre ser ou não pessoa em situação de rua.

Nesse sentido, no período da pesquisa de campo, de novembro de 2013 a setembro de 2014, o qual inclui os momentos iniciais de acompanhamento às abordagens de rua com o fito do entendimento da dinâmica da rua, vivenciei algumas experiências marcantes que me ensinaram a dinâmica das pessoas em situação de rua, das quais citarei três.

Um dos dias de abordagem de rua teve sua programação modificada para acompanhar familiares e amigos a um enterro de uma menina em situação de rua, a qual foi estuprada e esquartejada por um desconhecido, ao ponto de ter seu corpo irreconhecível por familiares. Saliente-se que neste dia não foi possível fazer seu enterro, nem no seguinte; apenas meses depois. Esse fato, portanto, não teve a repercussão compatível ao seu grau de seriedade, sendo considerado, como mais um “invisível” morto e sem maiores explicações.

Em outro dia, estávamos na rua fazendo atividades lúdicas com jovens, quando um grupo de policiais chegou inesperadamente para fazer uma revista. Prontamente me distanciei acreditando que não seria revistada, quando o policial me obrigou a ficar e, pela primeira vez,

levei um “baculejo”²⁰. Após a saída dos policiais, um dos jovens estava com a boca sangrando, denotando ter sido alvo de violência policial. Porém, a situação foi encarada com normalidade pelo grupo. Ou seja, a violência às pessoas em situação de rua, incluindo a praticada pela polícia é vista como algo naturalizado. *“A violência policial é muito grande, principalmente com morador de rua, né? Eu acho, né boa não, a polícia né bem preparada.”* (João).

Por fim, em outra abordagem de rua ganhei um anel de um jovem, presente que, inclusive, só aceitei com muita insistência. E dias depois, a notícia de que o rapaz havia sido encontrado morto dentro de uma caixa d’água numa praça de Recife. Mais outra morte sem explicação e prontamente esquecida pela maioria das pessoas. Esse foi um pouco do cotidiano das ruas que pude aprender durante a pesquisa, para além das entrevistas e questionários.

Em todos os contatos mediados pelas instituições, quer seja nos estabelecimentos destas, quer seja nas abordagens de rua, esforcei-me para me apresentar enquanto pesquisadora, a fim de evitar ser confundida como representante dessas instituições. Igualmente, a cada apresentação, foi necessário explicar os objetivos da pesquisa e deixar claro que ninguém seria obrigado a participar e que, em caso de recusa, não sofreria nenhum prejuízo. Nesse sentido, para Christians (2000, p. 138-139, tradução minha), durante a pesquisa, os “sujeitos precisam concordar voluntariamente em participar – isto é, sem coerção física ou psicológica. Ademais, seu consentimento deve ser baseado em informação plena e aberta.”²¹ Por isso, utilizou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, uma das ferramentas de pesquisa indispensáveis, no qual devem conter, claramente, objetivos e procedimentos da pesquisa.

Ao mesmo tempo, enquanto pesquisadora, busquei evitar a sobreposição do conhecimento acadêmico durante a realização dos questionários e das entrevistas, evitando que os principais conceitos da pesquisa interferissem sobre a condução da mesma e dificultassem a coleta do que, de fato, os entrevistados acreditam. Segundo Fontana e Frey (2003, p.78, tradução minha), “o pesquisador deve estar hábil para se colocar no lugar dos

²⁰ Revista Policial, a qual é realizada, de modo violento, abusivo e vexatório, com o objetivo de detectar flagrantes criminosos.

²¹ “Subjects must agree voluntarily to participate – that is, without physical or psychological coercion. In addition, their agreement must be based on full and open information.”

entrevistados e observar a situação do ponto de vista destes, em vez de sobrepor seu mundo da academia e seus preconceitos sobre eles.²²”

3.2 Técnicas de pesquisa empregadas

O levantamento de dados realizou-se mediante questionários e entrevistas com as pessoas em situação de rua adultas do centro de Recife, visto que as principais dificuldades enfrentadas por essas pessoas para saírem dessa situação foram analisadas centralmente mediante a percepção destas. O uso de questionários justifica-se mediante o levantamento de questões básicas da história de vida das pessoas em situação de rua. A técnica da entrevista, por sua vez, foi utilizada para possibilitar que os informantes tivessem espaço mais livre para narrarem aspectos biográficos, bem como opinar sobre a condição das pessoas em situação de rua e aprofundar a coleta dos dados.

De modo secundário, este estudo baseou-se em entrevistas com profissionais que lidam diretamente com este público. Nesse sentido, realizou-se uma entrevista com um profissional do Grupo Ruas e Praças e outra com um da Associação O Pequeno Nazareno, os quais contribuíram, imensamente, para o meu entendimento da dinâmica da situação de rua, em se tratando de dificuldades e conflitos, tanto entre pessoas que estão nessa situação, quanto destas com a burocracia estatal em termos de garantia de direitos. Em complementação, foi realizada uma entrevista com uma profissional que atua na construção de políticas públicas voltadas às pessoas em situação de rua, uma representante do Ministério Social e Combate à Fome (MDS); e outra com uma profissional que lida com a construção de políticas voltadas ao emprego, uma representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Total de questionários e de entrevistas

No total, foram aplicados 22 questionários, sendo 11 com homens e 11 com mulheres. Esse quantitativo foi estabelecido mediante indicação de profissionais das instituições acima, a fim de qualificar o entendimento da realidade das pessoas em situação de rua, mediante

²² “The researcher must be able to take the role of the respondents and attempt to see the situation from their viewpoint, rather than superimpose his or her world of academia and preconceptions upon them.”

questões de aspectos mais gerais. Junto ao questionário, realizou-se uma entrevista baseada em 4 eixos: diferença de rotina antes e durante a situação de rua; relação com o trabalho antes e durante a situação de rua; opinião do entrevistado sobre o que fazer para cessar a realidade de pessoas em situação de rua; desejo e possibilidades de saída da situação de rua. Com sete pessoas não foi possível realizar esta entrevista, devido ao curto tempo disponível destas. E como outra a entrevista ficou incompleta. Todos os questionários e entrevistas foram gravados, à exceção de duas entrevistadas, uma porque a entrevistada não permitiu e a outra porque eu não dispunha de gravador no momento. Em ambos os casos conseguiu-se realizar apenas o questionário.

As entrevistas e questionários influenciaram, também, o processo de reflexão dos próprios entrevistados, uma vez que, em suas narrativas, pensavam sobre algumas questões delicadas de suas histórias de vida. Trata-se de um dos poucos momentos em que puderam ser ouvidos e conversar sobre suas dificuldades. Entre uma entrevista e outra, João depôs: “*Que, hoje mermo melhorei muito, de ontem pra hoje, como eu falei, conversei, melhorei muito, tirei até umas coisa da minha cabeça.*” (João). Segundo Duarte (2004, p. 220), “quando realizamos uma entrevista, atuamos como mediadores para o sujeito apreender sua própria situação de outro ângulo” e poder ressignificá-la.

Organização dos dados

1. Questionários

Os questionários foram tabulados no SPSS²³ a fim de que os dados fossem melhor visualizados, bem como tabelas fossem geradas para análise dos mesmos, embora este estudo não tenha sido baseado no enfoque quantitativo.

2. Entrevistas

Todas as entrevistas foram transcritas por mim²⁴, num processo bastante árduo e cansativo, porém necessário, tanto para melhorar as entrevistas subsequentes, quanto para melhor sistematizar os dados. No processo de transcrição, as entrevistas foram ouvidas diversas vezes e de modo pormenorizado, para não perder a fidedignidade da fala dos

²³ Statistical Package for the Social Sciences - pacote estatístico para as ciências sociais.

²⁴ Para facilitar esse processo, utilizei o programa Inqscribe, o qual já possui uma caixa de texto e atalhos acionados no teclado de pausa e volta de alguns segundos.

entrevistados. Durante a transcrição, alguns marcadores foram utilizados, a fim de aproximar o texto transcrito da realidade da entrevista. Desse modo, tem-se o seguinte quadro:

Quadro 1 - Marcadores de Transcrição

[...]	Trechos da entrevista inaudíveis.
(...)	Recortes na transcrição.
—	Os sublinhados referem-se a destaques de trechos.
Letras maiúsculas	Ênfase na letra, sílaba ou na palavra.
-	Corte na fala, seja pelo falante, ao mudar rapidamente o conteúdo, seja por interrupção do ouvinte.
Letras repetidas	Sílaba pronunciada de modo prolongado.
[]	Frase ou palavra entre colchetes marcam observações realizadas para melhor entendimento do contexto.

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

3.3 Ferramenta analítica: materialismo histórico-dialético

Este estudo teve como ferramenta teórico-metodológica o Materialismo Histórico Dialético. Segundo Boron (2006), as análises do marxismo sobrevivem devido a dois fatores principais. O primeiro consiste na incapacidade do capitalismo em resolver os problemas que ele próprio cria, de modo que parcelas significativas da população continuam circulando na pobreza e na exclusão social. O segundo refere-se à “não usual capacidade que este *corpus* teórico demonstrou para enriquecer-se em correspondência com o desenvolvimento histórico das sociedades e das lutas pela emancipação dos explorados e oprimidos pelo sistema” (BORON, 2006, p.34).

Com o objetivo de delinear uma caracterização dessas pessoas, categorias analíticas foram construídas, a partir dos discursos enunciados nas entrevistas, para analisar a realidade sócio-histórica desses indivíduos, entendendo que o discurso, materializado em concepções teóricas e políticas, constrói a realidade e é construído por esta (FAIRCLOUGH, 2008). Por conseguinte, os dados foram examinados a partir das contradições do sistema capitalista, sobremodo no que se refere à relação dialética do todo com o particular.

Materialismo Histórico-Dialético

Peculiar do próprio materialismo histórico-dialético, as questões históricas são ferramentas imprescindíveis à compreensão da atualidade, num processo em que o indivíduo é transformador da história, ou seja, que tem potencial para alterar as condições sociais em que está inserido. Este método volta-se à história para realizar análises do presente, visto que os fenômenos acontecem ancorados na história, a qual funciona como um motor regido por contradições e conflitos e, segundo Boron (2006), é condicionada por contradições e necessidades próprias da acumulação capitalista. “De fato, pode-se circunscrever como o *problema central* da pesquisa marxiana a gênese, a consolidação, o desenvolvimento e as condições de crise da sociedade burguesa, fundada no modo de produção capitalista” (NETTO, 2011, p.17, grifo do autor).

No método de Marx, o objeto de pesquisa tem existência real, concreta, independentemente da vontade e desejos do pesquisador. Este deve ter como objetivo compreender a essência do objeto, que se refere ao modo de funcionamento deste, tanto a dinâmica quanto a estrutura. Essa concretude relaciona-se à característica da dialética proposta por Marx, a qual “expressa as condições sociais”, presentes na luta de classes (BORON, 2006, p.40). “A metodologia dialética é, pois, irreconciliável com a aspiração capitalista de ‘eternizar’ sua sociedade e suas instituições” (BORON, 2006, p.43, grifo do autor). Assim, o materialismo histórico dialético não visa apenas o entendimento da sociedade, mas a transformação da mesma. Segundo Boron (2006, p.49),

Marx não estava interessado em desvendar os mais recônditos segredos do regime capitalista por mera curiosidade intelectual, mas sim sentia-se urgido pela necessidade de transcendê-lo, dada a radical impossibilidade de construir, dentro de suas estruturas, um mundo mais justo, humano e sustentável.

No processo de pesquisa, o pesquisador não age com neutralidade e passividade, visto que este é implicado em todas as etapas da investigação, com um papel ativo, “para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um processo)”, de modo que “o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação” (NETTO, 2011, p.25, grifo do autor).

No prefácio da 2ª edição de *O Capital*, Marx (2011, p. 28, grifo do autor) afirma que

a investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção *a priori*. (...) O ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado.

Todavia, a implicação na pesquisa não descarta a objetividade, imprescindível ao rigor necessário da pesquisa científica. Não se trata de criar leis imutáveis, mas tendências ancoradas na análise densa da história, a qual é um processo, em constante mudança. Assim, as instituições, os fenômenos e os indivíduos devem ser analisados enquanto produtos históricos.

O método de Marx “é o produto de uma longa elaboração teórico-científica, amadurecida no curso de sucessivas aproximações ao seu objeto” (NETTO, 2011, p.28). Na análise do objeto, é imprescindível iniciar-se do mais concreto ao nível dos conceitos e das abstrações. Abstração, para Marx, consiste num recurso imprescindível ao pesquisador. Trata-se de uma “capacidade intelectual que permite extrair de sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável” (NETTO, 2011, p. 44). A abstração prepara o pesquisador para o entendimento das múltiplas determinações do objeto. No caso deste estudo, para compreender as principais dificuldades que as pessoas em situação de rua enfrentam para saírem dessa circunstância, é necessário esforço analítico para não interpretar o fenômeno a partir de um único viés.

Nesse processo, portanto, torna-se possível a construção de categorias para o entendimento da realidade, as quais exprimem o modo desta se apresentar. As categorias partem do real, da objetividade para, mediante abstrações, chegar à teorização, através da articulação da análise diacrônica com a sincrônica, tendo a história como fio condutor.

O materialismo histórico-dialético “não é um conjunto de regras formais que se ‘aplicam’ a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade para ‘enquadrar’ o seu objeto de investigação” (NETTO, 2011, p.52, grifos do autor). Ao contrário, é a dinâmica e a estrutura do objeto que guiam a pesquisa, num processo de interconexão indissociável entre teoria e metodologia.

Através dessa indissociável conexão, há três pressupostos básicos no processo de pesquisa: totalidade, contradição e mediação. A totalidade não se trata de soma de partes, visto que é composta por totalidades de complexidade menor. A contradição é o que torna a totalidade interativa, através de suas múltiplas possibilidades de configurações. Por fim, é a mediação que liga todos os níveis de complexidade das relações da totalidade.

Nesse sentido, Fairclough e Graham (2002) argumentam que o método de Marx permanece fundamental para analisar a fase atual do sistema capitalista, o qual influencia diretamente a realidade das pessoas em situação de rua.

3.4 Perfil das pessoas em situação de rua contactadas

Foram observadas as seguintes maneiras de se estar em situação de rua em Recife: crianças e adolescentes que perambulam pelos principais pontos do centro, sendo difíceis de encontrá-los; crianças e adolescentes que perambulam pelos principais pontos do centro, mas que são mais fáceis de encontrá-los, visto que se concentram em pontos específicos; adultos que frequentam os Centros POP e ficam na rua, rodoviária ou outro local de desabrigo; adultos que frequentam os Centros POP e que estão desfrutando do Auxílio Aluguel²⁵ da prefeitura, mas na iminência de voltar às ruas, devido à proximidade do fim deste benefício e por ainda não terem conseguido meios de se manter; adultos que vendem produtos em semáforos; crianças que, embora tenham casa, passam a maior parte do dia em semáforos com ou sem responsáveis, vendendo ou não algum produto; homens adultos sem filhos em casas de acolhida; mulheres adultas com ou sem filhos em casas de acolhidas; famílias que ficam em local fixo. Neste último caso, há famílias que escolhem determinado local para se fixar e organizam o espaço como casas provisórias. Porém, essa provisoriedade as deixam à mercê de serem expulsas a qualquer momento, geralmente por interesses privados de especulação imobiliária. Assim, independentemente do tempo que a família estava no local e dos motivos que a levaram, realiza-se expulsão arbitrária sem alternativas eficazes de moradia. Ainda há os que afirmaram que, quando conseguiam alguma renda alugavam um quarto numa pensão para pernoitar. Esta característica da não uniformidade da situação de rua é, também,

²⁵ O Auxílio Aluguel consiste num benefício concedido às pessoas em vulnerabilidade social, incluindo a situação de rua, que, avaliadas por equipes profissionais, são consideradas aptas para reorganizarem suas vidas. O recurso para este auxílio é proveniente da Prefeitura.

verificada por diferentes pesquisadores que se debruçaram sobre a temática como Snow e Anderson (1998), Lewis (2001), Vieira, Bezerra e Rosa (2004), Maciel (2004), Frangella (2009), Silva (2006, 2009), Sousa (2012).

Quantitativo e perfil dos entrevistados

O quadro a seguir mostra o quantitativo de pessoas entrevistadas e a relação com a instituição que facilitou o contato.

Quadro 2 - Quantitativo de Entrevistados

Instituição de vínculo	Quantidade e nomes²⁶
IASC – O Recomeço	4 – Carla, Vanessa, Carolina, Jéssica.
IASC – CRS	5 – Samuel, Pedro, Mateus, Lucas, Fernando.
Centro POP Neuza Gomes	4 – Tiago, João, Daniel, Laura.
Centro POP Glória	4 – Marcelo, Beatriz, Luiza, Mariana.
Grupo Ruas e Praças	4 – Sofia, Rodrigo, André, Letícia.
O Pequeno Nazareno	1 – Maria.
Total	22

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Todas as pessoas entrevistadas moram em Recife, embora nem todas tenham nascido nesta cidade. A seguir, um quadro para demonstrar o perfil dos entrevistados.

²⁶ Todos os nomes são fictícios.

Quadro 3 - Demonstrativo do perfil dos entrevistados

Nome	Idade	Estado Civil	Cor/raça	Escolaridade	Filhos	Trab	Tempo Rua
André	31	Solteiro	Preto	Fund incomp	Não	Sim	21 anos
Beatriz	28	Casada	Morena	Fund incomp	4	Não	4 anos
Carla	45	Solteira ²⁷	Parda	Médio comp	6	Não	16 anos
Carolina	42	Solteira	Branca	Fund comp	3	Não	9 meses
Daniel	23	Solteiro	Preto	Fund incomp	2	Sim	2 a 3 anos
Fernando	60	Solteiro	Branco	Fund incomp	4	Não	1 ano
Jéssica	26	Solteira	Morena	Médio comp	2	Não	6 anos
João	35	Solteiro	Preto	Fund incomp	1	Não	30 anos
Laura	21	Solteira	Parda	Fund incomp	1	Sim	2 meses
Leticia	42	Solteira	Parda	Fund incomp	6	Sim	35 anos
Lucas	58	Solteiro	Moreno	Fund incomp	4	Não	2 a 3 anos
Luiza	40	Casada	Morena	Fund incomp	Não	Não	26 anos
Marcelo	59	Casado	Moreno	Fund incomp	Não	Não	> 3 anos
Maria	35	Casada ²⁸	Preta	Fund incomp	1	Sim	10 a 20 a
Mariana	35	Solteira	Morena Jambo	Sup incomp	5	Não	1 mês
Mateus	38 ou 39 ²⁹	Solteiro	Branco	Fund incomp	Não	Não	5 anos
Pedro	50	Solteiro	Moreno Claro	Fund incomp	1	Não	5 anos
Rodrigo	31	Solteiro	Moreno Claro	Fund incomp	1	Sim	> 20 anos
Samuel	39	Solteiro	Pardo	Analfabeto	Não	Não	1 ano
Sofia	32	Casada	Preta	Analfabeto	2	Não	> 3 meses
Tiago	23	Solteiro	Preto	Fund incomp	Não	Sim	1 ano 3 m
Vanessa	37	Solteira	Parda	Sup incomp	1	Não	1 semana

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

²⁷ Desses solteiros, alguns nunca foram casados e outros são divorciados ou separados.

²⁸ Dos casados, nem todos o são de modo oficial, incluindo o grupo dos que vivem maritalmente.

²⁹ Não soube precisar o ano de nascimento.

Para saber da cor/raça dos entrevistados, o questionário seguiu as indicações do IBGE: preta, parda, branca, amarela, indígena. Ninguém se autodenominou de cor/raça amarela, nem indígena. Apenas três pessoas declararam-se brancas. Muitos assinalaram a opção “outros”, classificando-a como diferentes categorias de moreno. Juntando-se todas as gradações de morenos, os pretos e os pardos, têm-se 19 pessoas consideradas negras, conforme será analisado na seção seguinte.

Motivo de ida às ruas

A fim de compreender as dificuldades que as pessoas em situação de rua enfrentam para saírem dessa condição, é necessário conhecer um pouco de suas histórias de vida, das motivações que levaram esses indivíduos a ocuparem as ruas como moradia, de modo permanente ou temporário.

A seguir, brevemente, o motivo que levou cada um dos entrevistados a morarem nas ruas:

André – Local da entrevista: Praça Maciel Pinheiro / Nasc: Feira de Santana-BA

Ele saiu com sua mãe de Feira de Santana – BA para morar em Recife, para que esta evitasse os espancamentos do esposo, pai de André. Em Recife, viveu na “*miséria*”, tendo que trabalhar desde criança. Devido à violência sofrida pela mãe e o padastro, foi morar embaixo de um viaduto aos 10 anos, momento em que passou a se prostituir e a cometer atos infracionais.

Beatriz – Local da entrevista: Centro POP Glória / Nasc: Recife -PE

Sua decisão de morar nas ruas está relacionada à conjugação de brigas com o padastro e o irmão, bem como ao uso de drogas, num contexto de dificuldade para conseguir recursos para sua manutenção e a de seus filhos.

Carla – Local da entrevista: O Recomeço / Nasc: Recife -PE

Passou a morar nas ruas porque, depois que começou a usar drogas, especialmente o crack, sua mãe não a queria dentro de casa, visto que ela estava envolvida com roubos e assassinatos.

Carolina – Local da entrevista: O Recomeço / Nasc: Recife -PE

Casou aos 14 anos e, após três meses se separou e foi viver viajando pelo Brasil e pelo exterior como *hippie*. Depois, casou-se com um homem em São Paulo, com quem teve filhos. Porém, devido à violência deste, esperou os filhos crescerem para voltar a Recife, onde passou a morar com a filha. Mas, diante da postura autoritária e agressiva do genro, saiu de casa e foi morar nas ruas.

Daniel – Local da entrevista: Centro POP – Neuza Gomes / Nasc: Recife -PE

Ele morava em Carpina. Foi preso aos 16 anos. Quando saiu da prisão voltou para Carpina, onde morou com sua companheira. Depois foram morar na casa desta, num bairro em Recife. Todavia, como não conseguia emprego e nem queria continuar morando nesta casa sem ajudar financeiramente, foi morar nas ruas. Não voltou a Carpina, devido às condições ainda mais precárias de emprego nesta cidade. *“O serviço que tem é limpar mato e o dinheiro é pouco. Ou cortar cana, tá ligado? O dinheiro é pouco, o dinheiro é suado. Aí eu digo ‘oxe, vou pra rua! Fiquei no mei da rua.’”*

Fernando – Local da entrevista: CRS / Nasc: Recife -PE

Ele sofreu um acidente, caiu da escada, e perdeu o olho esquerdo. E para tentar se recuperar, usou todos os recursos financeiros que possuía, inclusive vendendo a casa. Porém, além de não ter logrado êxito na recuperação de sua visão, ficou sem ter como se sustentar depois que saiu do hospital e passou a morar nas ruas.

Jéssica – Local da entrevista: O Recomeço / Nasc: Recife -PE

Está há 6 anos em situação de rua, num processo de idas e vindas, devido ao uso de drogas, especialmente o crack.

João – Local da entrevista: Centro POP – Neuza Gomes / Nasc: Recife -PE

Foi às ruas quando ainda era criança, para fugir tanto da extrema pobreza quanto da violência doméstica.

Laura – Local da entrevista: Centro POP – Neuza Gomes / Nasc: Recife –PE

Depois da morte de seu pai, foi encaminhada a uma casa de acolhida e, aos 10 anos, foi adotada. Depois que seu pai adotivo faleceu, diante das desavenças com a mãe adotiva, foi morar com uma amiga e depois numa casa de acolhida. Perto dos 18 anos saiu e foi morar nas ruas. Depois foi morar com um companheiro, em outra cidade. Como ele era traficante de drogas, a casa foi abordada por uma ação policial e ela fugiu e ficou nas ruas novamente.

Leticia – Local da entrevista: Praça Maciel Pinheiro / Nasc: Recife -PE

Devido à grande violência cometida por seu pai à sua mãe, esta se separou e Leticia foi morar com seus avós maternos, aos três anos. Depois da morte de sua avó, seu avô morou com uma mulher que não gostava de Leticia, motivo que a impulsionou a ir às ruas, sendo várias vezes trazida por seu avô. Aos sete anos, influenciada por alguns amigos, passou a morar nas ruas, fazendo uso de drogas e envolvendo-se com roubos.

Lucas – Local da entrevista: CRS / Nasc: Recife -PE

Como não conseguia emprego na sua função, armador, por já ter mais de 50 anos, decidiu trabalhar com pesca. Porém, adoeceu e não pôde mais exercer esta atividade e, assim, sem amparo familiar, passou a morar nas ruas. Ficou acolhido numa casa de acolhida, de onde recebeu um Auxílio Aluguel. Antes mesmo deste auxílio acabar, sua doença se agravou e ele ficou internado num hospital. Ao sair de lá, foi acolhido pelo CRS, a fim de receber melhores cuidados. Ele tem problema na articulação nas mãos e hérnia.

Luiza – Local da entrevista: Centro POP – Glória / Nasc: Recife -PE

Foi morar nas ruas aos 14 anos, com as irmãs, *“porque eu gostei de ficar na rua”*, diante da dificuldade financeira da família.

Marcelo – Local da entrevista: Centro POP – Glória / Nasc: Recife -PE

Para livrar o enteado de uma prisão, fez um empréstimo no banco e, assim, concomitantemente ao aumento do aluguel da casa onde moravam, ele e a esposa ficaram sem poder pagá-la. Nesse contexto, eles se separam e ele, sem ter para onde ir, foi morar nas ruas.

Maria – Local da entrevista: Calçada da Farmácia Big Ben, nas proximidades da Av. Agamenon Magalhães, local onde fica com outras pessoas vendendo produtos no semáforo. / Nasc: Recife -PE

Foi pras ruas por conta de drogas. Embora tenha moradia, costuma alternar sua estadia entre a casa e as ruas, passando a maior parte do tempo nestas, à exceção do momento da entrevista, em que estava se recuperando de uma crise grande proveniente das drogas.

Mariana – Local da entrevista: Centro POP – Glória / Nasc: São Paulo

Saiu de São Paulo com uma promessa para trabalhar em Alagoas. Porém, ao chegar ao local, descobriu que se tratava de um prostíbulo e, além de fazer faxina durante o dia, teve que se prostituir durante a noite. Para evitar esta situação, conseguiu uma carona para Recife, onde pôde se tratar de um acidente que havia sofrido neste trabalho. Depois, foi procurar ajuda na prefeitura de Recife para voltar a São Paulo, porém até o momento da entrevista não havia conseguido e estava nas ruas.

Mateus – Local da entrevista: CRS / Nasc: Alagoas

Veio de Alagoas de carona para Recife, em 2010. Quando questionado sobre o motivo de ter saído de seu Estado, aparentemente do “nada”, alegou que apenas gostaria de conhecer Recife. Ao chegar nesta cidade, ficou nas ruas, por quase um ano, trabalhando para alguns barraqueiros da praia de Boa Viagem. Devido ao fato de estar dormindo na praia, a equipe do IASC o acolheu.

Pedro – Local da entrevista: CRS / Nasc: Recife -PE

Quando era criança ficava nas ruas, executando pequenos serviços para completar a renda de sua família, pois seus pais possuíam condições precárias de subsistência. Em 2009, sofreu um acidente de carro e ficou internado num hospital. Quando se recuperou, não tinha para onde ir, pois sua mãe já havia falecido; ficou em algumas casas de acolhida da Paraíba até chegar ao CRS.

Rodrigo – Local da entrevista: Praça Dezesete / Nasc: Recife -PE

Sua estadia nas ruas é computada desde os sete anos de idade, sendo interrompida apenas quando esteve cumprindo pena em penitenciárias por motivo de assalto, durante cinco

vezes. Foi morar nas ruas devido às más condições financeiras vivenciadas em casa e para conviver com amigos.

Samuel – Local da entrevista: CRS / Nasc: Pombos -PE

Foi morar nas ruas depois que os pais morreram, diante das más condições financeiras atreladas ao alcoolismo.

Sofia – Local da entrevista: Praça Dezesete

Depois que sua mãe faleceu, foi morar com o marido, recém-conhecido, na casa da irmã deste. Porém, como não gostou do ambiente e não tinha condições de morar em outro local, foi morar nas ruas, juntamente ao marido.

Tiago – Local da entrevista: Centro POP – Neuza Gomes / Nasc: Recife -PE

Com a morte de sua mãe, sua necessidade em prover seu autossustento se intensificou. Depois começou e se envolver com drogas e, diante da falta de dinheiro para o consumo das mesmas, envolveu-se na criminalidade e foi preso. Mesmo tendo saído da prisão, teme voltar a sua comunidade por causa das dívidas aos traficantes.

Vanessa – Local da entrevista: O Recomeço / Nasc: Recife -PE

Foi expulsa de casa após uma discussão com a família. Como não tinha emprego, ficou uma semana intercalando a dormida na praia e na rodoviária, até o ingresso na casa de acolhida.

Salienta-se que, embora tenham sido aplicados 22 questionários e realizadas 14 entrevistas, as análises basearam-se prioritariamente em 10 casos (Tiago, João, Letícia, Daniel, Laura, Samuel, Marcelo, Pedro, Fernando e André), devido à riqueza de dados verificada tanto nas entrevistas quanto nos questionários, conforme será visto adiante.

4 – CARACTERIZAÇÃO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM RECIFE

Para identificar as principais dificuldades que as pessoas em situação de rua enfrentam para sobreviverem e saírem da condição de pobreza extrema, é fulcral compreender as características que as agrupam em torno da denominação “pessoas em situação de rua”. Assim, com base nos dados dos questionários e das entrevistas, esta seção traz uma caracterização das pessoas em situação de rua, especificamente da cidade de Recife, no ano de 2014. As principais características da realidade dessas pessoas estão especificadas a seguir. Salienta-se que esta caracterização é restrita ao universo dos/as entrevistados/as, não sendo, portanto, representativo da cidade, visto que este estudo não foi baseado em princípios estatísticos; teve apenas o enfoque qualitativo³⁰. No processo de levantamento e sistematização dessas características, verificou-se que as mesmas, concomitantemente, consistem em dificuldades centrais enfrentadas por essas pessoas.

4.1 Principais características verificadas

1- Local para dormir: uma incerteza certa

Uma das características principais das pessoas em situação de rua é a extrema dificuldade para encontrar local para dormir, visto que são destituídas de endereço fixo. Agentes públicos, como policiais, costumam humilhar essas pessoas, expulsando-as de locais onde costumam dormir. Também, em alguns casos, é necessário negociar com seguranças de estabelecimentos comerciais para dormir na calçada dos mesmos. Todos os dias as pessoas em situação de rua enfrentam uma batalha para garantir o local de dormida, o qual é variável. Mesmo assim, a totalidade dos entrevistados afirmou que pessoas em situação de rua não dormem, “coxilam” (João) “Quando é 10, 11h, o movimento já fica fraco na rua, aí eu pego um banquinho ali, né, durmo, tem um lençol aí, pego o papelão e forro, me cubro com o

³⁰ Ao optar por este enfoque não se desconsidera a viabilidade de análises quantitativas em pesquisa, sobretudo porque, conforme o materialismo histórico dialético, a quantidade e a qualidade não devem ser tratadas como contraditórias, mas como enfoques dialéticos que possibilitam uma análise mais acurada da realidade social.

lençol ee, entrego na mão de Deus, né?” (Tiago). Os entrevistados que são usuários do Centro POP aproveitam esse espaço, também, para repousar durante o dia.

O ato de dormir, de permanecer num local onde se possa relaxar a consciência e descansar, além do alto risco, pode trazer prejuízos, como furtos e violência, motivo pelo qual preferem dormir em grupo. Nove entrevistados relataram que, ao dormir, o morador de rua costuma ser roubado, espancado, assassinado, estuprado etc, sendo a dormida, portanto, um dos pontos mais difíceis da situação de rua. Os demais, à exceção de uma pessoa, mesmo não especificando tais situações, reconheceram os perigos da rua. Salienta-se que a insegurança nas ruas é também vivenciada por outros frequentadores, tendo na pessoa em situação de rua sua expressão mais perversa.

Além disto, não desfrutam de conforto. A minoria possui um colchão, mesmo que velho, sobretudo devido ao fato de serem andarilhos e, assim, ser difícil transportar seus pertences. Dos entrevistados, nenhum afirmou possuir colchão. E, se deixar em algum local, o roubo é certo. *“A cama do morador de rua é o papelão. Imagina no inverno agora, tudo molhado!”* (João). Jornal, plástico e banners de propaganda também são comumente utilizados. A dormida oferecida pelas casas de acolhidas e pelos Centros POP é apontada como um dos grandes benefícios.

Dos 22 entrevistados, apenas três afirmaram dormir em sua casa, embora não todos os dias, tratando-se de pessoas que, apesar de terem casa, passam a maior parte do tempo pelas ruas, em virtude da precariedade da residência e dos laços familiares; nove dormem em casa de acolhida (O Recomeço e CRS), porém, antes também dormiam nas ruas, em locais como a plataforma do bombeiro que fica na praia, sob o intenso frio marítimo noturno. Os demais dormem em calçadas, marquises, praças, terminais de ônibus, rodoviária, parada de ônibus, Academia da Cidade³¹. *“Pra mim tem canto pra dormir não, moça. Eu durmo em qualquer canto, que for possível. Sendo um lugar bom pra dormir, eu durmo.”* (Daniel). O tempo estipulado para que permaneçam nessas casas de acolhida é de 6 (seis) meses, podendo ser reavaliado conforme o caso. Neste período, cada usuário, junto à equipe profissional, constrói seu projeto de saída das ruas. Todavia, nesta trajetória, muitos prolongam sua estadia por falta de condições financeiras para seu autossustento, enquanto outros são desligados por não se adequarem às regras.

³¹ Trata-se de um espaço para prática de exercícios, localizado ao ar livre, em praças da cidade do Recife. Este projeto foi implementado em 2002 pela Prefeitura do Recife.

A seguir, fotos de pessoas em situação de rua dormindo em Recife.

Fotografia 1 – Centro do Recife/Tarde
Praça da Independência



Fonte: Elaborada pela autora, 19/06/2014

Fotografia 2 – Centro do Recife/noite
Agência Central dos Correios



Fonte: Elaborada pela autora, 19/07/2014

2- Concentração territorial e errância em locais de grandes centros urbanos

As pessoas em situação de rua concentram-se no centro da cidade, onde, diante do grande fluxo de pessoas e do afluente comércio, aumentam-se as possibilidades de conseguirem meios de sobrevivência, em se tratando de alimentação, abrigo, trabalho, doação de roupas, atendimento de saúde e assistência social, dentre outros serviços. Quando não estão em casa de acolhida ou no Centro POP, passam a maior parte do tempo em calçadas, parques, praças e pelas ruas perambulando.

É característico desses locais a densa ocupação durante o dia e o grande esvaziamento durante a noite, domingos e feriados, horário em as pessoas em situação de rua sentem-se mais à vontade na rua para, inclusive, fazer sua higiene, como o banho. “O mapeamento dos recursos utilizados pela população de rua e os pontos de pernoite evidencia uma circunscrição geográfica, ou seja, sugere a existência de um espaço sócio-geográfico delimitado.” (VIEIRA, BEZERRA e ROSA, 108-109).

No caso do centro de Recife, na RPA1, as pessoas em situação de rua se concentram, principalmente, nas praças da Independência, Maciel Pinheiro, Dezesete, Sérgio Loreto; nas proximidades do Cais de Santa Rita; em frente à Agência Central dos Correios; nas ruas do

Imperador, do Hospício. Estes lugares compreendem os bairros Boa Vista, São José, Santo Antônio.

A seguir, um mapa dos principais pontos de concentração de pessoas em situação de rua em Recife, na RPA-1.

Mapa 1 – Principais Pontos de Concentração de Pessoas em Situação de Rua em Recife – RPA – 1.

Para os transeuntes que possuem moradia, as ruas de grandes centros urbanos, assim como parques, pontes, praças e semelhantes, consistem num espaço de lazer, de compras, de passeio, de (des)encontros. Para as pessoas em situação de rua, além dessas interações sociais cotidianas, tratam-se, sobretudo, de um local de permanência, de descanso, de moradia, onde a vida pública e a privada mesclam-se constantemente.

Embora aglomerem-se nos centros urbanos, as pessoas em situação de rua não têm local fixo para se instalar, mesmo que haja preferências. É característico desse grupo a errância, na qual os passos são movidos por busca de alimentos, segurança, oportunidade de desenvolver alguma atividade que proporcione renda, busca por materiais recicláveis etc. De acordo com Frangella (2009, p. 42-43),

O movimento itinerante, incerto, entra em atrito com a ordem estabelecida, sedentária. (...) São a própria errância e as características a ela associadas – sem emprego ou casa fixa, o deslocamento contínuo, a dificuldade de obter renda – que se transformam em anomia, a qual gera estranheza e confere estigma a essa população, provocando reações amedrontadas e posturas hostis.

No âmbito dessa estranheza, as pessoas em situação de rua perambulam por espaços de invisibilidade, embora seja patente que tanto sua errância quanto seus corpos componham o cenário urbano, no qual desenvolvem as tramas de suas existências; invisíveis apenas quando se trata de ações políticas, cuja ausência impele os errantes a circular pelas margens da cidadania.

Por conta dessa instabilidade de fixação, essas pessoas não acumulam pertences, pois guardam consigo apenas o suficiente para que possa ser transportado pelas ruas, o que implica, inclusive, na dificuldade para guardar alimentos para o dia seguinte. Até mesmo os que se encontram em pontos fixos da rua não dispõem de muitos objetos, pois, além da pobreza extrema que dificulta a aquisição dos mesmos, não desfrutam de um local onde possam acomodá-los. Essa característica do nomadismo impacta, também, nas relações interpessoais, as quais, na maioria das vezes, são voláteis. Portanto, a errância constitui-se em distintivo identitário às pessoas em situação de rua.

A própria situação de rua apresenta uma peculiaridade que impele o indivíduo que se encontra nela à errância. Destarte, diante da insegurança vivenciada cotidianamente, os movimentos migratórios nos limites dos grandes centros urbanos consistem em alternativa à busca por segurança, por locais onde se possa dormir com menor probabilidade de ser

violentado. Portanto, a maioria das pessoas em situação de rua apresenta essa característica como mecanismo de sobrevivência, tendo o corpo como único pertence que está sempre consigo, no qual se verifica marcas da trajetória da rua. Nessa busca por sobreviver, essas pessoas estabelecem relações diferenciadas com os locais que entram em contato, buscando tirar o melhor proveito do que cada um pode oferecer, desenvolvendo habilidades para aprender quais os melhores horários para usufruir o melhor que o local pode oferecer.

3- Discriminação e invisibilidade

As pessoas em situação de rua sofrem discriminação cotidianamente devido a sua condição de pobreza e aparência não condizente com a norma vigente, inclusive por quem está na mesma condição. Essa aparência sequencia o medo na população e, assim, a discriminação como resposta ao medo.

Fica pensando que a pessoa vai roubar (...) Já vi tantos. Passa assim, segurar a bolsa assim, com medo. Ai quando vê, aquele de paletó e gravata, que é os mais ladrão. (...) Porque, pra muita gente quem mora na rua num presta, quem mora na rua é ladrão, é traficante, é matador. Mas nem todas pessoa tá na rua por causa disso não. (Tiago).

As pessoas em situação de rua, cotidianamente, são desacatadas em seu direito de ir e vir, enquanto cidadãos. A elas não é dada a oportunidade de vivenciar e ocupar a cidade em exercício de cidadania.

Você tá com fome, você vai na padaria, você não tem o mesmo valor que as outras pessoa. (...) O dinheiro é o mesmo (...) Mas que você entrar num supermercado, vai entrar numa padaria, ninguém quer deixar você entrar. Mas, você é cidadão, você tem o direito de ir e vir. Mas, só que as pessoa lhe barra, manda o segurança tirar você. Ou até mais, machucar você. Mas você num tá com dinheiro ali? O dinheiro num tem o mesmo valor que as outras pessoa? (João).

Constantemente são colocadas numa condição de exclusão social, embora não seja possível excluir o que ocupa justamente o centro. A pobreza, no Brasil, tem ocupado exatamente o centro das cidades, da sociedade como um todo. Por mais que a grande mídia tente difundir como padrão uma lógica de vida que cabe à minoria da população, com suas novelas, por exemplo, que mostram, em ficção, os dilemas e vidas das pessoas mais ricas do país, é a pobreza que, infelizmente, tem ocupado o centro da teia social e, assim, constituindo sociabilidades. Trata-se, portanto, de um alto grau de invisibilidade, de naturalização da condição dos miseráveis. Segundo Accorssi, Scarparo e Guareschi (2012, p.537), “a

naturalização (...) tem sido uma estratégia recorrente e eficaz para perpetuação de situações opressivas”, cuja prática correlaciona-se com uma indiferença diante de uma problemática tão relevante. Assim, “legitimamos dia após dia a manutenção de situações desumanas, decorrentes da desigualdade social e da pobreza” (ACCORSSI; SCARPARO; GUARESCHI, 2012, p.537).

A sociedade, mediante um processo de naturalização, acostumou-se a ver as pessoas em situação de rua como parte da paisagem da cidade, como algo normal e já esperado, mormente em grandes centros urbanos. Mesmo que haja um sentimento mínimo de indignação, de compadecimento, as pessoas em situação de rua não têm suas demandas levadas em consideração com seriedade e compromisso político de mudança. Ao ser questionado sobre o lado mais difícil da rua, João responde:

Solidão. Solidão. Mais difícil? A violência, a discriminação. Eu acho mais a discriminação mermo. (...) Pra sociedade, você não existe, né? Você ali, tá ali, mas é como tivesse nada ali, é como fosse, que você botar um cachorro e um morador de rua num canto, tá um do lado do outro, as pessoas vai olhar mais pro cachorro do que pra você. Pra você imaginar como a coisa é grave. É como que, embora que eu se-, eu seja um cidadão, não, mas tô naquela situação porque num quero tá naquela situação, porque alguma coisa teve, pra eu tá naquela situação. E a pior coisa é você tá ali e ninguém notar você, passar ali como você num existisse e você num vale nada, como você fosse, fizesse parte do, do, do, da, como se diz, da, da rua ali mermo, como fosse um poste ali, mermo ali, naquele mermo canto. (João).

Nesta fala, há o apelo para o reconhecimento de que as pessoas em situação de rua são, igualmente da espécie da humana e, dessa maneira, deveriam ser reconhecidas enquanto tal pelos demais seres humanos. No entanto, João se admira, dizendo ser “*incrível*”, o fato das pessoas darem mais atenção ao cachorro do que ao ser humano.

Ademais, sofrem discriminação racial, levando-se em consideração que a maioria das pessoas em situação de rua são negras. Conforme apresentado no quadro nº 3, dos 22 entrevistados, apenas três declararam-se brancos, seis pretos, cinco pardos, cinco morenos, duas moreno-claros e uma morena-jambo. Somando-se os pretos, pardos e morenos, 19 pessoas são consideradas negras, das quais 8 afirmaram já terem vivenciado algum tipo de discriminação por conta da cor/raça. Essas gradações de morenos demonstram “como o brasileiro foge de sua realidade étnica, de sua identidade, procurando, mediante simbolismo de fuga, situar-se o mais próximo possível do modelo tido como superior, isto é branco” (MUNANGA, 1999, p. 120).

Conquanto esses ditos “morenos” sejam diferentes fenotipicamente dos ditos “pretos”, todos sofrem as consequências sociais, políticas, ideológicas e psicológicas semelhantes aos de pele mais escura, aglutinando todos sob a denominação “negro”. Mesmo com a tentativa de considerar que a característica da mestiçagem brasileira aniquilaria preconceitos de cor, com maior ímpeto no período pós-abolição e início da República, quando se investia na construção de uma identidade nacional, esta dita mestiçagem não cessou a concessão de posições inferiores aos negros, incluindo suas gradações cromáticas diferenciadas. “Pensada como uma categoria que serviria de base na construção da identidade nacional, a mestiçagem não conseguiu resolver os efeitos da hierarquização dos três grupos [branco, negro e índio] de origem e os conflitos de desigualdade raciais resultantes dessa hierarquização” (MUNANGA, 1999, p.121).

Nesse sentido, é possível traçar uma relação entre o fenômeno pessoas em situação de rua com o processo de abolição da escravidão no Brasil, o qual foi desacompanhado da aplicação de políticas públicas de inserção do negro da sociedade de classes. (FERNANDES, 1978).

Já fui insultado com muito racismo, já. Por causa da minha cor, tudinho. Discriminado fui, por causa de tempo antigo, né? Dizia que o negro era escravo, eu num cheguei a essa época, né? Ai tem muita gente branca que é muito racismo, nem todos, né? (...) cor num é tudo não. (...) A pessoa entra num shopping, [...] fica tudo oh, olhando. (...) Entro numa loja, pensa que a pessoa vai roubar. Conheço um branquinho, cabelo bom, anda arrumado, parece aquelas, filhinho de papai, de gente rico, que entra nas loja, sai com calça, sai com um bocado de coisa. E mora na rua, ele! (Tiago).

A sociedade tem sido organizada, não por acaso, mediante uma divisão de locais de compra para ricos e pobres. Para os pobres têm-se as barracas, os locais do meio de rua, da calçada; para os ricos, os shoppings, numa segregação espacial evidente.

A pesquisa nacional sobre as pessoas em situação de rua mostrou que elas sofrem discriminações em estabelecimentos comerciais, shoppings, transportes coletivos, bancos, órgãos públicos, bem como quando vão tirar documentos e receber tratamento de saúde (BRASIL, 2008a). Neste último caso, Marcelo, por conta de uma queimadura sofrida ao tentar cozinhar com álcool, direcionou-se a uma policlínica e não conseguiu receber atendimento porque, em virtude de sua deficiência física, não consegue subir escadas, e a médica, por sua vez, recusou-se a descer para atendê-lo. Ele contou que esperou aproximadamente 3h30 e não conseguiu ser atendido.

No que se refere à retirada de documentos, é comum que as pessoas em situação de rua não tenham as documentações pessoais mais simples, como a Carteira de Identidade e o Cadastro de Pessoa Física (CPF), dificultando, inclusive, a procura de emprego. “*Meu documento é a minha cara, é aparecer assim: ‘opa! Tudo bom minha senhora? Pode entrar?’ (risos).*” (Daniel). Nesse caso, as instituições que atendem essas pessoas, como as que contactadas para auxiliar nesta pesquisa, costumam auxiliá-lhes nesse quesito.

4- Violência associada à situação de vulnerabilidade social

A situação de vulnerabilidade vivenciada nas ruas é propícia para agressões em diversos níveis, como o físico, o psicológico e o sexual, inclusive pelos seus pares. A grande maioria das pessoas em situação de rua sofreu algum desses tipos de violência, conforme representado nos questionários. Dos entrevistados, 12 afirmaram já terem sofrido algum tipo de violência física depois que passaram a morar nas ruas. A violência, inclusive, muitas vezes é praticada pela polícia. Leticia, por exemplo, já sofreu violência policial e já presenciou a polícia agredindo crianças em situação de rua.

Muito assassinato com pedra na cabeça, né, muitos grupo, que anda no meio da rua de madrugada, como se diz, filhinho de papai, pega você, espanca, mata você, toca fogo em você, né, que num tempo desse aí virou moda tocar fogo em morador de rua, virou moda! Você tá ali na parada de ônibus dormindo porque num tem outro canto pra dormir, a mar-, principalmente na marquise e tal, tá ali dormindo, chega um, as pessoa que têm casa, tem tudo, com um paralelepípedo desse tamanho, estoura tua cabeça. Que mal que tu fizesse com aquela pessoa? (João).

O ambiente da rua é violento *per se*. Mesmo que o indivíduo não se envolva em brigas, o fato de estar exposto às intempéries da rua já é suficiente para ser alvo de violência. “*Que você num sabe quem tá ao seu lado (...) pode ser um assassino (...) Aí chega outras pessoa pra matar ele, vai matar você também, devido tá do lado dele.*” (João) “*Que qualquer momento drogado pode fazer uma besteira com a pessoa sem a pessoa imaginar. E ninguém sabe da cabeça de ninguém, principalmente que tá na rua*” (Tiago). É delatada a condição de permanente vigilância que as pessoas em situação de rua vivenciam, na medida em que suas relações são pautadas, devido ao ambiente de periculosidade e às suas experiências, na suspeita constante do outro. Nesse sentido, estratégias de sobrevivência, as mais criativas

possíveis, são elaboradas pelas pessoas em situação de rua. “*Na rua que você tem que ser (...) guerreiro mermo.*” (João)..

Essa violência se agrava ainda mais quando chega a noite. “*É, você num dorme, na rua, o morador de rua, ele não dorme, ele cochila. É o oi[olho], um fechado e outro aberto*”.(João). A violência é agravada quando é direcionada aos negros. “*E você sendo negro que é pior ainda, né?*” (João).

É comum o roubo do material reciclável coletado pelo outro.

Eu vou pegando e guardando. Guardando e vendendo, porque num passo semana, não. Porque eu vou botar onde, essas lata, vou esconder onde? Que eu num tenho casa, num tenho... Aí na rua num tem canto pra esconder as lata. Se esconder, alguém vem e, alguém pega. Aí eu passo um dia, com ela, andando com ela. Durmo até com ela! (...) pra num me roubarem. (Daniel).

Neste caso de Daniel vê-se o esforço que as pessoas em situação de rua passam para conseguirem desempenhar alguma forma de trabalho, mesmo os alternativos no campo da informalidade, a exemplo da coleta de material reciclável. Marcelo contou que não trabalha como autônomo vendendo lanches na rua, porque, como não consegue se defender, por ter uma deficiência física, e não tem uma pessoa para lhe ajudar, facilmente será roubado, como já o foi. “*Se eu for trabalhar na rua, vendendo alguma coisa, sou roubado! Porque (...) o que tem de gente perigoso no mei da rua num tem, num tá no gibi.*” (Marcelo). A vida nas ruas, caracterizada pela errância e carência de estruturas mínimas, não permite o acúmulo de bens, nem mesmo os relacionados ao trabalho. Não existe apoio efetivo do Estado em oferecer espaço para que os catadores guardem seus materiais recicláveis para serem vendidos posteriormente.

Quase todos mencionaram já terem sido vítimas de roubo. “*Não tiveram nem dó, nem piedade.*” (Laura). Igualmente, alguns entrevistados queixaram-se de furtos nos quartos em que moram através do Aluguel Social. Lucas contou que, enquanto estava internado, teve seus pertences furtados e, desde que saiu do hospital, não teve condições de ir ao lugar onde morava.

É muito comum caso de violência sexual contra mulher. Leticia relatou uma experiência nesse sentido. “*Um bocado de cara tentou me comer (...) Queria fazer suruba comigo (...) E me levaram pros mato (...) Comecei gritar e e ele pegou uma garrafa: ‘vai puta, ou tu vai fazer o que a gente quer, ou se não vou enfiar essa garrafa na tua vagina!’*”

(Leticia). Nesse episódio, a violência sofrida não foi pior porque um amigo apareceu para ajudar-lhe minutos depois, embora tenha havido o estupro coletivo.

Os próprios entrevistados relataram executar violência nas ruas.

Mas se eu ver um bebo dormindo, ouviu? Eu num vou mentir pra senhora, não! Eu lisa, eu vou dar uma olhadinha no bolso dele pra ver se eu vejo alguma coisa. Mas quando ele se mexer, eu já paro ali, que eu já sei que ele tá se fazendo. Mas se ele tiver morto-vivo, assim, dormindo, de graça, eu levo, só num levo a cueca dele que tá cagada! Mas tudo eu levo. (Leticia).

Leticia, logo que foi a morar nas ruas, aos sete anos, começou a cheirar cola, motivo pelo qual passou a pedir e a roubar para custear seu uso de drogas, juntamente com outros colegas. Por isso, foi presa na Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM) mais de 50 vezes, durante a infância e a adolescência. Quando mais velha, também chegou a ficar presa, na Colônia Penal Feminina do Recife, conhecida como Bom Pastor. Atualmente, ela afirmou que faz uso de cola apenas de vez em quando e que se esforça para obter as coisas através do trabalho, principalmente pelo medo de ser detida e deixar os filhos abandonados. “Num gosto de tá metendo mais a mão nas coisas, né? Que, como eu fazia antes.” Tiago também confessou que, quando sua companheira estava grávida e ele queria contribuir nas despesas a todo custo, como não conseguia emprego, envolveu-se em práticas de roubo. Entretanto, deve-se levar em consideração que o envolvimento de pessoas em situação de rua com a criminalidade muitas vezes está relacionado à insuficiência de meios de subsistência, que seriam conseguidos com trabalho decente.

5- Alimentação: uma dificuldade perene

A alimentação das pessoas em situação de rua, uma de suas principais estratégias de sobrevivência, consiste num desafio a ser vencido diariamente, visto que, diante da pouca renda, não há garantia de comida. Quando questionado se consegue fazer as 3 refeições por dia, João responde: “morador de rua, acho impossível, impossível. Não tem como não. Morador de rua tem que se virar.” (João). À exceção dos que estão acolhidos, estas pessoas vivenciam dificuldades constantes para garantirem sua alimentação diária, a qual é facilitada mediante o vínculo ao Centro POP e a ONGs que lidem com este público.

Os usuários do Centro POP, por exemplo, alimentam-se bem quando estão presentes no mesmo, apresentando dificuldade durante a noite e nos finais de semana. Entretanto, os

entrevistados relataram que, nesta instituição, não há refeições para todos que necessitam, de modo que são obrigados a chegarem muito cedo para aguardarem a abertura da mesma e garantirem a alimentação. É comum várias pessoas em situação de rua aguardarem a possibilidade de receberem o almoço e não obterem êxito. No dia da entrevista de Marcelo, o mesmo estava em dúvida se almoçaria no Centro POP, pois, como chegou atrasado durante a manhã, seu nome ficou no final da lista para o almoço. *“Se você perdeu a chamada, você perdeu o almoço. Aí você passa o dia todinho com fome, meu!”* (Marcelo).

Outro local que auxilia as pessoas em situação de rua em Recife, citado por alguns entrevistados, é a Cristolândia, instituição baseada em princípios da religião evangélica que atende pessoas em vulnerabilidade social, como a situação de rua e a dependência de drogas, onde, segundo Marcelo, a refeição não costuma ser boa. Inclusive, no dia da entrevista, ele havia perdido o horário do café da manhã no Centro POP e foi à Cristolândia. Porém, neste local estava servindo *“pão mofado”*. Além da obrigação em participar dos cultos religiosos da instituição e em silêncio. *“E se falar mermo vai pra fora. Né ela que vai passar fome. Quem vai passar fome é, é, é aquela que ela vai botar pra fora.”* (Letícia).

A alimentação das pessoas em situação de rua, no geral, tem sido garantida pelas instituições acima, com acréscimo da doação de pessoas individuais, restaurantes e supermercados. *“Conseguia, porque eu ia pra X [um restaurante] pedir comida lá, (...) Aí, me davam aqueles saco de comida, de plástico, galinha assada, macarrão, aí pronto.”* (...) *Eu num passava fome, porque os barraqueiro comprava comida, quentinha e comprava pra mim também.”* (Mateus).

Ademais, há grupos organizados sob a filantropia que, periodicamente, distribuem refeições nas ruas do centro de Recife à noite. A esta fonte de recebimento de alimentação, as pessoas em situação de rua denominam de “comunidade”. *“À noite passa aquele negócio, as comunidades, né, e dá sopa a pessoa”* (Daniel). *“Às vezes eu vou lá pro centro da cidade, vou, mas eu vou mais pra lá por causa das comunidades, que a gente recebe doação de roupa, comida”* (Laura). Para algumas pessoas, este é o único momento do dia em que se alimentam. Todavia, embora seja uma refeição satisfatória, não é servida em horário fixo, fazendo com que, em alguns dias, tenham que esperar bastante.

A seguir, uma ilustração da “comunidade”:

Fotografia 3 – “Comunidade”
Rua do Imperador



Fonte: Elaborada pela autora, 19/07/2014

Fotografia 4 – “Comunidade”
Praça da Independência



Fonte: Elaborada pela autora, 28/08/2014

Os biscates que executam nas ruas, incluindo prostituição, também são meios para conseguirem a alimentação. João, que já se prostituiu algumas vezes, afirmou que só o fez *“porque tava com fome, num tinha outro jeito.”*

O uso de drogas é um empecilho à realização das três refeições por dia. *“Tinha vez que tinha alguma ôia, quando falo assim é biscate, né? (...) Ganhava, tinha dia de eu (...) o que eu ganhava (...) de comer, tinha vez, tinha vez que eu, beber, bebia. Aí deixava e ia pedir.”* (Samuel).

De modo geral, as pessoas em situação de rua empenham grande esforço para conseguirem se alimentar. *“Cobra que num anda num engole sapo.”* (Carolina).

Mesmo com diversas dificuldades, 17 pessoas conseguiam realizar as três refeições diárias, porque a maioria, 9, estava acolhida; 6 recebiam, proeminentemente, alimentação de instituições de atendimento às pessoas em situação de rua e das “comunidades”, em complementação a pequenos trabalhos informais e à mendicância; um conseguia com seu próprio dinheiro e uma com dinheiro de algum familiar, pois tinha a casa de sua família como ponto de apoio. As demais, cinco, conseguiam realizar pelo menos uma refeição por dia, de modo assistemático. Os que estavam acolhidos também apresentavam dificuldades anteriormente. *“Num fazia, porque eu num tinha casa, nem fogão, nem, nem panela, nem nada, assim, como é que eu ia fazer?”* (Mateus).. Salienta-se que, à exceção dos acolhidos, mesmo fazendo as três refeições por dia, não é garantia que essas pessoas tenham o valor nutricional assegurado nestas.

6- Higiene: uma necessidade não assegurada

Morar nas ruas é sinônimo de encontrar bastante dificuldade para higienizar-se. Recife é uma cidade que não dispõe de locais públicos à prática de higienização, como banheiros e lavanderias, o que denota a não aplicabilidade do planejamento urbano direcionado às pessoas em situação de rua, apesar da existência desse público e do conhecimento de suas necessidades serem antigas. *“A gente se humilha pra tudo, tia! Até pra tomar um banho.”* (Letícia).

Diante dessa dificuldade, estas pessoas desenvolvem métodos bastante criativos. Em termos de banho, utilizam as estratégias mais diversas, conforme as citadas pelos entrevistados: chuveirão da praia, cano estourado, estacionamento, etc. Os que têm acesso a alguma casa de acolhida ou Centro POP, costumam tomar banho nestes locais.

A mesma dificuldade é encontrada para fazer as necessidades fisiológicas. *“Faz na rua mermo, moça. Se num tiver banheiro, faz na rua.”* (Daniel). Esse “fazer na rua” é, geralmente, no período noturno e em locais com pouco acesso, como terrenos baldios e nas margens do Rio Capibaribe. João relatou que é comum, em banheiros públicos, nos momentos de tais necessidades, acontecer assédio sexual, tanto com homens quanto com mulheres.

Essa dificuldade de higiene, portanto, acarreta diversos problemas de saúde, como os odontológicos, que se apresentam em todos os entrevistados, embora, quando questionados, não tenham reconhecido que possuíam algum problema dentário. Outrossim, diante da excessiva exposição ao sol, da permanência em locais insalubres, é evidente o comprometimento da saúde dessas pessoas.

Todavia, não há uma sinonímia entre situação de rua e descuido da higiene. *“Muitos que moram na rua, é relaxado, num liga pra tomar um banho. (...) Eu tô na rua, mas eu num relaxo não. Eu lavo minha roupa, tá entendendo? (...) Ando calçado, num ando cheirando cola, nem nada.”* (Tiago).

7- Mendicância

Embora a mendicância não seja uma regra das pessoas em situação de rua, como propala o senso comum, a prática de pedir ainda é verificada no dia-a-dia dessas pessoas em Recife. *“Me acordava] (...) ia ver se tinha alguma coisa pra fazer, se num tivesse ia pedir,*

né? Se num pedisse, eu ia beber. Assim, variava, né?” (Samuel). Este ato é contextualizado numa sociedade cuja prática tem sido a ênfase no discurso meritocrático, em detrimento de projetos de abrangência coletiva e com base em políticas públicas. Traço preponderante da política alinhada com as premissas do neoliberalismo.

Maciel (2004) desenvolveu um trabalho sobre a mendicância, em Fortaleza, e a relação desta com a cidade e o cotidiano, constatando que o desemprego é uma causa importante que conduz indivíduos a sobreviverem preponderantemente por meio de esmolas. Uma das conclusões de seu estudo é que “somente a pobreza extrema resulta numa situação de conformidade diante da mendicância”, uma vez que este ato é visto com desprezo por muitos, inclusive por familiares e alguns em situação de rua (MACIEL, 2004, p.110).

Assim, a mendicância é encarada como o expediente último na luta pela sobrevivência, quando outras fontes de obtenção de recurso são insuficientes ou inexistentes, sobremodo por ser uma ação que, expondo cruamente a situação de miséria, é carregada do sentimento de vergonha. *“É melhor pedir do que roubar.”* (João). *“Num tem como eu tá sem ganhar nada, porque pouco ou muito, eu saio pedindo e saio ganhando.”* (Letícia).. Entretanto, saliente-se o reconhecimento da existência de casos em que indivíduos, mesmo tendo outras fontes de renda, optam pela mendicância.

4.2 Motivação para ir às ruas

A condição de desemprego, responsável por provocar graves infortúnios sócio-econômicos, bem como prejuízos na busca por alternativas de sociabilidade diferentes da situação de rua, também se configura como uma característica das pessoas em situação de rua e foi apontada como o fator principal da passagem a esta situação, a qual não consiste num processo abrupto, mas gradual. Com base no processo de abstração do materialismo histórico dialético, em que o elemento a ser estudado é extraído de sua totalidade para melhor ser analisado e, assim, identificar suas múltiplas determinações, constatou-se que atrelado ao desemprego outros fatores motivadores foram identificados, dentre os quais se destacam: frágil vínculo familiar, uso de drogas, doenças, os quais serão melhor explorados adiante. Saliente-se, também, a violência doméstica praticada pelo marido, pelos pais, e entre estes. Houve quem avaliasse, no entanto, que a condição de outros estarem nas ruas seria por

vontade própria. *“Eu acho porque quer, né vei?! (...) Gostam das droga. Têm muitas pessoa que tem mãe, família, mas eles gostam da rua, quer viver assim.”* (Daniel). Daniel, porém, afirmou que está nas ruas por conta de desemprego.

A justificativa levantada pelos informantes para explicar a situação de rua dos demais é baseada em suas próprias histórias, como é o caso de Tiago que está nas ruas por causa de dívida aos traficantes. *“Tá na rua porque fez alguma merda. Ai têm uns que num quer dizer, ai ‘não porque eu me acostumei, eu gosto de ficar na rua’. Mentira! Fez alguma coisa!”* (Tiago). Mesmo que a motivação individual seja levada em consideração, está imbrincada à *“falta de opção, falta de apoio”*. (Laura).

Em todas essas situações, o indivíduo vivencia grande pressão psicológica, ao ponto de romper os vínculos com a família, a comunidade, o trabalho, a escola, “atravessando o limiar tênue que no imaginário social estabelece os parâmetros de uma ordem legítima de vida” (VIEIRA, BEZERRA e ROSA, 2004, p.19).

Desemprego

Não se pode afirmar que existe um fator único para alguém decidir morar nas ruas e nem para permanecer nelas. Há, no entanto, fatores que assumem proeminência nesta decisão e estes não estão isolados, mas conjugado a outros, mesmo que a manifestação desses últimos tenha menor expressão. Esta pesquisa averiguou que a dificuldade financeira, proveniente do desemprego, tanto do indivíduo quanto dos seus cuidadores em caso de crianças, sobretudo, consiste no fator principal para o desencadeamento da situação de rua. Destarte, “entende-se que a pobreza gerada pela exploração capitalista conduz a manifestações de vida cotidiana sob condições extremas, sendo a busca de moradia e sobrevivências nas ruas, tanto por adultos, como por crianças ou adolescentes, uma destas manifestações” (MIRANDA, 2005, p.25).

O desemprego foi apresentado como o elemento principal tanto para inserção na situação de rua, quanto para saída dessa circunstância, visto que o emprego é o meio fundamental para o indivíduo conseguir alguma renda e se sustentar. Dos 22 entrevistados, apenas três não se enquandram nesta situação; duas (Carla e Jéssica) foram às ruas por uso de drogas e uma (Laura) por desavença na família adotiva mais o uso de droga, atrelado à morte do pai e abandono da madrasta. Neste caso, a dificuldade financeira da família biológica, embora não esteja dentre os fatores preponderantes, é digno de nota.

Como exemplo, Tiago, perante o desemprego em sua família, começou a trabalhar aos 14 anos, pois, além da dificuldade que sua mãe enfrentava para conseguir emprego, seu pai não ajudava no sustento dos filhos. *“Tanto faz minha mãe tá trabalhando, como ela num tava mais, ia pra um trabalho, demora ainda pra arrumar outro. Ai minha família ajudava, meus irmãos mais velho, né? Sempre trabalharam, aí quando tava ruim, aí eu ajudava de um lado.”* (Tiago).

Pedro, por sua vez, ao relatar um dos momentos mais difíceis de sua vida, segundo o próprio, em que passou à situação de rua pela primeira vez, afirma: *“arrumar um emprego naquela época, até o ônibus é, pegar um ônibus tinha que ter um trocado (...) na época, pra lavar um carro... tinha que pedir. Pra vender uma caixinha de picolé tinha que levar o registro! Pra deixar empenhado, pra sair com a caixinha de picolé!”* (Pedro). Inclusive, ele aponta que hoje a situação para se conseguir emprego é mais fácil, fato questionável diante do aumento do desemprego estrutural, que tem como uma das causas a reestruturação produtiva, a qual proporciona a diminuição de postos de trabalho.

Apenas um entrevistado, André, afirmou ter renda suficiente para se sustentar, a qual consiste na soma do Benefício de Prestação Continuada (BPC) – por ser portador de transtorno mental - com atividades extras no campo do trabalho informal, totalizando aproximadamente R\$2.000,00. Porém, embora ele tenha uma casa, mesmo que precária, vive a maior parte do tempo nas ruas. De todos os informantes, quatro não trabalham por motivo de doença. E os demais porque procuraram e não encontraram, incluindo os que executam pequenos trabalhos informais, que gostariam de ter um trabalho mais estável e de salário melhor.

O desemprego, atrelado à baixa renda, resvala em condições precárias de moradia antes da passagem à situação de rua. Grande parte das pessoas em situação de rua morava em locais extremamente degradados, tanto no que se refere à estrutura física da casa propriamente dita – normalmente em estrutura de taipa, madeira, piso de terra batida -, quanto à localidade, em se tratando de inacessibilidade e aglomerados subnormais (denominação do IBGE para o que popularmente é conhecido como favela). A precariedade da moradia afeta a higienização, uma vez que, por exemplo, é comum a existência de banheiros degradantes ou mesmo a inexistência destes. Dos entrevistados, dois moravam em casa que não havia banheiro; dos que tinham banheiro, seis não o tinha dentro de casa. Tomando João como exemplo, todas as casas onde morou eram muito precárias. Na primeira, de palafita, relatou que quando chovia

era possível pescar dentro de casa mesmo. “*Pescava no banheiro. Fazia necessidade e ali mesmo pescava. A sobrevivência, né?*”(João).

Doenças

A vulnerabilidade ocasionada pela pobreza impacta diretamente na condição de saúde e qualidade de vida, no âmbito físico, psíquico e social, visto que antes mesmo da passagem às ruas, o indivíduo já se encontra numa situação de extrema precariedade, com pouca ou nenhuma perspectiva de que o futuro seja mais promissor. A falta de recursos dificulta o cuidado de si, a alimentação saudável, o lazer, a prática de exercícios, em suma, fatores que influenciam a vivência da saúde, como um direito.

Assim, num contexto de violações de direitos em diversas áreas, resta ao indivíduo utilizar-se de seu corpo para lutar cotidianamente por melhores condições de vida e, no limite, para satisfazer necessidades básicas de alimentação e de moradia. Todavia, ao ser acometido por alguma doença, a grande maioria, sem amparo familiar, comunitário e do Estado, perde até mesmo a possibilidade de continuar garantindo o mínimo de sua sobrevivência, sendo impelido, portanto, à situação de rua, uma vez que dipõem de um sistema de garantia de direitos extremamente debilitados (PAIXÃO; FIGUEIREDO, 1996).

Três entrevistados (Pedro, Fernando e Lucas) ficaram em situação de rua por conta de doença. Pedro, por atropelamento de carro; Fernando, porque perdeu o olho esquerdo ao cair de uma escada; Lucas, devido a problemas de articulação nas mãos e hérnia. Dois destes (Pedro e Lucas), especialmente, apresentam bastante dificuldade em trabalhar devido às limitações impostas pela doença e, por não terem outra forma de sustento, ficam em situação de rua.

No caso de Lucas, trabalhava como armador em prédio, barragem e ponte, com muito esforço, constantemente longe da família por conta das viagens. Em virtude da dificuldade em conseguir emprego na sua função, por já ter mais de 50 anos, decidiu trabalhar com pesca, ou seja, pescava no centro de Recife e ia vender no bairro de Afogados. O dinheiro da pesca não era suficiente para ele pagar a moradia todos os dias, e, sem amparo familiar, já divorciado, ficava algumas vezes na rua. Porém, adoeceu e não pode mais exercer esta atividade. E como sua atual companheira também não podia mais trabalhar, os dois passaram a morar nas ruas.

Depois foi recebido numa casa de acolhida, de onde foi contemplado com um Auxílio Aluguel e ajuda na alimentação. Antes mesmo do período desse auxílio acabar, sua doença agravou e ficou internado num hospital. Ao sair de lá, foi acolhido pelo CRS, a fim de receber melhores cuidados para seus problemas de articulação nas mãos e de hérnia.

Quando em situação de rua, os indivíduos ficam ainda mais vulneráveis a doenças, devido às condições insalubres e inadequadas a que são submetidos, as quais não são convenientes para permitirem um mínimo cuidado sistemático no dia-a-dia, a exemplo da desnutrição advinda da carência de alimentação, bem como da prática irregular de dormida.

Drogas

A frequência do uso de drogas pelas pessoas em situação de rua é verificada como uma das causas da passagem a esta situação, inclusive, por alguns entrevistados (Daniel, Tiago, Samuel, Laura), tanto como fator desencadeador à situação de rua, quanto empecilho à saída desta. *“Tem muita gente que tá na rua através das drogas. (...) Vende a casa, acaba com tudo, aí fica na rua mermo. (...) A maioria.”* (Tiago). *“Adepois que essa droga entrou no, entrou mermo aí... no Brasil mermo, que nós vivemos no Brasil aqui, as criança, tudo 10 ano, tudo fumando droga, usando droga.”* (Samuel).

Diante da abstinência das drogas e da falta de recursos para a compra destas, é comum o furto de objetos da família a até mesmo de vizinhos. Porém, quando é descoberto, *“tem que sair da área. Ou sai ou os outro mata (...) Pra pessoa num morrer, vai pra rua.”* (Tiago).

Uma das facetas que compõem o estigma relacionado a estas pessoas consiste justamente no uso de drogas, visto, equivocadamente, como uma prática generalizada. Conforme já mencionado anteriormente, este uso está associado a fatores mais estruturais, como o desemprego. Assim, o uso de drogas por pessoas em extrema pobreza, incluindo as que estão em situação de rua, não se relaciona apenas ao prazer, mas, antes, consiste numa forma de lidar com a dura realidade que vivenciam, mediante a sensação de alterações psíquicas que possibilitem encarar sua situação, inserida num contexto de violações de direitos e negação da cidadania, de modo menos doloroso (TONDIN, NETA e PASSOS, 2013, p.491). Dessa maneira, o uso de drogas, para além da recreação, é tido como uma consequência sintomática da realidade crua de pobreza e desigualdade social provocadas pelo sistema capitalista, num estado de “desencantamento do mundo” (BIRMAN, 2014).

As drogas, em suas diferentes modalidades, têm sido utilizadas desde tempos remotos, com o objetivo de alterar a consciência para ter experiências diferentes das vivenciadas em estado de sobriedade, analisadas, por Carneiro (2006), como uma necessidade humana, associadas à religião, à cura, ao prazer, à sociabilidade etc. Foi no século XX que, ao mesmo tempo em que se aumenta a circularidade das drogas no mercado, aumenta-se o proibicionismo das mesmas, num processo de criminalização e estigmatização de quem delas faz uso. Porém, o proibicionismo é seletivo, uma vez que drogas comprovadamente danosas, como o álcool, o tabaco e os psicofármacos, são aceitas e têm circulação e venda lícita, gerando exorbitantes lucros a empresários que as comercializam (CARNEIRO, 2006; BIRMAN, 2014).

O problema relacionado às drogas que afeta mais diretamente as pessoas em situação de rua refere-se ao uso dessas substâncias enquanto prática que dificulta a convivência social e o estado físico-psíquico dos indivíduos, consistindo numa dependência, que tanto pode estar associada à passagem à situação de rua, quanto à dificuldade para a saída das mesmas. As drogas comumente utilizadas pelos entrevistados, quer no momento da entrevista, quer em momentos anteriores, consistem em álcool, cola de sapateiro, crack e maconha. Já nas ruas, muitos fazem uso dessas substâncias para aplacar o sofrimento cotidiano de extrema pobreza. *“Tem vez que eu bebo cachaça, pra matar os castelo de muita coisa na minha vida. Aí eu baratino na cachaça, tem vez.”* (Daniel).

Dos entrevistados, três (Tiago, Jéssica e Carla) apresentaram as drogas, especificamente o crack, como o motivo principal para passagem à situação de rua. Apenas uma dessas, Jéssica, não vivenciava dificuldade financeira associada à droga, embora, atualmente, encontre empecilhos para manter a si e aos filhos; por mais que tente, não está conseguindo encontrar emprego. Outra, Beatriz, citou a liberdade para usar drogas com o namorado como mais um motivo para sua saída de casa.

Algumas pessoas que se tornam dependentes de drogas costumam utilizar-se de espaços públicos como praças, embaixo de viaduto e prédios abandonados para consumirem essas substâncias, momentos em que criam laços com outras pessoas em iguais condições e, assim, muitos passam a viver nas ruas. As drogas também consistem numa das principais causas de conflitos familiares, impulsionando muitos usuários a optarem por sair de casa para consumir tais substâncias.

O uso de droga agrava ainda mais o estado das pessoas em situação de rua, que ficam mais vulneráveis à insalubridade e aos perigos da rua. “*Já cheguei a passar uma semana usando sem parar, direto, sem dormir, sem comer, sem me alimentar, nada, sem to-, até sem tomar banho.*” (Laura). Por conta desse agravamento, cada dia sem consumir droga é comemorado pela pessoa dependente. “*Fazem, quatr-, quatro não, cinco dias que eu tô sem usar crack.*” (Laura). Laura afirmou que o dinheiro que ganhava dava para ela se manter, que conseguia pagar o aluguel de um barraco e que vivia sossegada, até começar a usar crack.

Assim, já em estágio avançado de dependência, muitos, embora desejem, têm dificuldade de sair das ruas, como é o caso de João, Tiago, Beatriz e Carla. Como dito, algumas pessoas em situação de rua, ao avaliarem sua condição, mencionaram as drogas como uma das principais dificuldades para os indivíduos saírem dessa circunstância, ao passo que salientaram, neste contexto, a carência de tratamentos específicos ofertados pelo Estado para resolução deste problema, num quase abandono com a questão. Tiago argumentou que o motivo de estar nas ruas é a dificuldade em conseguir, sozinho, livrar-se da dependência das drogas, especificamente o crack, o qual faz uso há três anos. No dia da entrevista, fazia apenas dois dias da última vez que usara drogas.

Tanto Tiago, quanto João, apontaram a dificuldade que enfrentam para desfrutar de tratamento na rede pública. João relatou que, embora tenha tentado em várias instituições, não estava conseguindo um tratamento específico para as drogas. No momento da entrevista, frequentava o Programa Atitude³² aos finais de semana. Porém, relatou que, mesmo para passar apenas o dia, tanto no Centro POP, quanto no Atitude, enfrenta muita dificuldade, numa “*guerra*” diária, em virtude da demanda destas instituições ser superior ao atendimento prestado. Constata-se, portanto, a flagrante deficiência de políticas públicas de combate às situações degradantes provocadas pelas drogas.

Em razão do envolvimento de Tiago com as drogas, mesmo tendo contato com sua família, não mora com nenhum deles. Tiago possui uma casa própria, a qual foi dividida com a irmã depois que a mãe faleceu. Porém, devido a dívidas de drogas, teme morar nesta comunidade e ser pego pelos traficantes, sendo impelido a morar nas ruas. Antes dessa dívida, sua irmã já havia quitado outra para ele. Ele pensa em voltar para sua casa: “*penso em voltar*

³² O programa ATITUDE – Atenção Integral aos Usuários de Drogas e seus Familiares é um programa do Governo do Estado de Pernambuco que tem como objetivo atender usuários de crack, álcool e outras drogas, bem como os familiares destes. Os atendimentos são focados em oferecer alimentação, descanso, higienização, atendimentos, encaminhamentos, etc.,

sim, porque é o lugar que eu me criei, né? Conheço muita gente, tem muita gente que gosta da pessoa também, mas toda vez que eu tô lá eu me envolvo muito em droga". Ele já tinha voltado para casa uma vez, mas envolveu-se com drogas e retornou às ruas. *"Eu tenho vontade de sair, né [da situação de rua], mas eu vou fazer o que? Eu tenho minha casa, mas eu num posso ir pra lá. Peguei o negócio do cara e fumei todinho. Aí eu vou pagar quando?"* (Tiago). Ele deve aproximadamente R\$300,00. Afirmou que mesmo se desempenhar algum trabalho, não consegue juntar o dinheiro para pagar sua dívida, voltar a sua casa e sair das ruas, pois quando tem acesso a alguma renda não consegue evitar o uso de drogas. Ele realizava, assistemáticamente, alguns trabalhos informais, como juntar metralha, cortar capim, fazer frete em feiras de frutas e verduras. Ele relatou que essas atividades surgiam quando ele procurava e que por vezes se esquivava destas para evitar gastar o dinheiro com drogas.

Nesse sentido, sua vontade de sair das ruas está atrelada a um tratamento de drogas. *"Voltar a trabalhar, né? Renovar minha vida de novo, como era, né? Conquistar tudo de novo. Agora, tem que se tratar (...) pra tirar isso do sangue. A pessoa tá tranquila aqui, né? Pegou no dinheiro meu vei... (...) Fumou uma mô vei, xau pro loro!"* (Tiago). Ele relatou a dificuldade que enfrenta diante da tentação das pessoas oferecendo-lhe drogas. No momento da entrevista, Tiago não estava fazendo tratamento para o uso de drogas e utilizava o Centro POP, tanto para receber refeições, quanto como refúgio para evitar este uso, mesmo que isso implicasse em perder de exercer atividades empregatícias e, assim, conseguisse alguma renda.

De acordo com a Política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas, deveria haver equipamentos suficientes para o tratamento das drogas, sem necessariamente precisar de internamento, a exemplo do Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas (BRASIL, 2003). Porém, a despeito desta constatação, o que se vê são deficiências, tanto na oferta de internamento quanto na de outras alternativas. A esta ineficiência do Estado, surgem, como alternativas, instituições religiosas de tratamento a usuários de drogas, geralmente de cunho protestante, muitas vezes impondo a participação dos indivíduos em cerimônias religiosas, embora o Estado se advogue laico e garantidor das liberdades individuais. João, por exemplo, enfatizou que não deseja tratamento em instituições religiosas.

Segundo Tiago, sua dependência o influencia a não procurar emprego, para privar-se de ter dinheiro e gastar em drogas. Para evitar o uso de drogas, também, frequenta o Centro POP de segunda à sexta-feira, uma vez que nas ruas o uso de drogas é mais facilitado. Porém,

neste local não havia atividades ocupacionais, muito menos com foco em usuários de drogas. Salienta-se, porém, que a dificuldade financeira dele foi anterior ao uso de droga, utilizada como subterfúgio para enfrentar sua situação de desemprego e grande carência de renda, em suma, suas frustrações.

Nesse sentido, deve-se levar em consideração que as drogas por si só não causam nem pobreza nem situação de rua; na maioria das vezes, as drogas são consequências destas situações. Em seus estudos sobre drogas, o neurocientista estadunidense Carl Hart (2014), tem averiguado que as pessoas tornam-se dependentes de drogas quando não veem outras opções de vida, perante o sistema capitalista que propicia desigualdades sociais e exclusão da grande maioria. Assim, ele argumenta que nem todos os usuários de crack tornam-se dependentes.

Frágil vínculo familiar

O frágil vínculo familiar é uma característica marcante no histórico das pessoas em situação de rua, as quais não encontram amparo familiar, nem comunitário, para enfrentar as adversidades cotidianas e conseguir a saída das ruas, por exemplo. No entanto, apesar dos vínculos familiares fragilizados, averiguou-se que há uma regularidade na relação das pessoas em situação de rua com seus parentes. Das 22 pessoas entrevistadas, 15 afirmaram que mantêm vínculo familiar, embora apenas cinco o mantenha todos os dias, das quais duas estão com familiares nas ruas, duas crianças, Letícia com o filho e Carolina com a neta. Dos demais, três têm contato pelo menos uma vez por semana, três uma vez por mês, três algumas vezes por ano e um uma vez por ano. A manutenção ou não de vínculo familiar está relacionada à qualidade do mesmo, conforme verificado na tabela abaixo, a qual mostra o modo com os entrevistados avaliaram seu vínculo familiar.

Tabela nº1: Vínculo familiar

		Se mantém vínculo familiar		
		Sim, estou com algum familiar nas ruas	Sim, sem a presença de algum familiar nas ruas	Não
		N	N	N
Como considera o relacionamento familiar	Ótimo	0	3	0
	Bom	1	5	1
	Regular	0	3	1
	Ruim	0	1	1
	Péssimo	1	1	1
	NS ³³	0	0	1
	NA ³⁴	0	0	2
	Total	2	13	7

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Conforme se verifica na tabela, a grande maioria dos que avaliaram positivamente seu relacionamento familiar são os que mantêm algum vínculo com sua família. Dos que não mantêm vínculo com a família, apenas um considera bom o relacionamento com esta. É o caso de Mateus que estava se organizando para voltar a morar com a família em Alagoas.

A partir desses dados constata-se que quem não mantém vínculo com a família geralmente avalia como ruim o relacionamento com a mesma. Todavia, entre as variáveis “vínculo familiar” e “como considera o relacionamento familiar”, não dá para afirmar que há uma variável independente e outra dependente *per se*, visto que uma mesma variável pode assumir as duas funções, a depender do caso. Assim, tanto é possível que um indivíduo tenha vínculo familiar, ou não, pelo modo como avalia seu relacionamento com sua família (o vínculo é variável dependente: avaliação → vínculo), quanto o fato de ter tal vínculo, ou não, influencie em sua avaliação (o vínculo é variável independente: vínculo → avaliação).

Os dois casos de “NA” referem-se a João e a Mateus, os quais afirmaram que, mais do que não possuírem vínculo com família, não há como qualificá-lo porque simplesmente “*não há*” (João). A infância de João foi permeada pela extrema pobreza, atrelada à desagregação e desapego familiar, no bairro de Santo Amaro, um dos mais carentes de Recife. Já aos três meses de vida foi largado pelo pai na maré, tendo sido resgatado por uma pessoa da

³³ Não sabe.

³⁴ Não se aplica.

comunidade. Além de sua mãe ter matado sua irmã de overdose, aos dois anos de idade, dando-lhe uma mamadeira de cachaça, deu um chute nele ao ponto do mesmo ter que ficar três meses internado num hospital, em estado grave, correndo o risco de ter os movimentos da perna bastante prejudicados. *“O médico disse que eu não podia nem pular mais, nem nada, que tinha que fazer uma cirurgia (...) Mas só que, Deus é tão bom que fez o osso voltar pro lu-, o canto de novo. (...) E hoje em dia sou mestre de capoeira, pulo mais que (risos), que macaco.”* (João). Salienta-se que ele já se utilizou da capoeira como alternativa criativa para o ganho do sustento diário.

Por conta de toda essa situação com ele e sua irmã, seu pai bateu muito em sua mãe com cano de ferro, tendo esta fugido em seguida, quando João ainda tinha cinco anos de idade. Depois, só foi reencontrá-la aos 34, momento em que passou três meses com ela e novamente se afastou. Quando João saiu do hospital, ficou com o pai por pouco tempo e, ainda com cinco anos de idade, saiu de casa para morar nas ruas, para evitar as agressões da madrasta. Antes mesmo de sair de casa definitivamente, João passava a maior parte do tempo pelas ruas, nas casas de vizinhos, só voltando a casa para dormir. *“E daí eu já comecei a ficar na rua, na rua mesmo, sobreviver na rua”*, dormindo, algumas vezes, em cima de paradas de ônibus. Durante vários momentos das entrevistas, relatou que o pai não gostava dele - *“Esses anos todos só me batia”*.

Outro exemplo de frágil vínculo familiar é o caso de Laura. Quando criança, ela morava com o pai e a madrasta, a qual lhe maltratava. Depois que seu pai morreu, quando ela tinha três anos aproximadamente, sua madrasta lhe encaminhou a uma casa de acolhida. Até os 10 anos de idade, momento em que foi adotada, ela já tinha passado por três casas de acolhida. Laura nunca chegou a conhecer sua mãe biológica, e, em relação ao pai, tem uma vaga lembrança. Ela sabe de poucas informações de seus pais biológicos, como os seus nomes, porque se informou no Juizado de Menores. Seu pai adotivo faleceu quando ela tinha 13 anos, o que agravou sua situação, sobretudo porque ela não mantinha boa relação com sua mãe adotiva, ao ponto de ser agredida por esta. Salienta-se que seus pais adotivos, embora morassem juntos, já estavam separados. Depois desta morte, sua mãe adotiva acionou o Conselho Tutelar, o qual a encaminhou para uma casa de acolhida, permanecendo nesta até próximo dos 18 anos.

Letícia, igualmente, não teve uma boa acolhida familiar, mas uma vida *“sofredora”*. Seu pai, quando ingeria bebida alcoólica, costumava espancar sua esposa, mãe de Letícia, e

quebrar objetos da casa. Devido à grande violência cometida por seu pai à sua mãe, esta se separou dele e Leticia foi morar com seus avós maternos, aos três anos de idade. Depois da morte de sua avó, Leticia morou na casa de várias pessoas, e nenhuma destas demonstrou interesse em cuidar dela. Leticia também foi desprezada por seu pai, principalmente depois que este se casou novamente e passou a ser influenciado por sua nova esposa a maltratar a filha. *“Minha vida foi assim, uma vida, triste, porque ninguém me, gostava de mim, todo mundo que me pegava pra criar ficava, é, dizendo coisa comigo.”* Outrossim, Leticia era maltrada pela nova esposa de seu avô, motivo que a impulsionou a ir às ruas, sendo várias vezes trazida de volta por este. Até que, ainda aos sete anos de idade, influenciada por alguns amigos e no intuito de se livrar desses maltratos, agregados à pobreza aguda que vivenciava, passou a morar nas ruas.

Nesse sentido, avalia-se o vínculo familiar como um dos principais fatores à entrada em situação de rua, pois a coesão da família é um ingrediente fundamental no amparo ao indivíduo em vulnerabilidade, sendo uma das poucas bases que suporta o indivíduo no momento de quase transpor a barreira da liminaridade entre a pobreza e a situação de rua. *“Talvez que eu não tivesse problema com a família, que eu não fosse assim.”* (João). Todavia, diante da pobreza, desemprego e desassistência do Estado, muitas famílias não conseguem dar o apoio necessário a seus membros, favorecendo o impulso destas a situações de privação.

Situação de rua: uma alternativa?

A partir dos motivos que conduziram os indivíduos a viverem nas ruas, constata-se que a definição de pessoas em situação de rua, bem com as causas de passagem a esta situação, é uma tarefa árdua, porque não se trata de uma constante, visto que há múltiplas possibilidades desse processo ocorrer. E, estes motivos estão relacionados às estratégias de sobrevivência para saírem dessa circunstância, no que se refere a evitá-los, como no caso da busca por trabalho para sair do desemprego e circular em espaços de cidadania.

Em alguns casos, atrelado às dificuldades financeiras, morar nas ruas também consiste num ato de fuga de agressões, pois em muitos lares a família não fornece suporte a seus membros, como nos exemplos de violência física e sexual dos pais e/ou de outros agregados familiares. Nessa fuga, muitos também procuram *“privacidade”* (André), para estabelecer

redes de convívio, fazer uso de drogas, cometer furtos e roubos, etc., mesmo num ambiente em que é difícil resguardar esta dita privacidade, pois a situação de rua é justamente o ponto de confluência entre o público e o privado, em que os limites entre essas duas dimensões não são claramente demarcados.

As pessoas em situação de rua, à exceção dos considerados “hippies³⁵” – que seguem uma ideologia de viver de um modo menos apegado a questões materiais, geralmente sobrevivendo da venda de artesanatos em grandes cidades –, não escolheram deliberadamente viver desse modo, fora do padrão de uma vida considerada digna. A situação de rua não consiste numa forma resoluto de subversão ao capitalismo, porque, mesmo nas ruas, é sob este sistema que tecem suas relações - embora não estejam inseridos nas dinâmicas do mercado da mesma maneira que os demais - e, ao refletirem sobre a possibilidade de saírem dessa circunstância, vêm, na maioria das vezes, o trabalho, nos moldes capitalistas, como alternativa plausível. Assim, o exercício da cidadania destas pessoas está vinculado ao trabalho, pelo rendimento deste que lhes permite acessar diferentes espaços sociais e desfrutar de serviços essenciais à sobrevivência, como moradia e saúde.

De toda forma, a situação de rua, em suas múltiplas possibilidades, consiste no rompimento com o *status quo* das relações sociais previstas como normais, uma vez que, mesmo na pobreza extrema, é preferível que as pessoas fiquem recolhidas, em suas casas, albergues, casas de acolhida, a despeito das múltiplas privações que possam sofrer nestes locais, contanto que não incomodem a coletividade social.

Em relação a essas instituições, salienta-se que, além de não haver vagas disponíveis para toda a demanda, nem todos se adaptam às regras das mesmas. Laura, por exemplo, fugiu de uma casa de acolhida e ficou pelas ruas por motivo de intrigas com as outras meninas e, como estava próximo da maioridade, temia ser presa por conta das brigas com estas. Assim, constata-se que as casas de acolhida apresentam grandes dificuldades no cuidado com os adolescentes, ao ponto de não conseguirem evitar grandes atritos, ocasionando a ida ou retorno de alguns à situação de rua. Nesse sentido, é característico dessas instituições de acolhimento a evasão e a reincidência de pessoas em situação de rua, em diferentes faixas etárias, as quais, diante da escassa oportunidade de saída das ruas, no contexto de frágil

³⁵ O Coletivo Beleza da Margem está realizando um trabalho com os “hippies” no Brasil e uma das questões que analisam é o fato deste grupo não se identificar com esta denominação, “hippie”, preferindo, antes, “maluco de estrada” e “maluco de BR”. O trabalho deste coletivo também mostra a luta que esses “malucos” enfrentam para conseguirem vender seus artesanatos. <http://belezadamargem.com/hippie-ou-maluco-de-estrada/>

vínculo familiar, comunitário e de ineficiência de políticas públicas, alternam sua estadia entre a rua, a família, as casas de acolhida, etc. Segundo Rios (2005, p.41), “eles vêm e voltam, voltam e se vão...”.

Viver na rua habilita as pessoas a terem um modo peculiar de vida, sobretudo para quem está na rua há mais tempo, visto que é necessário desenvolver estratégias de, além de garantir a sobrevivência, relacionar-se com as pessoas e a cidade a partir de uma perspectiva diferenciada, utilizando-se de bastante criatividade para explorar a rua do melhor modo possível, num processo de superação da vergonha. *“Né todo mundo que consegue viver na rua não, que, ou enlouquece, ou... Porque tem muito que enlouquece, porque num aguenta o, o sistema não, que tem a lei da rua né. (...) É uma guerra.”* (João). As ruas têm suas regras, que devem ser respeitadas por quem tiver de se aventurar nas mesmas. De modo geral, “a inserção no mundo da rua não se dá de forma repentina. Gradativamente o indivíduo vai abandonando hábitos, costumes e conceitos, para pouco a pouco ir vivenciando e adquirindo um novo entendimento da rua e – por que não dizer – da vida?” (VIEIRA, BEZERRA e ROSA, 2004, p.98).

Para a maioria que vive em situação de rua, esta circunstância não se trata de uma escolha, como se fosse mais uma alternativa. Porém, trata-se da única via apresentada à sobrevivência, diante da pobreza extrema, gerada pela abissal desigualdade de renda, que atinge a maioria da população. O Brasil, conquanto tenha um PIB suficiente para manter níveis de vida satisfatórios a todos os brasileiros, é um país no qual a pobreza tem perdurado há anos e de modos muito duros e excludentes. Neste país, governado por uma minoria que tem se mantido no poder por longo período, é difícil, sobretudo pelo sistema repressor - travestido em segurança pública - e pela mídia que, na maior parte do tempo, só transmite informações de interesse da minoria que está no poder, os indivíduos vivenciarem uma ruptura em seu histórico de pobreza familiar, a qual atinge tanto o indivíduo, quanto sua família e em diferentes gerações.

O caso de João é um exemplo típico: sua vida marcada pela pobreza extrema, ao ponto de ser alguém em situação de rua; seu pai e sua mãe enfrentaram grandes dificuldades para sustentarem-se a si e aos filhos, sobretudo devido ao desemprego, sendo este entremeado pelo intenso envolvimento com o alcoolismo; a pobreza presente, também, na vida de seus avós. *“Eu sei que minha mãe dizia que era descendente de escravo”*. Sua mãe também teve uma vida difícil. Desde criança ela trabalhou no corte da cana e como cozinheira. Ela vivenciou

todo o esforço de sua mãe, avó de João, em lavar roupas de ganho para sustentar a família. A mãe de João saiu do interior da Paraíba e se instalou em Recife. Depois, envolveu-se com o álcool e tornou-se alcoolista, a ponto de, quando lhe faltava a cachaça, ir aos postos de gasolina pedir álcool e misturar com açúcar para beber. Por conta da bebida, atrelada às grandes dificuldades da pobreza, sua mãe foi muito displicente com a criação dos filhos, inclusive com a perda de alguns antes mesmo de nascerem, tanto em aborto quanto em quedas devido ao alto consumo de álcool.

Seu pai, analfabeto, encontrou, como uma das formas de sustentar-se, o envolvimento com o tráfico. Ao mesmo tempo, desenvolveu uma habilidade de furtar alimentos e objetos de estabelecimentos comerciais, “*era assaltante, era descuidista*”, aquele que se vale de distrações e falta de vigilância para cometer furtos. “*Ele entrava em supermercado e trazia caixas e mais caixas, 20 kg de carne, 10 kg de carne (...) Ele andava com uma bolsinha de lado, né, era, qualquer coisa que ele via, assim, chama o que? Éé, descuido, né?*” Seu pai era alcoolista, “*bebia muito, era 3, 4 litro de cachaça por dia.*” Ele já sofreu um atentado; feriu-se com tiros. Já foi preso na antiga Casa de Detenção, atual Casa da Cultura no centro do Recife; na Penitenciária Barreto Campelo, na Ilha de Itamaracá.

O ciclo de pobreza e das adversidades advindas dessa continua na vida de seu filho, nascido na prisão (“*Já começou mal*”), cuja mãe foi assassinada. João só teve contato com o filho duas vezes, devido ao impedimento da avó materna. Ele teme que, semelhantemente ao seu sentimento, o filho cresça acreditando que o pai o abandonou e não gosta dele. “*Meu desejo é não ter o mesmo destino que eu tive. Ele vai pensar que eu que fiz isso.*”

Mesmo diante da situação de constante infração de seus direitos, são poucas as pessoas em situação de rua que se organizam em algum movimento ou associação para lutar por políticas públicas que atendam as especificidades das pessoas em situação de rua, inclusive daqueles que, constantemente, evadem das casas de acolhida por não se adequarem às regras destas instituições. Dos entrevistados, apenas João participa de alguma militância, atuando como representante das pessoas em situação de rua em instâncias políticas, tais como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e o Fórum Metropolitano de Pessoas em Situação de Rua, o qual abrange a região metropolitana de Recife e visa propor melhorias em termos de políticas públicas a essas pessoas. “*É muita coisa que a gente vê, que, éé... sei lá, queria mudar esse negócio, queria, sou representante, (...) lutando pra isso é muitos anos já*”.

5 – “SEM TRABALHO, VOCE É NADA”³⁶: RELAÇÃO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA COM O TRABALHO

O desemprego tem sido uma das principais causas da pobreza, na medida em que o trabalho consiste num dos fatores preponderantes à garantia da sobrevivência. Assim, a maioria das pessoas em situação de rua encontra-se nessa circunstância por não conseguir vender sua força de trabalho no sistema capitalista (MATTOS; HELOANI; FERREIRA, 2008). Quando muito, executam trabalhos informais assistemáticos que são incapazes de lhes garantir a sobrevivência.

O processo de urbanização e industrialização ocorrido no Brasil, sobretudo a partir da década de 1950³⁷, levou parcelas significativas de pessoas a tentarem a vida em grandes cidades, sobretudo capitais. Todavia, como não havia oportunidade para todos, muitos sofreram a pobreza extrema, até mesmo a situação de rua (SILVA, 2009). Desse modo, a maior parte dos descendentes desses migrantes pobres já nasce num contexto de pobreza e desemprego vivenciado pela família, sendo a situação de rua uma realidade próxima. “Temos de reconhecer que vivemos tempos angustiantes, plenos de confusão e de incertezas. A deterioração do nível de vida da maioria da população do planeta (...) é alarmante; a ameaça do desemprego é uma preocupação presente” (HARNECKER, 2000, p.316).

É imprescindível, na análise da relação das pessoas em situação de rua com o trabalho, examinar os vínculos trabalhistas que estas estabeleciam anteriormente a esta situação.

5.1 Trabalho anterior à situação de rua: vínculo precário

Num contexto de extrema pobreza, desigualdade social e baixos incentivos na geração de empregos decentes, a precariedade, a inconstância, os rendimentos não regulares e a insalubridade no universo empregatício apresentam-se como uma constante. Segundo Antunes (2003), essas problemáticas são geradas pela crise do capital, que, materializada na

³⁶ Fala de João.

³⁷ É importante mencionar que no final do século XIX, no Brasil, também houve grande êxodo rural devido à abolição da escravatura em 1889.

reestruturação produtiva e no neoliberalismo, tem ocasionado mudanças no mundo do trabalho, tais como o desemprego estrutural e aumento do exército industrial de reserva.

Assim, é próprio do capitalismo, no anseio por maior acumulação de capital, a exploração do trabalhador em níveis cada vez mais degradantes, o aumento da precariedade e até mesmo a flexibilização de leis trabalhistas conquistadas através de muita luta dos trabalhadores. De acordo com Antunes (2010), a pressão para flexibilizar tais leis é embasada na falácia de que esta medida preserva e gera mais empregos. Todavia, “flexibilizar a legislação do trabalho, significa aumentar ainda mais os mecanismos de exploração do trabalho, destruindo os direitos sociais que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora” (ANTUNES, 2010, p.634).

Nesse contexto, o trabalho decente e digno, que deveria ser um direito garantido, é ameaçado constantemente pelos ajustes neoliberais. Segundo Rosenfield e Pauli (2012), o trabalho digno está relacionado aos direitos humanos, enquanto o trabalho decente relaciona-se à cidadania. Porém, para ir além da dicotomia entre trabalho digno e decente, os autores propõem que o trabalho deva garantir uma vida digna, tanto em termos de cidadania, no que se refere aos direitos do indivíduo, sob um determinado Estado, quanto em termos de direitos humanos, os quais compõem os direitos universais do indivíduo. Portanto, é necessário que o trabalho, além de garantir a sobrevivência dos indivíduos, estimule a criatividade e a autonomia destes. O Plano Nacional de Trabalho Decente, divulgado em 2010, traz uma noção de trabalho decente que se apoia na OIT. Assim,

O Trabalho Decente é uma condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. Em inúmeras publicações, o Trabalho Decente é definido como o trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna. Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a noção de trabalho decente se apoia em quatro pilares estratégicos: a) respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho (liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil; eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação); b) promoção do emprego de qualidade; c) extensão da proteção social; d) diálogo social.

Dos entrevistados, apenas três afirmaram não ter exercido algum tipo de trabalho antes da passagem à situação de rua. Das 19 pessoas que já possuíram algum vínculo empregatício antes da ida às ruas, apenas sete já tiveram carteira assinada.

O quadro a seguir mostra o tipo de vínculo exercido por essas pessoas.

Quadro 4 - Último vínculo empregatício antes da situação de rua

Categoria	Nome	Especificação
Profissionais ou técnicos de nível médio (1)	Vanessa	Promotora de maquiagem
Trabalhadores de serviços domésticos (5)	Carolina	Faxina
	Luiza	Empregada doméstica
	Daniel	Limpador de mato
	Jéssica	Serviços gerais – Motel
	Pedro	Serviços gerais - Empresa de telecomunicações
Trabalhadores da prestação de serviços e comerciários (1)	Fernando	Garçom
Trabalhadores manuais da construção civil (3)	Samuel e Mateus	Serventes de pedreiro
	Marcelo	Pintor
Ocupações diversas de trabalho informal (9)	Letícia	Flanelinha
	João	Jardinagem
	Lucas	Pescador
	André	Vendedor de pipoca e picolé
	Laura	Vendedora de pipoca e água
	Tiago	Montagem de palco e som para eventos
	Beatriz	Lanchonete
	Mariana	Faxina e prostituição
	Carla	Prostituição e agente de sicário ³⁸

Verifica-se que todos esses empregos são precarizados e, em sua maioria, do setor informal. “*Lavava banheiro, desintupia foossa, lavava, espanava livro, fazia isso, aquilo, pegava peso, computador, feira, isso, limpava casa, varria chão, tudo.*” (André). Consoante Rocha (2006, p.148),

Embora a ocupação por conta própria encubra uma ampla gama de situações, não significando em si uma inserção inadequada ou precária no mercado de trabalho, entre os pobres está associada a atividades de baixa produtividade, baixos rendimentos, além de irregularidade, insegurança e imprevisibilidade do rendimento.

Trata-se de condições materiais impostas à classe trabalhadora, obrigada a vender sua força de trabalho, mediante formas extenuantes, para conseguir o mínimo de sobrevivência. “*Eu trabalhava dia e noite, né?*” (Tiago).

³⁸ Sicário refere-se ao indivíduo pago para cometer assassinatos.

Todas as pessoas em situação de rua entrevistadas, que trabalhavam, utilizavam o dinheiro advindo do seu trabalho para seu sustento e de seus dependentes, como aluguel de casa e alimentação. *“Eu ganhava, fazia uma feirinha pequena, pra passar a semana.”* (Daniel). *“Eu comprava minhas coisa, saía fim de semana, tinha minha namorada, tudinho.”* (Tiago). Entretanto, apresentavam grandes dificuldades, diante do salário insuficiente.

A maioria da população, no contexto de grande desigualdade social, possui uma permanente dificuldade em conseguir garantir o mínimo necessário, sendo submetida a “mecanismos permanentes de sobre-apropriação e sobre-expropriação capitalistas” (FERNANDES, 1981, p.45). *“Não, num dava muito, tá ligado? Que tinha vei que faltava alguma coisas, e falta. Que R\$100,00 num é nada não. Hoje em dia? Cento e, R\$104,00, cento e poucos conto, era pouco demais. Fazia uma feirinha pequena.”* (Daniel).

A apropriação consiste no ato em que a classe dominante se apropria do fruto do trabalho do trabalhador, deixando-lhe apenas uma parcela mínima do que necessita para sobreviver e produzir mais valia. Já a expropriação desapossa o trabalhador de seus recursos. Os dois processos são inerentes ao capitalismo, na medida em que são requisitos fundamentais à acumulação do capital. No caso do capitalismo dependente, esses processos são mais vorazes, uma vez que nesta modalidade de capitalismo a burguesia local é compelida a repartir o excedente econômico de seu país com a burguesia do país ao qual está submissa, pois “a economia capitalista dependente está sujeita, como um todo, a uma depleção permanente de suas riquezas (existentes ou potencialmente acumuláveis), o que exclui a monopolização do excedente econômico” (FERNANDES, 1981, p.45). Nesse contexto, é a população trabalhadora e pauperizada que mais é explorada, como as pessoas em situação de rua.

Das pessoas que trabalhavam, 10 afirmaram que o salário era suficiente para se manterem, seis disseram que não, e a três pessoas não foi feita esta pergunta. Os que afirmaram que dava para se manter, reconheceram a dificuldade para tal. *“Era um dinheiro curto mas era suaado, sabia se manter.”* (Pedro). Mateus, por exemplo, embora inicialmente tenha dito que o salário que recebia era suficiente para se manter, mencionou que recebia ajuda da comunidade para complementar seu sustento. *“Às vezes tinha barraqueiro, tinha feirante lá, que vendia na feira, no Tabuleiro do Martins³⁹, conhecia eu (...) às vezes me dava roupa.”*

³⁹ Bairro de Maceió-AL.

Nesse sentido, “o fato de a inserção no mercado de trabalho ocorrer preponderantemente de forma precária é determinante básico da pobreza, na medida em que o rendimento do trabalho – presente ou diferido através de mecanismos de providência – é a principal fonte de renda das famílias” (ROCHA, 2006, p. 150). Essa inserção precária é proveniente do processo de luta de classes, através do qual a classe dominante explora os demais e os relega a condições precárias de existência, num contexto de naturalização das desigualdades sociais provocadas pelo sistema capitalista.

Trabalho infantil

Dentro dos trabalhos precarizados, inclui-se o trabalho infantil, cuja natureza é precária *per se*, uma vez que prejudica o viver da infância. Segundo Priore (1999), o trabalho infantil no Brasil é um traço característico deste país, desde o tempo da colonização, em que crianças de famílias pobres portuguesas eram tomadas para realizarem trabalhos forçados. Durante a escravidão, igualmente, era comum crianças trabalharem de modo extenuante. Nesse sentido, Mattoso (1991, p.43) afirma que as crianças filhas de escravos/as, por volta dos sete anos, não estavam mais em “idade de infância porque já sua força de trabalho é explorada ao máximo, exatamente como o será mais tarde também.”

Grande parte das pessoas em situação de rua vivenciam dificuldades de sobrevivência desde criança, com poucas oportunidades no desenvolvimento educacional que lhes proporcionem melhores condições de vida na fase adulta. No grupo dos entrevistados, 11 afirmaram claramente que tiveram experiência de trabalho infantil forçado; 10 não deixaram claro se trabalharam ou não e apenas uma pessoa (Jéssica) afirmou que não.

João, por exemplo, teve que trabalhar desde cedo, diante da pobreza aguda vivenciada na infância. Aos cinco anos de idade, começou ajudando um casal que trabalhava, em Olinda, promovendo passeios em barcos para turistas a lugares como Maria Farinha e Coroa do Avião. Nessa ajuda, João desenvolveu a habilidade de ser guia mirim, “*rato de praia*”, oportunidade na qual pôde aprender línguas diferentes: alemão, italiano, francês, inglês. “*Foi daí que, que, que eu comecei a prestar atenção a, repetir os, a, o que eles dizia e aí fui aprendendo. (...) E nunca estudei. E sou analfabeto.*” Nesse período, ele também costumava

ir ao Centro do Recife, para, além de “*tomar banho de maré*”⁴⁰, trabalhar como guia mirim nas proximidades do Marco Zero, no Recife Antigo. Ele costumava mergulhar no mar, com areia num potinho escondido na sunga, e quando saía, dizia para os turistas que tinha ido até o fundo buscar areia. Como eles acreditavam, davam-lhe algum dinheiro. “*Aí cada um dava um dinheirinho, umas moeda, dava... (...) É a sobrevivência. (...) eu era muito espertinho demais, né, pra ganhar um trocadinho pra tomar um café de manhã.*” Posteriormente, João passou a trabalhar como guia mirim em Boa Viagem. João também já trabalhou vendendo chiclete, limão, laranja, caranguejo.

O trabalho infantil, cuja forma degradante existe há muito tempo, deve ser analisado no contexto global das transformações no mundo do trabalho, sobremaneira no quadro da flexibilização deste e de seus consequentes direitos, que geram desemprego, empregos precarizados e influenciam na existência do trabalho precoce. Diante da extrema pobreza, crianças e adolescentes são impelidos a trabalharem desde cedo para complementar a renda da família, geralmente sendo forçados por esta.

No caso de Letícia, perante a doença aguda de seu avô, o qual ficou muito doente, sem conseguir andar para exercer sua profissão de fotógrafo, e, frente à realidade de pobreza, ela viu-se obrigada a, antes mesmo dos sete anos, trabalhar para comprar os remédios do avô, bem como providenciar alguma comida à família. Assim, passou a desempenhar a atividade de flanelinha, motivo pelo qual era apelidada de “mulher-homem”, sobretudo porque seu cabelo tinha sido cortado pela esposa de seu avô. Além desse trabalho, ela também pedia esmolas. “Os dividendos do trabalho efetuado pela criança muitas vezes são decisivos para o sustento não apenas de si, mas também da família” (LEWIS, 2001, p.37).

Muitas famílias acabam naturalizando o trabalho infantil como uma forma de evitar que crianças e adolescentes envolvam-se em questões criminosas, como drogas, mesmo que isto implique em violações de direitos, como o acesso à escola e ao desenvolvimento saudável. Estas famílias, inconscientemente ou não, permitem que seja reproduzida em seus filhos a exploração sofrida em sua infância, justificando, muitas vezes, que o trabalho precoce contribui para a formação do caráter, num suposto instrumento educativo (LOURENÇO, 2014). O trabalho também é justificado como uma ocupação à criança no contraturno escolar,

⁴⁰ Em Recife, é comum crianças e adolescentes, de bairros periféricos, tomarem banho em grandes canais, como o da Av. Agamenon Magalhães, quando a maré está alta.

num contexto de insuficientes alternativas de complementação educacional a crianças e adolescentes.

Os trabalhos realizados por crianças e adolescentes concentram-se, em sua maioria, na informalidade, diante da proibição de qualquer trabalho a menores de 16 anos, exceto na condição de aprendiz a partir dos 14 (BRASIL, 1998). Essa interdição é baseada na constatação de que o trabalho infantil dificulta acentuadamente à criança o viver da infância – ao assumir, descabidamente, responsabilidades de adultos –, bem como a oportunidade de estudar para construir uma consciência crítica da realidade e conseguir bom posicionamento no mercado de trabalho.

Um dos entrevistados, Mateus, relatou já ter trabalhado com o pai numa empresa, mesmo sendo menor de idade. Ele explicou, inclusive, que o pai tinha que falar com o patrão, justificando que Mateus, por ser seu filho mais velho, era o que mais podia lhe ajudar. Igualmente, executava os trabalhos descritos abaixo:

Às vezes pegando car-, feira dos outros na feira em Alagoas, pra ajudar meu pai, minha mãe, entendeu? Colocar água de ganho, com a carroça, pra receber final de semana, no tempo do Cruzeiro, entendeu? (...) Num tinha água encanada pros pessoal. Aí eu colocava água de ganho numa carroça, com um cavalo, desse tambor de óleo, emendado, um no outro, com uma man-, um cano e uma borracha de radiador e duas lata de água, pra tirar, descarregar, né?”

Muitas crianças e adolescentes trabalham sob autorização judicial, à revelia da lei. Segundo Lourenço (2014), mais de 30 mil autorizações judiciais foram realizadas para permitir que crianças a partir de 10 anos de idade exerçam alguma atividade laboral. A autora argumenta que essas autorizações estão crescendo, na maioria das vezes solicitadas pela família diante de adversidades socioeconômicas, embora a meta da OIT (2006) seja diminuir o trabalho infantil progressivamente, até 2015 em suas piores formas e até 2020 em sua totalidade.

Em contrapartida, esse processo é desacompanhado de políticas públicas efetivas que deem suporte aos menores de 16 anos e as suas famílias, para que assim não haja a necessidade destes precisarem de autorização judicial para trabalhar.

Salienta-se, ainda, a existência de trabalho infantil realizado no ambiente doméstico, categoria difícil de fiscalizar e ser contabilizadas as ocorrências, o que sequencia pouca visibilidade nas estatísticas.

Percepção do trabalho

Em relação aos trabalhos que executavam antes da passagem à situação de rua, especialmente com foco no último vínculo, todos os entrevistados reconheceram que se tratava de trabalho forçado, degraante, precarizado, extenuante e explorador, tanto a nível físico quanto psicológico.

Eu trabalhava limpando mato na fazenda lá, trabalhava todo dia assim. (...) Ela me acordava 3 horas, fazia o meu cumê (risos). Botava lá numa vasilha, na bolsa e levava. Aí vinha de 5h. (...) No domingo é que ia sair a mixaria⁴¹ do cara. Quanto? 104 real. Uma [...] de mato é 17 real, naqueles tempo, num sei agora. E pra tirar uma [...] de mato num é brincadeira não, viu moça! É um pedaço de terra da cebola. (...) E o mato era luca, sabe o que é luca? (...) E arrancar pela raiz, doido! (...) pra num nascer de novo. (Daniel).

As pessoas se submetem a esses trabalhos por necessidade de sobrevivência e falta de alternativas. “Porque num tinha profissão. A profissão que eu tenho é o que? Ser ajudante de pedreiro.” (Daniel). O exercício da cidadania está atrelado à inserção no trabalho, todavia, conquanto se cobre dos indivíduos o desenvolvimento de alguma atividade rentável, ao mesmo tempo em que se condena a vadiagem, o não trabalho, a sociedade tem sido construída de uma forma em que não há oportunidade a todos os seus membros. Estes, que não trabalham, são discriminados em todos os momentos, mesmo nos de lazer, uma vez que o ócio é destinado apenas a uma classe, a burguesia. À classe trabalhadora, por sua vez, resta-lhe as algúrias do trabalho e a discriminação por não conseguir realizá-lo.

Tiago denomina os trabalhos que realizava de “clandestinos”, porque não tinha carteira assinada. Disse que o trabalho era “avulso”, maneira, inclusive, que ele denomina o modo como aprendeu a executar suas atividades empregatícias. Nessa condição, já trabalhou num mercadinho, lava-jato e com montagem de estrutura de som e palco para eventos, sendo este seu último vínculo, todos lhe exigindo esforço bastante acentuado, a ponto de desenvolver um quadro de estafa no primeiro deles, ainda adolescente.

É um trabalho forçado, mas ééé bom, né, do que a pessoa parado. Eu gostava porque a pessoa nessa vida tem que trabalhar. Num tenho uma profissão, estudo bom. Aí pra arrumar trabalho de carteira assinada fica meio difícil. Sem estudo, nem primeiro grau eu tenho. Aí tinha que tá no biscate mermo, o que aparecesse a pessoa tinha que fazer. Tem que ir fazer! (Tiago).

⁴¹ Gíria que significa pouco dinheiro.

Tiago também já trabalhou em pintura de casa, corte de capim, realização de mudança, carregamento de metralha. “*Sempre me virei na vida. (...) Por isso que tem que ser assim mermo.*” (Tiago). Com a morte de sua mãe, sua necessidade em se sustentar se intensificou, mesmo com a ajuda dos irmãos mais velhos.

O não gostar do trabalho é agravado pelo baixo salário recebido “*Chato! Tem que lavar até fralda cagada do menino! E pra receber pouco. E ainda mais ir de 15 em 15 dia pra casa. E ela me dava R\$150,00 e num queria nem me dar a passagem!*” (Betariz).

Segundo Vieira, Bezerra e Rosa (2004, p.97, grifo das autoras),

Ocupando os postos inferiores da escala social os trabalhadores sem residência fixa, sem família e sem trabalho regular encontram-se numa situação limite do que é considerado socialmente uma ordem legítima de vida. *Cair na rua* ou adentrar no mundo da marginalidade são formas de passar para o *outro lado*. Significa uma ruptura com as formas socialmente aceitas de sobreviver, que se organizam em torno do princípio de que o mercado é o único caminho legítimo de se obterem os recursos indispensáveis à sobrevivência, ou seja, para morar, comer, vestir é necessário trabalhar.

Mesmo reconhecendo a precariedade de seu vínculo empregatício, das 19 pessoas que já haviam trabalhado, 15 afirmaram que gostavam de seu trabalho, tanto pela ocupação em si, quanto pelo fato desta proporcionar inserção em outros espaços sociais. Três não gostavam e a uma pessoa não foi feita esta pergunta.

“*Lá em Alagoas o trabalho era bom, eu enchia laje, mexia concreto (...) Rebocava casa, lá do pessoal, pintava (...) Trabalhando de servente, de construção.*” (Mateus).

“*Eu achava bem porque (...) é o que eu gosto, né, de fazer. Servente de pedreiro, ajudante de padeiro, ajudante de pintor, tudinho*” (Samuel).

“*Ótimo! Meu trabalho é esse mermo, ou garçom, barman. Barman já é o que prepara coquetéis.*” (Fernando).

“*Eu gostava, era um meio de ocupar minha mente*” (Laura), referindo-se ao seu trabalho de vendedora ambulante de água, refrigerante, pipoca e lanches que ela mesma preparava, como coxinha.

O gostar do trabalho também está associado à possibilidade de ter a renda para o sustento da família. “*Graças a Deus, era bom, né? Graças a Deus criei meus filhos tudinho na função.*” (Lucas).

“Eu achava tão bom, sabe por quê? Porque era uumm, um trabalho simples, né, honesto. Um trabalho que eu tava suando ali, tendo. Ee, e com amor e carinho guardando pra meu avô, né?” (Letícia). Ela refere-se ao trabalho executado na infância.

“Éé, é bom, né, que eu tava precisando, tava com uma mulher pra dar de comer (leve riso), e, todos e tudo, comida, roupa, sabe, né moça? (leve riso) Éé, se não trabalhar, mô vei... (risos), num tem nada.” (Daniel).

É evidente que as pessoas afirmam gostar do trabalho que executam pelo rendimento proveniente deste, embora ínfimo, o qual possibilita o mínimo de sobrevivência, diante de um contexto de extremo desamparo em termos de políticas públicas.

5.2 Situação atual: luta por trabalho e discriminação

Dos que afirmaram, no momento da entrevista, executar algum trabalho, todos estavam vinculados a alguma atividade informal e precária, da qual recebiam uma baixa e insuficiente remuneração, impossibilitando-lhes seu autossustento.

Quando questionados nesse sentido, não reconheciam suas atividades como trabalho, mas como “biscates”, “ôia”, “bico”, “corre”, apresentando, inclusive, justificativas para não estarem trabalhando. Apenas depois, no decorrer da entrevista, mencionaram realizar as atividades apresentadas no quadro abaixo, todas associadas à própria dinâmica da rua e caracterizadas pela deterioração, superexploração e informalidade.

Quadro 5: Relação das pessoas em situação de rua que executam algum trabalho

Nome	Trabalho
André	Serviços Gerais
Daniel	Catação de materiais recicláveis
João	Ajudante de pedreiro
Laura	Prostituição
Letícia	Catação de materiais recicláveis
Maria	Venda de pipocas em semáforo
Rodrigo	Auxílio a um comerciante a organizar seus materiais
Tiago	Carga e descarga na CEASA ⁴² /frete

Igualmente, a renda auferida por meio dessas atividades, na quase totalidade dos casos, não é suficiente para proporcionar a saída da situação de rua. Letícia, para conseguir sustentar minimamente seus filhos e a si, agrega à catação de latas recicláveis a petição de esmolas, priorizando esta atividade, pois afirmou que, além de haver muitas pessoas trabalhando com materiais recicláveis, o ponto de recolhimento tem cobrado pouco por estes. Ela ressaltou que seu esforço também é em prol de sua filha que está presa, para levar roupa e comida para esta. *“Cato latinha, faço um corre, né? Peço a um, peço a outro. (...) E pra gente conseguir qualquer coisa na rua, a gente tem que lutar, né? (...) E tô me mantendo assim, me humilhando, né, pedindo a um, pedindo a outro. Já que eu num tenho emprego, aí, meu negócio é esse, tá pedindo, me humilhando, pra ter minhas coisas.”*(Letícia).

Ademais, à exceção de Maria e Rodrigo, todas essas atividades eram realizadas de modo assistemático. *“Fai uma ôia aqui, uma ôia ali. Aparece um ajudante de pedreiro, você vai. Então, dois, três dias, aí acaba o trabalho, você vai procurar outro, e aí é difícil demais.”* (João).

Como essas atividades não podiam lhes sustentar, eles buscavam sobreviver através de diferentes fontes, como o Centro POP, a mendicância e as “comunidades” (ver item 3.1). Apenas um dos entrevistados, André, tinha renda suficiente, originária do BPC por seu transtorno mental, acrescida da atividade mencionada acima, para se manter e ajudar alguns amigos em situação de rua. Porém, ele ainda não tinha se desvencilhado da situação de rua, através da qual cultivava laços de conhecimento e amizade, aos quais atribui sentidos

⁴² Centro de abastecimento de logística de Pernambuco. Local que agrega grande comércio de alimentos.

prazerosos. André, por estar nas ruas desde criança, construiu suas teias de relação com o ambiente e as pessoas mediante a errância e a sensação de liberdade em vivenciar a cidade vagueando. Porém, salienta-se que André, mesmo podendo sair das ruas, não deixou a condição de pobreza.

Enquanto trabalho atual, considerou-se todas as atividades, mesmo assistemáticas, que proporcionam alguma renda, ainda que esta seja ínfima, visto que a população em situação de rua encontra bastante dificuldade para conseguir algum emprego, mesmo temporário.

Trabalho catando latinha na rua, que eu num moro na rua?! (...) Eu pego as lata, guardo. Aí quando dá um saco deste tamanho, eu pego R\$10,00, R\$15,00 e compro alguma coisa pra comer, ou pra vestir, ou pra beber cachaça. (...) Aí eu compro uma comida, com o dinheiro que eu pego nas lata. (Daniel).

“*Metralha, capim, essas coisas*” (Tiago). Tiago explicou que esses trabalhos lhes aparecem uma ou duas vezes por semana, a depender de sua busca. E essas atividades costumam lhe render, aproximadamente, R\$35,00 por semana.

Rodrigo, Daniel e André afirmaram já terem procurado emprego que lhes apresentassem maior rendimento, mas não encontraram. Letícia disse que não tem procurado emprego porque não tem onde deixar os filhos, além de estar esperando ser contemplada pelo Programa Bolsa Família⁴³. Laura afirmou que não trabalha por falta de apoio. Tiago disse que não procura emprego para evitar usar drogas e também porque pensa em voltar a estudar, pois com sua escolaridade acredita que não conseguirá emprego facilmente. Maria não comentou sobre o assunto.

As pessoas em situação de rua, em exclusões, humilhações e estigmatizações, despossuídas de mínimos recursos à sobrevivência em termos de instrumentos de trabalho, de conhecimentos e aptidões necessários a alguma profissão, costumam perambular pelas ruas tendo o corpo como único pertence que não lhes pode ser tirado, o qual, segundo Frangella (2009), consiste numa teia que demarca os limites de sua privacidade. É, inclusive, através do corpo, que são identificadas marcas da situação de rua, marcas da pobreza, do não acesso a cuidados. E, com este único bem, tentam conseguir algum recurso que contribua ao seu sustento. Todavia, embora haja outras formas de se obter algum rendimento utilizando-se do corpo, como em práticas esportivas e artísticas, muitos se envolvem na prostituição, por esta

⁴³ O Bolsa Família consiste num programa de transferência direta de renda que beneficia famílias, em todo o território brasileiro, que tenham renda *per capita* inferior a R\$77,00 mensais, em todo território brasileiro. Cf.: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>

não requerer conhecimentos específicos. Salientando-se que, como este corpo já está desgastado e extremamente marcado pela dureza das ruas, pouco é valorizado. Laura, por exemplo, relatou que, conquanto precise utilizar a prostituição como expediente para auferir alguma renda, esforça-se para proteger seu corpo, sua saúde.

Muitos querem sem camisinha, eu também não confio (risos). Nem nunca confiei. Jamais eu arriscaria minha saúde por R\$30,00, R\$40,00, aliás, por dinheiro nenhum, que eu acho que saúde, saúde é uma coisa que a gente tem que ter muito zelo, entendeu? Embora a pessoa viva assim, nessa vida louca, vida de rua. Mas, a gente-, uma coisa que a gente tem que cuidar muito é da saúde da gente. (Laura).

Laura apontou a falta de apoio por não estar trabalhando, escusando-se de mencionar seus programas sexuais, pelos quais recebe “*um dinheiro xingado, humilhante*”, o qual, mesmo sendo pouco, pois alguns homens só querem pagar alguém do que ela cobra, costuma ser utilizado por ela em alimentação e diária em alguma pousada, para evitar a dormida nas ruas. Ela disse preferir outro tipo de trabalho e que não “*queria permanecer nessa pra sempre (...) abrindo as perna pra ganhar dinheiro.*” Ao contrário, ela deseja trabalhar “*de uma forma mais digna*”, não degradante. Sobre a venda de pipocas e água, o que almeja fazer, ela afirmou que considera um trabalho digno. O trabalho pode não ser considerado digno e decente quando explora a força de trabalho do/a trabalhador/a, extraindo-lhe o máximo de sua capacidade, sem, contudo, haver retribuição adequada. Também, quando atinge a moral e a autoestima.

Através dos processos de mudanças no mundo do trabalho, tendo como principal fator a reestruturação produtiva, muitos passam a exercer atividades informais de baixa remuneração e muito precárias, que não lhes proporcionam nem mesmo a moradia e a alimentação, condições básicas. Snow e Anderson (1998, p.239) denominam estas atividades de “trabalho à sombra”, que se refere a “estratégias compensatórias de subsistência que são criadas ou buscadas na sombra do trabalho mais convencional devido à exclusão de mercados de trabalho existentes.” “*Éé, num tem dinheiro, vai fazer o que? Ou vai pedir ou vai trabalhar catando latinha. Porque trabalho num tem. Eu trabalho catando lata.*” (Daniel).

Ainda assim, segundo a Pesquisa Nacional sobre População de Rua, 70,9% das pessoas em situação de rua executam alguma atividade remunerada e apenas 15,7% tem como principal meio de sobrevivência a doação, incluindo a petição de dinheiro. “Esses dados são importantes para desmistificar o fato de que a população em situação de rua é composta por

‘mendigos’ e ‘pedintes’. Aqueles que pedem dinheiro pra sobreviver constituem minoria” (BRASIL, 2008, p.10, grifos do autor).

Discriminação por não ter emprego

Em nossa sociedade, a qual atribui ao trabalho um caráter moral, é comum os indivíduos serem discriminados por não possuírem algum vínculo empregatício. “Numa sociedade capitalista que se organiza com base na compra e venda da força de trabalho, a legitimidade social, a dignidade pessoal se firmam através da ética do trabalho” (VIEIRA, BEZERRA e ROSA, 2004, p.18). Assim, as relações sociais são entrelaçadas pela crença do trabalho honesto como algo moralmente positivo, de modo que o contrário disto é analisado como marginalidade e delinquência.

Igualmente, é habitual a discriminação ao ato das pessoas em situação de rua pedirem, quer seja dinheiro, quer seja alimento. São comuns frases como “por que você num trabalha?”, dita à Luiza, por exemplo. “A oposição trabalho/mendicância configura-se quando, a partir do trabalho, dicotomiza-se os indivíduos em ‘vagabundos’ e ‘não-vagabundos’” (STOFFELS, 1977, p.174, grifo da autora).

Dos indivíduos entrevistados, oito manifestaram claramente que já sofreram dessa modalidade de discriminação; sete não especificaram sobre este assunto e sete afirmaram que nunca foram discriminados nesse contexto. Ao analisar e comparar as entrevistas, constata-se que a pergunta se o indivíduo já havia sido discriminado alguma vez por não ter emprego não foi feita a todos os entrevistados. Ademais, esse assunto deveria ter sido mais enfatizado e tratado de diferentes maneiras e em momentos diferenciados da entrevista, pois é estranho que esta temática não tenha emergido na maioria das entrevistas, diante do elevado valor moral que é atribuído ao trabalho. Talvez, alguns não tenham tocado no assunto pela vergonha de sua própria condição. “*Os pessoal daqui só manda trabalhar e num arruma. Eu dou logo um bale! ‘Você tão nova, por que você num vai trabalhar?’ Eu digo: ‘arruma um pra mim!’ Éé, digo logo!*” (Sofia).

Só em pedir, os outros já manda trabalhar.(...) ‘Só quer vida fácil!’ (...) pedir é uma coisa normal. Pedi porque tá com fome. Aí a pessoa vê um meni-, uma mulher nova vai: ‘oh pra aí, tão nova! De vez de trabalhar! Vai arrumar um emprego, menina! Vai trabalhar, tu tão nova!’ Aí eu digo: ‘arruma um emprego pra mim! Porque disposição eu tenho até demais.’ Aí os outro fala assim: ‘oxe! Ninguém vai, ninguém vai botar tu dentro de

trabalho pra depois tu levar as coisa, levar tudo, roubar! Oxe! Tu trabalha, depois tá roubando!’ E aí? Né discriminação não, é? (Letícia).

A fala de Letícia demonstra que há casos em que as pessoas em situação de rua, além da discriminação sofrida por não ter emprego, têm, nesta discriminação, um entrave para conseguir algum vínculo empregatício, devido à desconfiança de que são alvo, advinda do imaginário social que normalmente as associa à desonestidade e a práticas de ladroagem, ocupando, portanto, um lugar de marginalização social. Faz parte do cotidiano das pessoas em situação de rua o não reconhecimento social enquanto cidadãs, seres humanos. A ausência desse reconhecimento gera feridas profundas e uma dessas consiste na “aceitação da situação de precariedade como legítima e até merecida e justa”, compondo, assim, a naturalização da desigualdade social (SOUZA, 2012, p.180).

Destarte, tem-se a criminalização da pobreza, a qual, “além de transformar todos os pobres em objetos de uma repressão específica e dirigida, torna-os também ‘alvo’ de relações de hostilidade, de intolerância, de rejeição e também de eliminação” (ESCOREL, 1999, p.80, grifo da autora). E, de maneira perversa, a mesma sociedade que não proporciona emprego a todas as pessoas, é a mesma que desqualifica quem não o tem, com base na pretensa meritocracia. “A resposta da sociedade para quem não se enquadra é o estigma: *vagabundo, malandro, vadio* ou quando muito *coitado*; ele é o *outro*, o que não faz parte, que precisa ser afastado ou reintegrado” (VIEIRA, BEZERRA e ROSA, 2004, p.100, grifos das autoras). E elas próprias, as pessoas em situação de rua, veem-se dessa forma, como indivíduos fracassados.

Comumente, o indivíduo que não trabalha é discriminado por agentes do serviço público e até representantes do Estado, conforme o relato a seguir.

A senhora sabe o que que os motorista do ônibus diz? A senhora o que que os médico do INSS⁴⁴ disse pra mim? ‘Você ainda tem condições de trabalhar!’ (...) Eu disse: ‘como? Só se for agarrado nas suas costa!’ Aí ele fez: ‘é o que?’ ‘Não, tá certo, o senhor tá certo. Eu tenho condições de trabalhar. Agora me dê um par de moleta e me dê um sinto de segurança pra eu trabalhar.’ ‘Pra que você quer um sinto de segurança?’ ‘Pra amarrar na escada.’ Eu pedi, pra eu trabalhar. Eu tenho minha profissão, eu sei pintar, eu sou pintor. (Marcelo).

O nível de discriminação com as pessoas em situação de rua desempregadas aumenta quando se associa à embriaguez. “*Eu tava meio alcoolizada, me chamaram de vagabunda, mandaram eu trabalhar.*” (Laura). Essas pessoas são costumeiramente associadas à

⁴⁴ Instituto Nacional de Seguridade Social.

vadiagem, sobretudo por estarem desempregadas, embora não estejam afastadas do mundo do trabalho.

5.3 Saída da situação de rua: trabalho como uma alternativa facilitadora

As pessoas em situação de rua que almejam sair dessa condição encontram enormes desafios, uma vez que estão em grande desamparo e destituídas de estrutura mínima. As iniciativas no âmbito das políticas públicas ainda são ineficientes; não há suporte familiar, nem comunitário que proporcionem essa saída.

Todos afirmaram ter vontade de sair da situação de rua e construir suas vidas a partir de outras sociabilidades, incluindo o trabalho e a moradia, conquanto apresentem insegurança e incerteza em relação ao seu futuro e reconheçam a dificuldade para obter êxito nesta questão.

Quando se referem à moradia, eles mencionam “casinha”, barraco”, referindo-se ao mínimo, em detrimento do direito de terem uma casa minimamente confortável e segura, visto como exceção que poucos podem desfrutar. *“Eu pretendo, ói, arrumar um emprego, e alugar uma casa. Uma casa não, uma casa é pra rico, um barraco. Um barraco mermo, ou senão, no dia eu que arrumar um emprego, o dinheiro que eu recebesse, eu ia guardando ali, comprava um terreno e depois comprava o resto.”* (Daniel).

A desigualdade social, já incrustada na sociedade de modo conspícuo, pelos tentáculos do capitalismo, é vista como algo normal, até mesmo por quem sofre, cotidianamente, as consequências desta em níveis elevados de pobreza. Tem-se, assim, a naturalização da exploração capitalista materializada na pobreza, desigualdade e exclusão em alcance extremado, que gera, portanto, “resíduos humanos difíceis de reciclar socialmente⁴⁵” (BLANCO, 1999, p. 169, tradução minha).

“Assim, nunca, nunca sonhei em ter luxo, em ser rica, não. A única coisa que eu quero é apenas sossego, ter um cantinho só pra mim, um trabalho digno, que dê pra eu me manter, entendeu? Somente, fazer, investir em alguns cursos.” (Laura).

A mesma vontade em sair das ruas se aplica aos que estavam em casa de acolhida, circunstância considerada prolongamento da situação de rua. Todos nessa condição

⁴⁵ “Desechos humanos difíceis de reciclar socialmente.”

manifestaram desejo em sair da casa de acolhida e não voltar mais às ruas, através de recursos que assegurem o autossustento. *“Oxe, eu tô aqui a-, eu tô aqui apulso! Porque eu tô, eu tô aqui porque num tem outro lugar mermo, mas vou sair (...) vou trabalhar, a-, ajudante mermo, porque alguma coisa eu tenho que fazer pra comer, né?”* (Samuel).

“Eu preciso sair daqui, porque aqui a pessoa num tem a sua, assim, privacidade, né? Eu gosto muito de tá lendo, estudando. E aqui num tem condições (...) você num tá morando na rua, mas é meio perigoso. (Fernando). Ele tem vontade de sair da Casa de Acolhida e ir para uma casa que seja sua, comprar utensílios domésticos, como geladeira, televisão, rádio, *“coisas de utilidade que a pessoa tem que ter.”* (Fernando).

Nossa sociedade tem sido estruturada basicamente pelo trabalho, o qual, além de fornecer possibilidade de vínculos sociais, desenvolvimento de potencialidades e construção de aprendizagem, constitui-se no meio principal para satisfação das necessidades básicas. Quando o indivíduo está desempregado e não dispõe de outra fonte de renda para se sustentar, vivencia as mais difíceis situações de pobreza e miséria, que acometem, igualmente, todos seus dependentes, uma vez que as políticas públicas de suporte são insuficientes. Isto porque a cidadania, em termos de satisfação das necessidades básicas, tem sido viabilizada pelo mercado, num contexto em que, mesmo se propalando ideais de justiça calcados no princípio de liberdade, igualdade e fraternidade, “o que prevaleceu foi a liberdade do mercado e a inviabilidade da igualdade social” (FRIGOTTO, 2013, p. 391).

O trabalho foi apontado como um elemento significativo para que o indivíduo construa alternativas diferentes à situação de rua, uma vez que o trabalho é uma via importante ao exercício da cidadania. *“Se tiver muito emprego aí, ajuda, você sair de rua. Famílias que é desempregada e tá procurando emprego. (...) Ajuda muito e até demais.”* (Daniel). Nesse sentido, muitos sentem falta de executar atividades que proporcionam algum rendimento e, conseqüentemente, têm vontade de trabalhar para consegui-lo. Das 22 pessoas entrevistadas, 18 afirmaram claramente sentir falta do trabalho. *“Oxe, eu sinto falta demais. Sinto uma depressão medonha.”* (Samuel). As demais não comentaram sobre o assunto: Luiza porque não conseguiu responder a todas as perguntas da entrevista; Sofia, Carla e Maria porque não foram entrevistadas a respeito desta questão.

Mesmo com todas as dificuldades, algumas das quais tendo que ser resolvidas primeiro, como é o caso da dependência em drogas, 19 afirmaram ter vontade de conseguir um emprego. *“Poxa! Pra mim isso é umm, uma, uma grande felicidade.”* (Fernando).

“Vontade eu tenho. Terminar minha vida mais em paz, quee, um emprego, um cantinho fixo, pra dizer que é meu. Eu sei o que vou fazer daqui pra, pra frente.” (Pedro). O trabalho também concede segurança para o planejamento do futuro.

Sofia, Carla e Maria não demonstraram vontade. Carla, provavelmente, por se encontrar recebendo o BPC devido à hanseníase. Para este tipo de doença, o benefício só é concedido quando há limitações em decorrência da doença, associadas à comprovação de renda *per capita* inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo⁴⁶. Assim, Carla, considera-se que, com este benefício, é alguém que não pode trabalhar. No caso de Tiago, embora tenha afirmado desejar trabalhar, no momento preferia ficar sem trabalho para evitar gastar o dinheiro com droga, denotando que as políticas de assistência a usuários de drogas precisariam ser mais eficazes, a fim de proporcionar autonomia e qualidade de vida aos indivíduos.

Inclui-se no grupo dos que sentem falta do trabalho e têm vontade de trabalhar, a maioria daqueles que executam pequenas atividades que lhes conferem alguma remuneração, pois consideram que estas são improvisadas, não apresentam condições de lhes sustentar e não proporcionam autonomia. *“Sinto falta porque, é de trabalho que a gente veve, né tia? (...) Porque se a gente num trabalhar, a gente morre de fome.”* (Letícia).

Dos entrevistados, 14 afirmaram diretamente e duas indiretamente que o trabalho consiste num facilitador à saída da situação de rua. Cinco pessoas não mencionaram este aspecto. E uma afirmou não saber. Em relação aos acolhidos, o trabalho se apresentou como elemento importante à saída da instituição e o não retorno às ruas. O desejo em obter alguma renda mediante o trabalho também é manifestado em conseguir a aposentadoria, para os que já estão mais velhos.

O trabalho foi classificado enquanto categoria moral, no sentido de ser um meio de cessar a discriminação que tanto eles quanto seus semelhantes sofrem. *“Não vai ver mais a sociedade olhando pra você assim com aquele olhar de discriminação.”* (Laura). *“Vai se dedicar só a isso, pensamento, né? Não vai pensar em, em roubar, nem matar, nem usar droga. Viver honestamente, no mundo, na sociedade, na associação.”* (Mateus). *Porque trabalhar é uma coisa importante, né, pra mim. Importante porque ali eu vou receber o meu. E ali é honesto e é suado. E é um, um dinheiro com honestidade, né?”* (Letícia).

⁴⁶ http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/4_110831-181722-380.pdf

Semelhantemente, André considerou humilhado o dinheiro que ganha do BPC, porque não é fruto de trabalho. *“Eu acho que ele é humilhado, a pessoa ganhar dinheiro sem trabalhar. É uma humilhação. (...) Pra mim é, mas eu nuum, por mim eu acho esse dinheiro muito fácil. Num gosto de dinheiro fácil, eu gosto de trabalhar pra ter o que é meu.”* (André).

Satisfação das necessidades de sobrevivência

O trabalho foi apontado pelas pessoas em situação de rua como alternativa para elas saírem dessa circunstância, através do rendimento deste, o qual proporciona acesso à alimentação, moradia, saúde, em suma, a satisfação de necessidades, condição mínima para um exercício cidadão. *“Porque você vai se formar, ci-, vai virar cidadão de novo, né? Porque você sem trabalho, voce é nada.”* (João). *“Porque a gente, quem veve assim, vai se dedicar a trabalhar pra se manter. Não passar fome, não, sem roupa, sem um medicamento”* (Mateus).

Um dos benefícios do trabalho é a certeza de uma renda mensal para o autossustento, mesmo que essa renda seja baixa. *“O trabalho é, saber que você tá trabalhando, saber que você vai ter, vai ter o dinheiro pra receber, né? Ali eu tô trabalhando, ali eu tô consciente que eu tenho dinheiro pra receber. Demora, 15 dia, mas, mas tem.”* (Samuel).

“Pelo menos uma faxinazinha pra fazer, porque pelo menos tinha certo.” (Pedro).

“Todo mês eu tinha meu dinheiro certo.” (Marcelo).

“Que a pessoa trabalhando, tem o seu trocadozinho.” (Lucas)

“Porquee, a pessoa trabalhando tá com o dinheirinho dele garantido, né? E a pessoa sem trabalhar fica sem dinheiro. Que ninguém dá dinheiro a ninguém.” (Fernando).

Enquanto apresentavam as necessidades que podem ser satisfeitas pelo trabalho, evidenciaram a moradia, conquanto esta fosse intercalada com outros aspectos. *“Com o trabalho você pode alugar um, uma casinha. Já saiu da rua!”* (Laura). *“Gostaria [de trabalhar]. Porque o dinheiro que eu ia ganhar é o que? Alugar um barraco e comprar o próprio cumê e dormir dentro da casa, né? Depois que vai melhorando”* (Daniel).

João coloca a moradia e o trabalho como principais meios para que as pessoas em situação de rua saiam dessa condição, intercalando a ordem de prioridade entre os dois durante a entrevista:

Tô na rua por necessidade. Não porque quero. (...) Porque você me dá um emprego agora, né? (...) Com esse dinheiro eu podia até comprar um,

alugar um, uma casinha, barraquinho, isso ajudaria, né? Então, a gente precisa de emprego. Primeiramente um emprego, pra depois a casa. (...) Que morador de rua (...) necessidade dele é casa! Casa e trabalho, né?

O direito à moradia não consiste em mero abrigo, mas uma casa onde, além de garantir a dormida distante do ambiente da rua, seja satisfatória em termos de saneamento básico, fácil acesso a outros direitos como coleta de lixo, saúde e educação, etc. Ressalta-se que a moradia está presente na Constituição através da Emenda Constitucional ao artigo 6º (BRASIL, 2000).

O desejo da casa está associado a descanso e ao desfrute de utensílios domésticos considerados simples pelas pessoas que possuem moradia.

Agora, no momento, eu penso em morar na minha casa. Eu nunca tive uma casa normal, assim, nunca tive uma televisão, dvd, um som [...], a geladeira... Eu só quero ter uma casa pra eu descansar. Acho que eu cansei na vida. Cansei de tá na rua, cansei de usar droga, cansei de apanhar, cansei de matar. (Carla).

“Éé, só pra ter minha independência mesmo, mais sossego, um pouc-, sair mais das ruas, entendeu? Ter o meu próprio cantinho, embora que só seja um colchão e um teto, tá bom demais, o resto... vou adquirindo aos poucos. (...) Eu tô achando] ruim porque eu tô parada” (Laura).

“Tem um rapaz aqui que ele conseguiu um, um trabalho pra ele, varredor de, varrendo rua. Ele mora na rua. E agora vê! Primeiro salarinho dele, alugar uma casinha, né não? (...) já vai ser menos uma pessoa na rua.” (Tiago).

Além da sobrevivência individual, os entrevistados afirmaram sentir falta de trabalho para poderem constituir uma família. *“Construir sua família novamente.” (Tiago). “Nosso dinheiro, nosso sustento, nosso passeio com as crianças.” (Mariana). “Quero ter minhas coisas, né? Quero ter uma família. Meu projeto de vida é esse. Ter uma família, uma coisa que eu nunca tive. Construir uma família.” (João).*

Arrumar outra mulher, fazer mai outro filho e ter as coisa que eu quero. (...) Uma casa, é, registrar minha filha, a primeira e ter as condições de ter algo na vida, né vei? (...) Eu tô tentando mudar de vida agora, que antigamente eu num pensava não. Só fazia besteira e, hoje em dia (...) eu tô botando a cabeça no lugar (risos). (Daniel).

Quando questionado sobre o que é mudar de vida, Daniel respondeu: *“é você tá dentro de uma casa, trabalhando, com a sua mulé, seus filho, você, éé, isso aí, pra mim é isso aí. Estudar, ter alguma coisa.”*

Ademais, o trabalho foi apontado como positivo pelo seu caráter ocupacional e facilitador das relações sociais. *“A gente trabalhando, a gente só vai pensar no, naquele, do trabalho, no horário de levantar pra o horário de trabalhar, de largar, tem um compromisso, com o trabalho, entendeu?”* (Mateus). *“Porque a pessoa trabalhando, a pessoa vai tá ocupando sua mente.”* (Tiago).

“Tem o dia e tem a hora de trabalhar e você tá ali, né, intertido no trabalho” (Daniel).

“Eu, tinha mais independência quando eu trabalhava. Me sentia mais ocupada, principalmente a mente” (Laura). Laura sente vontade de trabalhar, como autônoma.

“Quando eu trabalhava eu tinha muitas amizade, agora depois que a pessoa sai do trabalho, aí vai se afastando, entendeu? Feito tem o ditado, a pessoa só vale o que tem.” (Tiago). Todavia, essas redes sociais estabelecidas por Tiago eram focadas no interesse econômico, sendo, portanto, construídas no interior da sociedade de consumo, na qual tanto os objetos quanto os indivíduos tornam-se descartáveis.

Motivação individual para saída das ruas

Em consonância com a perspectiva de que o trabalho é um facilitador à saída da situação de rua, alguns reconheceram que para sair desta circunstância é necessário agregar a motivação e o esforço individual, embora este não seja o aspecto mais relevante. *“Muitos querem trabalhar, mas, muitos, muitos querem viver a vida que quer ter.”* (Daniel). *“Depende da pessoa”* (Lucas). *“Tudo é força de vontade e interesse de mudar de vida.”* (Mateus).

Daniel, mesmo que reconheça a falta de oportunidades que teve em sua vida, considera que sua situação de rua é proveniente, também, de suas escolhas individuais, de modo que se sente arrependido por estar nessa condição e planeja trabalhar para facilitar sua saída da mesma.

Sinto[vontade de trabalhar], porque eu gosto de trabalhar, doido! Se eu num, num, se tivesse pensado, hoje em dia eu era alguma coisa, tava trabalhando, tava dentro de uma casa, tava nessa vida não. Eu tô, arrependido hoje em dia, vi?! De tudo que eu fiz, já. E tô lutando pra sair daí, dessa vida aí que eu tô vivendo, com ajuda das pessoas daqui [do Centro POP], tá ligado? Porque se num for eles também aqui, a gente num consegue nada não. É isso aí. (risos) (Daniel).

Embora tenha sido uma minoria, é importante registrar, enquanto dado de pesquisa, que há pessoas em situação de rua que defendem que esta circunstância é oriunda de escolhas individuais. Fernando foi o único que mencionou claramente que tem dúvida quanto à ajuda do trabalho para a saída das ruas.

Eu num sei, que têm muitos deles que num gosta de trabalhar não. (...) Só vem aqui passar os seis meses e pegar um auxílio moradia⁴⁷ (...) vida deles de marginal mermo (...) E são marginais mermo, pesados, caras que deve à justiça, eles fazem questão de ficar morando na rua mermo e, roubar, matar, fazer o que num presta. (...) E muitos, muitos deles num fazem questão de sair da rua, eles fazem não. (Fernando).

Todavia, ele analisou que sua situação de rua é devido a problemas financeiros atrelados a doença e declarou que seu grande problema atual é a dificuldade para conseguir um emprego para sair da casa de acolhida e “*voltaar a ter o meu local de morar legal.*” (Fernando).

Assim, a motivação individual foi apontada com um elemento relevante a ser associado ao trabalho, visto que é necessária a disposição no sujeito para traçar caminhos alternativos à situação de rua. Porém, é importante frisar que a situação de rua degrada o indivíduo a tal ponto, mediante constantes perdas e fracassos, que ele apresenta grandes dificuldades em ter esta motivação que lhe é requerida.

Conforme já mencionado, a situação de rua no Brasil é fruto da profunda desigualdade social. Tomando João como exemplo, ele teve poucas oportunidades de mudar de vida, as quais, embora as tenha tentado perseguir, não obteve êxito. Quando criança, trabalhando na praia como guia mirim, encontrou uma mala com muitos dólares e, ao ter devolvido, recebeu a oportunidade de se matricular num colégio e ter uma preparação mais adequada às exigências do mercado. No entanto, o sistema educativo da escola, devido sua rigidez, a exemplo das palmadas que levava das freiras, não foi condizente com a realidade de João, a ponto deste fugir pulando o muro. Ele reconhece que se tivesse continuado neste colégio sua vida poderia ter sido diferente: “*talvez que eu num pulasse o muro tava diferente, num tava aqui contando essa história*”.

João vivenciou outra oportunidade de quebrar o ciclo da pobreza em sua vida. Por volta dos 17 anos conheceu um empresário na praia de Boa Viagem, na atividade de guia mirim, que o levou para jogar futebol na Alemanha. Entretanto, essa experiência não foi bem sucedida porque o empresário era traficante de drogas, não o deixava sair de casa e, ademais,

⁴⁷ Refere-se ao Auxílio Aluguel.

ficava com quase a totalidade do salário que recebia como jogador. Para sair dessa situação, João teve que denunciá-lo à polícia alemã e sair do país com medo de represálias. Nesse período, inclusive, começou a usar drogas, aos 21 anos aproximadamente, gerando-lhe uma dependência que o prejudica até a atualidade. Ele passou quase dois anos na Alemanha e, quando voltou ao Brasil, retornou às suas atividades de guia turístico, em Boa Viagem, e à situação de rua.

Dois anos depois, aproximadamente, envolveu-se amorosamente com uma suíça que o levou a seu país, com planos de casamento. Mesmo com a quebra do romance, devido a uma traição da parte dela, um ano e nove meses depois, ele continuou viajando à Suíça, duas vezes por ano, com algumas exceções, durante 16 anos. No período que permanecia neste país, trabalhava para a família que o acolhia e juntava dinheiro para se manter nos meses seguintes que iria passar no Brasil. Ele afirmou que usava a maior parte deste dinheiro com drogas, embora não tenha ficado claro se, caso ele não usasse droga, o dinheiro daria para ele se manter. Ele intercalava a estadia na Suíça e no Brasil porque não tinha pré-requisitos para se manter legal na Suíça. João teria sido adotado como filho da família, caso o irmão da moça com quem teve um relacionamento não tivesse impedido, pois este temia dividir a herança com João. Este afirma que, atualmente, não tem ido mais à Suíça devido a um problema psíquico de seu padrinho de lá, que o faz pensar que João está tendo um caso amoroso com sua madrinha. Padrinho e Madrinha são as formas como ele trata seus quase pais adotivos.

A vida de João é de muitas perdas, sofrimento, frustrações, falta de oportunidades eficazes, depressão. *“Perdas e perdas, mas tô aqui”*, embora não lhe falte motivação, a qual foi materializada em múltiplas formas. Porém, *“esses anos todos as portas fechadas (...) é muito difícil, muita tristeza, principalmente no inverno, tudo molhado, frio, fome”*. Diante da impotência em não conseguir transformar sua realidade, o suicídio lhe apresenta como a saída mais fácil e eficaz. *“Sem força, sem esperança. (...) E tem hora que eu me pergunto: por que eu to vivo ainda? (...) Já tentei me matar três vezes, nenhuma consegui.”* Porém, posteriormente, ele afirma: *“Enquanto tiver respirando, batendo a pestana, não quero desistir.”* Perante tanta dificuldade já vivenciada, ele se questiona: *“será que uma pessoa dessa é normal da cabeça?”* E diz: *“eu não consigo, eu não consigo entender, nem eu consigo entender. Tô procurando a, tô procurando a resposta ainda, mas, não tô aguentando mais sofrer, não”*. Segundo ele, trata-se de uma *“história que muita gente nem acredita.”*

A história de João é um exemplo de que não basta apenas ter motivação individual, uma vez que se deve levar em consideração todo o contexto em que o indivíduo está inserido. Assim, essa história também é um exemplo de que há pouco incentivo de geração de emprego, para que pessoas como ele tenham acesso a alguma renda. Também, constata-se que a parca oferta de tratamento para dependentes de drogas, as quais constituem numa das causas de muitas pessoas apresentarem dificuldade para sair das ruas, como é o caso de João.

Alternativas de geração de emprego

Dentro do capitalismo, os direitos têm sido demarcados nas fronteiras do mercado, na medida em que vendemos nossa força de trabalho, e não enquanto condição inerente ao ser humano. Aqueles que não se inserem neste modelo, são privados dos direitos sociais, até mesmo da vida. Dessa maneira, em consonância com o neoliberalismo, “a lógica da globalização é excludente e a população excluída tende a perder seus vínculos com o mercado e, com ele, perde direitos sociais⁴⁸” (DIERCKXSENS, 2002, p.88, tradução minha).

Deste modo, faz-se necessário a existência de alternativas que munam esses indivíduos de dispositivos que lhes garantam recursos necessários para circularem no mercado e, assim, satisfaçam suas necessidades. Sem, contudo, isentar-se da luta por projetos de alcance coletivos subsidiados pelo Estado que contemplem essas necessidades, a fim de que não seja naturalizado o processo de alcance da cidadania pelo mercado, mediante conformismo e enclausuramento no individualismo.

De acordo com Pochmann (2001), é fundamental o estabelecimento de metas comprometidas com a geração de empregos. Nesse sentido, enquanto os entrevistados refletiam sobre a possibilidade de saírem da situação de rua mediante o trabalho, alguns mencionaram sugestões de geração de emprego. “*Uma chácara bEm enorme de [...], pra todo mundo fazer lavoura, e comer da sua própria lavoura.*” (Mariana).

A seguir, a sugestão de Samuel, concomitantemente à crítica ao funcionamento da casa de acolhida em que estava alojado.

Éé, eu penso assim (...) essa casa aqui fosse num sítio, todo mundo trabalhando, cada um vai trabalhar, vai fazer o seu (...) Mas aqui, a turma se comoda demais. (...) Eu tô falando a verdade mermo (...) Quem quiser, a

⁴⁸ “La lógica de la globalización es excluyente y la población excluida tiende a perder sus vínculos con el mercado y, con ello, pierde derechos sociales”.

diretora ver essas palavra. (...) Comer e dormir, comer e dormir, comer e dormir. Pronto, aí ficam comodado. (Samuel).

Samuel critica a prática assistencialista do Estado em apenas remediar paliativamente os problemas das pessoas em situação de rua. Segundo seus cálculos, o Estado gasta mais acolhendo pessoas do que se lhes oferecesse emprego. *“O Brasil gasta muito (...) com esse problema de, que veve na rua, sem, falta de serviço. Eu creio que cada um que, cada um que tá aqui, cada um que se encontra aqui, por dia, eu vou calcular a ideia mais ou menos de quanto gasta, cada um.”* Com base em seus cálculos, o Estado despende, em média, R\$1500,00 mensal por cada pessoa acolhida e ainda não supre todas as suas necessidades. Para ele, esse dinheiro deveria ser investido em empregos que não exigissem níveis de escolaridade, *“que não exigisse muita leitura.”* Samuel argumenta que, se o Estado investe R\$1500,00 em cada acolhido, poderia despende um salário mínimo, R\$724,00, como pagamento por emprego.

Este raciocínio de Samuel conduz à constatação de que o salário mínimo no Brasil não é suficiente às necessidades básicas dos indivíduos, pois o gasto pela manutenção básica de um indivíduo acolhido é o dobro do salário. Salienta-se que Samuel não levou em consideração que os gastos do dinheiro público são ampliados devido a processos de licitação, por exemplo. Para esta dissertação, não foi verificado o gasto por cada acolhido, a fim de que houvesse uma comparação entre os gastos reais dos serviços custeados pelo Estado e o cálculo de Samuel. No entanto, a análise dele é válida no sentido de que o Estado, além de investir em acolhimento, deveria investir, também, em trabalho, facilitando a inserção empregatícia, para que, com o rendimento deste, o indivíduo possa, autonomamente, custear seu sustento.

É queixa comum dos acolhidos que eles passam grande parte do tempo no ócio, sem atividades mínimas de ocupação, num descanso prolongado que não coaduna com a realidade destes.

Primeiramente, você trabalhando, num é nunca feito você tá dentro de uma casa somente deitado. Você trabalhando você se movimenta prum canto, se movimenta pra outro, tá com saúde. (...) Mas a pessoa, a pessoa, somente, o dia todinho, ou sentado, ou deitado. Qual é o prazer que essa pessoa tem? A não ser que a pessoa seja preguiçoso, seja acomodado. O acomodado, pra ele tá bom. Feito eu vejo aí. (Lucas).

Pouco se estimula o trabalho, até mesmo como atividade ocupacional. Igualmente, ainda é escassa a prática de atividades físicas, as quais contribuiriam à saúde física do

indivíduo. Ao falar da realidade da casa de acolhida, Mateus explicou que não faz quase nada, apenas comer e dormir. “*Sem trabalhar, fica ruim, amolece o corpo da gente, né?*” (Mateus).

Nessa mesma direção, Lucas defende que a ação de investimento do governo em trabalho é mais positiva do que o Auxílio Aluguel. Igualmente, João critica este auxílio, pois

não adianta botar 6 reais, né, um morador de rua numa casa, [...], sem um trabalho. (...) Morador de rua já tá dizendo, o que ele quer é uma moradia. Então você vai pensando que vai dar só 6 reais pra ele se virar... E ele não conseguir nos 6 reais, vai voltar de novo pra rua? (...) Não adianta não, é como tivesse enxugando gelo. (João).

As próprias pessoas em situação de rua têm consciência de que as políticas públicas direcionadas a elas são ineficientes, que, de fato, o governo não tem programas que tenham o horizonte real de retirada delas dessa situação, uma vez que as ações empreendidas até o momento constituem-se apenas em paliativos para redução de danos e amortecimento de prejuízos.

Marcelo, por exemplo, estava morando com uma companheira num quarto alugado pela Prefeitura, através do Auxílio aluguel. Porém, estava no penúltimo mês do benefício e ainda não havia obtido meios para seu sustento, estando na iminência de retornar a morar na rua. Ademais, o local onde morava apresentava muitos problemas com a proprietária. Durante a entrevista, outras pessoas em situação de rua estavam próximas e, como também estavam morando no mesmo local que Marcelo, asseveraram os problemas relatados por este, a saber: frequentes cortes de energia, mesmo que tenham contribuído para o pagamento da conta; bagunça; quarto pequeno. Sobre o quarto onde mora, diz que é “*um ovo. É uma caixa de fósforo*”, que não cabe nem um fogão, de modo que tem sua alimentação prejudicada. “*Aí, a gente pega aqui duas latinha de cerveja assim, corta ela no meio, bota assim no cantinho ali, bota um pouquinho de álcool e cozinha. Assa um ovo, faz um café, entendeu? Porque num tem condições da gente botar um fogão ali.*” Incluído nesse Auxílio aluguel, a Prefeitura concede um kit com objetos como fogão, panela, prato, botijão de gás. Entretanto, Marcelo relatou que, em seu kit, não recebeu o botijão, o que tem lhe dificultado a preparação de alimentos. Ele substituiu o gás por álcool e sofreu uma queimadura.

Marcelo e outros colegas que também moram nesse local, relataram que já conversaram com a proprietária e que a mesma disse que não iria resolver os problemas. Igualmente, afirmaram que esta situação já foi comunicada à gerência do Centro POP, mas que, até o momento da entrevista, nada tinha sido resolvido e que, inclusive, alguns outros

locais melhores de se morar poderiam ser alugados, mas que os proprietários evitam alugar à Prefeitura pela demora no pagamento. *“Pra quem já morou na rua e quer ter um lugar pra botar a cabeça é complicado demais mermo.”* (Marcelo).

No caso de Leticia, ela estivera no benefício do Auxílio Aluguel, mas o perdeu e ficou nas ruas novamente. No momento da entrevista, passava a maior parte do tempo perambulando pelas ruas, em praças e parques, enquanto se resolvia este problema de sua moradia. Como ponto de apoio, frequentava o Centro POP Glória e a Cristolândia, locais onde conseguia alimentação e higienizar-se.

Destarte, o serviço de acolhimento e o Centro POP ainda não têm conseguido proporcionar condições para o exercício da cidadania, tais como através da inserção empregatícia, fator que poderia fortalecer os indivíduos e os possibilitar se sustentarem. Esse entrave poderia ser amenizado se houvesse uma integração mais eficaz de políticas e ações governamentais direcionadas às pessoas em situação de rua, a fim de aplicar o Decreto 7.053, a exemplo do artigo 7º, que traz como um dos objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua a ação de “disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho” (BRASIL, 2009a).

No momento da pesquisa, as casas de acolhida onde foram realizadas as entrevistas não dispunham de projetos de formação profissional e educacional e pouco encaminhavam a instituições que oferecessem estes serviços, importantes ferramentas ao exercício cidadão, cuja ausência consiste nas principais dificuldades para se conseguir um emprego. De todos os que estavam acolhidos, nenhum estava trabalhando. Foi dito pelos entrevistados que apenas permanece-se no local, tendo acesso a refeições e à higienização, num contexto de carência de atividades que propiciam autonomia. O mesmo se verificou no caso dos Centros POP, embora nestes, no período das entrevistas, estivesse ocorrendo mudanças de funcionamento justamente para evitar esta situação. Por isso, considera-se que tanto as casas de acolhida quanto os Centros POP ainda são espaços carentes de discussão sobre cidadania. Em suma, mesmo que diferentemente do planejamento, as ações dessas instituições concentram-se mais no sentido de retirada de documentos pessoais, inscrição em Bolsa Família e algum contato com a família do usuário.

Destarte, verifica-se que, em termos de políticas públicas, os investimentos no âmbito do trabalho ainda são escassos, tanto em trabalhos formais quanto informais. Conforme se

verifica nas sugestões dos informantes, foram apontadas alternativas semelhantes às cooperativas no âmbito da economia solidária, a qual, mantida pelos próprios associados que têm igual poder de participação, facilitariam a produção e a geração de renda deles.

De modo geral, as pessoas em situação de rua entrevistadas associaram o trabalho à cidadania. “*Veja bem, se ele tiver um trabalho e um lugar pra ficar dentro, a maioria dessa turma sai tudo da rua.*” (Marcelo).

A efetivação de uma cidadania para além do mercado não é dissonante do compartilhamento das oportunidades de emprego a todos, pois, conquanto não por correlação direta e restrita, o emprego contribui significativamente à cidadania, mediante o reconhecimento de que “o conflito de classes está condicionado no Brasil pela existência de uma vasta fração de classe que luta por aceder ao mundo do trabalho formal em regime capitalista, com todos os defeitos que ele possui, tendo estado dele historicamente excluída” (SINGER, 2012, p.44). Empregos, portanto, que sejam suficientes para satisfazerem suas necessidades sem que seja preciso práticas aviltantes aos/às trabalhadores/as. Assim, é importante que, durante o processo de luta por uma cidadania participativa, as pessoas em situação de rua tenham oportunidade de saírem da pobreza extrema e desfrutar de condições básicas de sobrevivência como moradia e alimentação. E esta oportunidade, por sua vez, é primordialmente conseguida mediante o rendimento advindo do trabalho.

5.4 Busca por emprego e suas dificuldades

As dificuldades na busca por emprego denotam que, num contexto de globalização, o desenvolvimento capitalista tem ocasionado transformações sociais que impactam diretamente na vida de parcela de trabalhadores/as que, por apresentarem dificuldades em acompanhar as mudanças exigidas pelo mercado de trabalho, são afastados deste (ROSA, 2005). É nesse contexto de desespero, portanto, que muitos acabam em situação de rua.

De acordo com Pochmann (2001, p.124),

O desemprego constitui uma das mais difíceis situações sociais e que a inexistência de atendimento social adequado ao desempregado reflete não apenas o estágio de atraso, conservadorismo e individualismo de uma sociedade, mas também o fato de o desempregado conduzir-se mais facilmente ao desespero social, à violência, às drogas; enfim, ao quadro de desamparo e de regressão numa sociedade que já tem muito desgastado o tecido social.

Dos entrevistados, 12 não estavam procurando emprego, 8 estavam (Samuel, Jéssica, André, João, Marcelo, Daniel, Rodrigo e Fernando) e 2 não comentaram sobre o assunto (Vanessa e Maria). Mesmo dentre os que já executam algum tipo de trabalho, há busca por empregos que lhes proporcionem maior rendimento e estabilidade, sobretudo porque os trabalhos que estavam executando não são capazes de conferir-lhes o autossustento.

Além das dificuldades estruturais na busca por emprego, existem as peculiaridades individuais, como problemas de saúde, os quais impossibilitam que o indivíduo consiga desenvolver tanto suas atividades anteriores quanto outras diferentes. Há, também, casos em que o indivíduo está em situação de rua numa cidade diferente da sua de origem e, por isso, deseja, antes de procurar emprego, retornar a sua cidade. Estavam nesta situação Mateus e Mariana. Tiago, conforme já afirmado anteriormente, não buscava emprego para evitar usar drogas. Leticia, por sua vez, embora almejasse um emprego, justificou que não o buscava porque não dispunha de um local para deixar os filhos.

Num tenho procurado emprego ainda porque, eu vou receber a Bolsa Família, né? Aí vai ficar mais fácil pra mim, né? E outra, eu num procurei emprego ainda porque, pra procurar emprego tem que ter um emprego pra aceitar criança, porque até agora eu num arrumei ninguém pra tomar conta dos meus filho, porque eu ainda num tenho uma casa. Porque eu só posso arrumar um, procurar um emprego ou arrumar um emprego mermo se eu tiver com a minha casa, né? Ou um barraco qualquer, né? (Leticia).

O caso de Leticia elucida o problema da insuficiência de creches para atender toda a demanda. Esse é um problema, inclusive, que impulsiona muitas mães e muitos pais a ficarem pelas ruas, trabalhando ou não, com seus filhos, porque não há onde estes ficarem. A ausência de creche e de outros dispositivos de atendimento às crianças é, portanto, um dos motivos que propicia a entrada precoce das crianças no mundo do trabalho.

5.4.1 Tipo de trabalho mais almejado

As pessoas em situação de rua costumam almejar trabalhos precários, em áreas semelhantes a que já trabalharam, devido à baixa qualificação profissional e ao baixo nível de estudo, que geram, conseqüentemente, baixa remuneração.

“Na minha área mermo, de servente de pedreiro, ajudante de padeiro.” (Samuel).

“Ou ajudante de pedreiro ou qualquer coisa que eu sei fazer, tá ligado? Ou lavar uma casa, ou passar um pano, espanar alguma coisa, cortar um mato. (...) Porque eu só sei fazer isso mermo.” (Daniel).

Diante da falta de conhecimentos específicos que possibilitem a inserção em trabalhos que gerem melhor rendimento, menos exploração e maior aprendizagem, é comum que as pessoas em situação de rua se conformem em aceitar trabalhos mais simples, mesmo que mais exploradores.

Eu queria, pelo menos, arrumar um serviço de zelador, serviços gerais, sabe? (...) É porque é um trabalho que a maioria das pessoa sabe fazer né? É simples ele, né? [...] Porque esses trabalho de computação, essas coisa, num, num entendo, num sei mexer. Tem que arrumar o que? Uma varredura de rua, um serviços gerais, um zelador de prédio, alguma coisa assim, né? (Tiago).

Frente à grande vontade e necessidade de ter um emprego, é comum expressarem desejo em se submeter à exploração ainda maior do que seria se submetido a um salário mínimo. *“Oxe, eu gostaria muito mermo. (...) Até pela metade do salário.”* (Rafael)

“Um empregozinho, nem que seja de faxineiro. Serviço geral num prédio, numa firma, numa casa, qualquer canto, um emprego.” (Pedro).

Ademais, mesmo que não deseje estes trabalhos precários, acredita que esses são os possíveis de serem conseguidos. *“Eu mermo num tenho profissão. Meu emprego que eu vou arrumar éé, deve ser assim, esses emprego dee, varrer rua, ser, de gari, feito esses aí, esses homem aí, que tá aí, olhe.”* (Rodrigo). É comum o discurso de que aceitam qualquer vínculo empregatício, pois, diante da baixa qualificação, acreditam que podem se submeter a qualquer tipo de trabalho. *“Bem, eu não tenho escolha não. Qualquer coisa.”* (João). *“Qualquer coisa que aparecer eu quero”*, referindo-se a trabalhar em bar ou como empregada doméstica. (Betariz).

Atrelada à baixa qualificação, tem-se a idade avançada. *“Pela idade que eu tô, atualmente, pelo menos porteiro. (...) Atualmente é o que dá pros vei. Só é isso mermo.”* (Pedro). Conforme citado anteriormente, ele tem 50 anos.

Laura e Luiza deixaram claro que preferiam trabalhar como autônomas, vendendo lanches. *“Eu preferia trabalhar pra mim mesma (...) Minha praia é mais ser autônoma, entendeu? Vendedora ambulante.”*(Laura). *“Trabalhar pra mim mermo, vender água, guaraná, suco, pipoca.”* (Luiza). Esta enfatizou que não gostaria de voltar a trabalhar como empregada doméstica.

E Leticia especificou o tipo de trabalho que não deseja, para evitar assédios de patrões.

Mas menos de casa de família, que eu já trabalhei, né? (...) Casa de família num presta, porque às vezes o patrão dá muito em cima da mu-, da empregada. E quando a gente vai dizer, quer ser sincera pra a patroa mermo, a patroa às vezes num co-, nuum, num acredita, né? (...) E eu quero um emprego digno, mas casa de família eu num quero não. (Leticia).

Além das qualificações acima, citaram: auxiliar de serviços gerais, reciclagem com carroça, pintor, armador, garçom, barman, *maître d'hôtel*⁴⁹, agente comunitário de saúde, caixa de supermercado. No caso de Recife, trata-se de uma cidade com sérias dificuldades e níveis elevados de pobreza e desigualdade social, o que faz com que, mesmo os trabalhos mais precários sejam desejados pela população, a qual vê nestes uma alternativa principal de subsistência, para saírem da condição de miserabilidade, ou mesmo evitá-la. Saliente-se que “esses tipos de serviços, longe de serem excrescência e apenas depósito do ‘exército industrial de reserva’, são adequados para o processo de acumulação global e da expansão capitalista e, por seu lado, reforçam a tendência à concentração de renda” (OLIVEIRA, 2003, p.58, grifo do autor).

5.4.2 À procura de emprego: dificuldades encontradas

O nível elevado do desemprego no Brasil impacta diretamente nas dificuldades enfrentadas pelas pessoas em situação de rua na busca por emprego. Todos os entrevistados que vivenciaram a experiência desta busca, encontraram obstáculos. “*Aí eu tô saindo nas ruas procurando emprego, né?*” (Jéssica). Os que não procuraram diretamente, também apontaram empecilhos nessa tarefa.

Essas pessoas enfrentam as dificuldades *sui generis* de ser uma pessoa em situação de rua, pois os empregadores costumeiramente agem com preconceito e temem empregá-las, embasando-se na crença de que são indisciplinadas e perigosas. “*Os empregador eles acha, eles acha que nós somos usuário de droga, se botar eles dentro, de empregar, vão dar problema pra eles.*” (Samuel).

Além das dificuldades habituais na busca por emprego, as pessoas que agregam a situação de rua e a deficiência física enfrentam ainda mais obstáculos. “*Já cacei tanto por aí e*

⁴⁹ Termo francês, traduzido como mestre do hotel, que designa o profissional que coordena o momento das refeições em hotéis, como guiar as pessoas à mesa, registrar reservas, tratar de reclamações.

num achei não. A turma só quer pessoa que tenha as duas perna, que ande” (Marcelo). Embora Marcelo seja beneficiário do BPC, por ter uma deficiência física, não consegue se sustentar, porque, além da dívida contraída no empréstimo, dá uma parte do seu benefício à ex-esposa. Além disso, sua deficiência dificulta que execute algum trabalho. Ele gostaria de trabalhar como pintor, mas, pra isso, precisaria de uma muleta, a qual está esperando da Prefeitura há um tempo, assim como uma cadeira de rodas.

Um dos entrevistados, Fernando, consiste num caso peculiar, o qual lamuriou durante toda a entrevista por ter perdido algumas chances de emprego, que havia procurado, porque não dispunha de um telefone para contato, alegando que o telefone da casa de acolhida onde está alojado passa a maior parte do tempo ocupado.

Ademais, enfrentam outros problemas como a ausência de documentação, racismo, uso de drogas e deficiência física. Abaixo, as principais dificuldades mencionadas na busca por emprego.

Nível escolar

As pessoas em situação de rua declararam o baixo nível escolar, atrelado à baixa qualificação profissional, como o principal obstáculo na busca por emprego. E, todos apresentaram dificuldade neste item. *“É porque é muita exigência, sabe? (...) O mercado de trabalho é, é leitura... Leitura num tenho. Muita exigência, né?(Mateus).*

Tem gente que eu conheço que é desde pequeno que mora na rua, num sabe escrever o nome (...) Ai fica difícil pra arrumar até um trabalho, a pessoa analfabeto, né? (...) o governo desse, pelo menos uns curso (...) Pra pessoa sair da rua, ali naquele curso e procurar o mercado de trabalho, né? Pra ter uma profissão. (Tiago).

“Eu mermo num tenho estudo, eu num tenho profissão. Pra arrumar emprego eu vou ter que ter estudo, profissão, num sei quantos anos de num sei o que, é muita, é muita frescura (risos). Éé. Sem o estudo você num tem nada.” (Daniel).

“A verdade é que hoje em dia o pessoal só quer estudo e eu num tenho estudo. Meu estudo é saber ler alguma coisa e escrever, né? Fiz só até a 5ª série mermo. Hoje em dia tem que ter pelo menos o 1º grau. Eu penso em voltar a estudar (...) Pra ver que, daqui pra frente, né, num ficar vei assim, né?” (Tiago). No final da entrevista, ao ser questionado se desejaria

falar algo mais, Tiago pergunta sobre o procedimento para fazer um curso de serralheiro e de marceneiro.

A pessoa se formar em alguma coisa (...) Tenho que fazer pelo menos o supletivo, né? Pra pelo menos chegar ao 1º ano, pra também fazer um curso pra aprender alguma coisa, pra ver que eu arrumo um trabalho pra mim, porque se eu ficar só nessa, mô vei... Sem estudo, sem curso, sem, tá entendendo? Sem diploma de nada, que eu num tenho curso de nada, nunca fiz um curso de nada.

Ele comentou que “até” para exercer a profissão de zelador, é necessário algum nível de estudo. De acordo com Vieira, Bezerra e Rosa (2004, p.21, grifo das autoras),

o mercado de trabalho seleciona os *mais aptos*; ou seja, os que se enquadram nas exigências do processo produtivo, deixando para os que menos se enquadram o lugar de *reserva*, onde cumprirão as tarefas menos valorizadas, mais mal-remuneradas, recaindo ainda sobre eles o estigma do trabalho não legitimado e a ameaça de serem vistos como *classes perigosas*.

Por conta desta dificuldade em conseguir emprego com pouco nível escolar, é comum as pessoas em situação de rua se resignarem a aceitar quaisquer tipos de emprego. “*Porque, realmente, aquele que tá atrás de emprego, né, você não tem preferência não. Principalmente quando não tem estudo. Você tem que encarar qualquer emprego. A verdade é essa.*” (João). E, sabendo disso, os empregadores se aproveitam para explorar ainda mais os trabalhadores.

Salienta-se que, embora o grau de escolaridade seja importante na aquisição de um emprego, ele não diz muito comparando-se a uma experiência mais ampla, sobretudo quando se trata de graus escolares, cuja formação é generalista. “*Sóó pelo grau de estudo aí têm pessoas que acham que a gente num é capaz, entendeu? De exercer aquela função.*” (Laura).

Entretanto, é necessário pontuar que, perante a desigualdade social gerada pelo capitalismo, nem todas as pessoas “qualificadas” encontram lugar no mercado de trabalho. Daí depreende-se, também, o grau de dificuldade das pessoas em situação de rua na consecução de emprego.

Dos entrevistados, a maioria, 15, tem o ensino fundamental incompleto. Das demais, duas pessoas são analfabetas, uma tem o fundamental completo, duas o ensino médio completo e duas o ensino superior incompleto. A pobreza a que essas pessoas eram submetidas na infância consiste na razão principal para a dificuldade de frequência na escola e o baixo êxito na mesma. No caso de João, ele afirmou que ia à escola principalmente para “*comer e dormir*”, visto que, além da dificuldade de alimentação, as condições de dormida em sua casa eram precárias.

Rede de conhecimento

Há, também, o problema da ausência de redes sociais influenciáveis na aquisição de um emprego. *“Eu tenho procurado, mas num tenho muito, num tenho conhecimento. (...) Tenho trabalhado assim, de, um dia, vai um dia, até 2h, aí ganha 20 real, vai lá, daqui mais 2 semana ganha mais 5 real (...) trabalhar de ajuda, um negócio assim.”* (Samuel).

Esse fato é corroborado pela posição da representante do MTE entrevistada. *“Hoje, na América Latina como um todo, a principal, é, o principal instrumento pra conseguir um emprego são as redes, né? As redes pessoais, né, as redes de contato. Éé, só que quanto mais baixo a renda, a, as redes se diferenciam por grupo social, né, por faixas de renda.”* Assim, ela argumenta, com base em sua prática de trabalho, que as redes sociais das pessoas em situação de rua dificilmente lhes conferem possibilidades de inserção empregatícia. E, quando o fazem, são trabalhos precários, em decorrência da rede social a qual pertencem, isto é, cujos membros possuem baixa renda.

Ausência de renda para gastos iniciais

Também se constitui em obstáculo a falta de um recurso mínimo para atender algumas prerrogativas básicas na busca por emprego, como alimentação, vestuário, transporte, compra de materiais para venda, etc. Enquanto o indivíduo não consegue bancar esses gastos, a responsabilidade pelos mesmos geralmente fica a cargo da família. Porém, diante do frágil vínculo familiar, agregado à ineficiência de políticas públicas de geração de emprego, as pessoas em situação de rua encontram-se destituídas da posse de renda para esses gastos iniciais, chamados de *“fundo de consumo”* por Vieira, Bezerra e Rosa (2004, p.19, grifo das autoras).

“É, é, é o, o dinheirin pra pessoa seguir pra onde precisa ir. ‘E vá pra tal canto. Não, vem aqui.’ (...) E o caba tem que sair circulando (...) sem ter como gastar.” (Pedro). Nesse sentido, alguns entrevistados acolhidos apontaram a dificuldade em conseguir passagem de ônibus com a casa de acolhida em que estavam inseridos, inclusive para a procura de emprego.

Laura afirmou não ter apoio financeiro para compra de alguns produtos para revender, como pipocas e um isopor. Posteriormente, ao final da entrevista, Laura afirmou que não

precisaria de muito dinheiro para começar a vender pipocas e que o fato de não procurar emprego é mesmo por desmotivação. Entretanto, esta desmotivação é fruto de toda uma realidade de perdas e pobreza, que resvala em desgaste físico e psicológico.

Semelhantemente, Luiza afirmou ter dificuldade em conseguir recursos para começar a venda de lanches, pontuando que prefere trabalhar autonomamente do que como empregada doméstica, e que, por isso, não procurou por este último tipo de serviço. A partir dessa justificativa, percebe-se que o universo de busca de emprego de Luiza é restrito à empregada doméstica ou vendedora ambulante, sem perspectivas diferenciadas para o futuro.

Como mencionado, tanto no Centro POP quanto nas casas de acolhida, verificou-se que as políticas públicas de incentivo à inserção empregatícia são parcas, de modo que a intervenção social destas instituições ainda se encontra no âmbito do assistencialismo. Como exemplo, verifica-se a pouca ênfase na capacitação profissional aos usuários destas. Em relação às ONGs contactadas, não se pode fazer análises semelhantes, porque a atuação delas é direcionada a crianças e adolescentes, e todos os informantes desta pesquisa são adultos.

Ausência de endereço fixo

A ausência de um endereço fixo consiste num dos principais entraves para as pessoas em situação de rua acessarem seus direitos, como a saúde e o emprego (ROSA, 2005). Assim, muitos nesta situação têm sua cidadania negada apenas por não possuírem um endereço fixo para constar nas burocracias do Estado. *“No PF [PSF⁵⁰] tem que ter endereço fixo. Qual é o morador de rua que tem endereço? Me diga! Nenhum. E aí num é, num é atendido. E aí? A cidadania brasileira tá aonde? Enquanto (...) muitos políticos (...) rouba milhões num vai preso, é, bem, é, é meio complicado, né?”* (João).

No caso da busca por emprego, o MDS⁵¹ recomenda que, para fins burocráticos, as pessoas em situação de rua ofereçam o endereço de instituições como Centro POP e Casa de Acolhida a que estejam vinculadas. Porém, esta medida tem se apresentado insuficiente e ineficaz, pois a sociedade ainda manifesta preconceitos com indivíduos que apresentam estes tipos de endereço, de modo que se fazem necessários trabalhos educativos para se aprender a

⁵⁰ Programa Saúde da Família. Trata-se de uma instituição de atendimento à saúde, vinculada ao Sistema Único de Saúde (SUS), fundamentada na atenção básica, cujo compromisso é a promoção e a proteção da saúde, atuando num determinado território.

⁵¹ <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/pse-protacao-social-especial/populacao-de-rua/populacao-em-situacao-de-rua>

conviver com as especificidades das pessoas em situação de rua. *“A empresa quando vê que é um centro de, de morador de rua, vai descartar seu currículo, não adianta (...) Só, do começo do ano, do ano, já entreguei quase 28 currículo e nada até agora, nada. Quase todo dia eu entrego currículo e nada. É muito difícil.”* (João).

Destarte, torna-se imprescindível a existência de normativas legais específicas sobre esse assunto, a fim de que estas pessoas não sejam prejudicadas por não possuírem um endereço próprio para ser apresentado em instâncias burocráticas. Essa dificuldade da ausência de um endereço fixo foi apontada pela entrevistada do MTE, visto que o sistema de cadastramento de dados de quem está em busca de emprego ainda não suporta candidatos destituídos de endereço fixo. Entretanto, apesar de constatado o problema, poucas são as iniciativas para saná-lo.

Condição de egresso do sistema prisional

Os egressos do sistema prisional vivenciam extremas dificuldades para se inserirem no mercado de trabalho, pois a sociedade costumeiramente rejeita a contratação de indivíduos com este histórico. Diferentemente da proposta de ressocialização, os presos não são tratados como cidadãos. E, ao saírem da prisão, não há medidas ressocializadoras eficazes, através da oferta de empregos, por exemplo. Não há políticas públicas suficientes que auxiliem essas pessoas nesse sentido. *“Tem gente que sai da cadeia, fica na rua, também, porque num pode ir pra área que foi, que, como os outro diz, caiu como cabueta, (...) ou alguma coisa, safada, roubando a comunidade, tudinho, se for pra lá morre. Aí tem que ficar na rua, mermo!”* (Tiago).

Tiago, depois que começou e se envolver com drogas e, diante da falta de dinheiro para o consumo das mesmas, passou a vender seus pertences, momento em que sua família parou de ajudá-lo. Além do mais, iniciou-se na prática de roubos. Ele usava bebida alcoólica, crack e cigarro. Por estar envolvido neste contexto de drogas, acabou sendo preso. Passou apenas uma semana na prisão devido à intervenção de seu cunhado, que é sargento. Após a saída da prisão, sua dificuldade em se inserir no mercado de trabalho se agravou, juntamente com as dificuldades financeiras.

Avaliação das dificuldades apresentadas

Todas essas dificuldades elencadas pelas pessoas em situação de rua para saírem dessa condição mediante o trabalho evidenciam traços de perdas e fracassos em suas trajetórias de vida que estão relacionados ao despreparo para conseguirem melhores postos de trabalho. Trata-se, portanto, de um “habitus precário” presente nesta população, o qual é caracterizado pela ausência de predisposições psicossociais que refletem “na esfera da personalidade, a presença da economia emocional e das precondições cognitivas” adequadas para atender demandas geradas pelo contexto em que se está inserido, no caso, o capitalismo (SOUZA, 2012, p.171). A presença do habitus precário, portanto, impacta diretamente na dificuldade para o desfrute da cidadania.

Diante da dificuldade para conseguir emprego e da ausência de alguma renda que proporcione o sustento, as pessoas em situação de rua precisam desenvolver mecanismos alternativos diários para sua sustentação. *“Se a gente, também, num for uma pessoa que, num, num ande, num, num fale, que nem uma pessoa que veio do interior hoje, num sabe nem como é a cidade, que num sabe nem fazer, de fazer um corre. Ai essa pessoa vai morrer de fome.”* (Letícia). De acordo com Escorel (1999, p.76), “a inserção social através do vínculo com o mundo do trabalho é imposta, mas é também sistematicamente negada simplesmente porque não existe mais.”

Mesmo com todas as dificuldades na busca por emprego, ainda persiste o discurso de que basta procurar emprego que se consegue. *“Que trabalho tem, se a pessoa procurar, for pra uma Ceasa, (...) No mercado de Camaragibe⁵², no Mercado da Boa Vista⁵³, na, na cidade. Tem feira por aí, pra pegar um frete, descarregar um caminhão, fazer qualquer coisa (...) A pessoa querendo correr atrás, a pessoa arruma.”* (Tiago). Entretanto, todos os exemplos que citou são precarizados, insalubres, assistemáticos e de baixa remuneração.

Assim, como a cidadania está atrelada ao mercado e, conforme se verificou, a entrada neste tem sido muito difícil às pessoas em situação de rua, se ações imediatas não forem tomadas, esta população continuará tendo prejuízos na garantia de seus direitos, e numa tendência a se agravar. De acordo com Dierckxsens (2002, p.88, tradução minha),

Dado que uma proporção crescente nunca regressará ou jamais entrará ao mercado, a presença desta população sobranse se converte em um estorvo

⁵²Cidade da Região Metropolitana do Recife.

⁵³ Localizado no Bairro Boa Vista, no centro do Recife.

cada vez mais pesado para a cidadania construída a partir do mercado. A população sobrando sem relação com o mercado perde cidadania, deixa de pertencer a esta totalidade e vive à custa dela. Num mundo onde haja lugar para cada vez menos cidadãos, os excluídos constituem uma ameaça crescente para a totalidade e tendem a perder até o direito à vida, isto é, são elimináveis.⁵⁴

Perante todas as dificuldades enfrentadas pelas pessoas em situação de rua, sendo o desemprego a principal delas, os entrevistados avaliaram que esta situação é muito difícil de acabar e alguns a consideraram até mesmo impossível, o que denota, também, sua descrença nas intervenções do Estado para resolução desta problemática. Dos entrevistados, 13 responderam à questão de se é possível que a situação de rua acabe, dos quais, mesmo diante dessa dificuldade, cinco (Laura, Beatriz, Mateus, João e Rodrigo) afirmaram ser possível, mediante a conjugação de esforços individuais, da família e da sociedade. *“Primeira coisa que eu acho, é da moradia. E depois de moradia, emprego. Ele vai, ele vai, vai ocupar a mente dele com alguma coisa que tá beneficiando ele, né, pro bem dele. Que não adianta dar moradia e não dar emprego.”* (João). *“Pra mim pode acabar se arrumar um governo bom, né? Porque os de hoje promete, promete, num faz nada.”* (Betariz).

Em contrapartida, oito (Tiago, Samuel, Daniel, Mariana, Fernando, Lucas, Letícia, André) creem na impossibilidade de se acabar com a situação de rua, tanto por desmotivação individual quanto pelo contexto estrutural em que estamos inseridos.

“Ah, eu creio, que pode piorar mais ainda (risos)” (Mariana).

“Porque é como, sai um morador de rua e vem mil (risos). Sai 100 aparece mil.” (André).

Quando questionados sobre as contribuições para acabar com a situação de rua, as respostas se concentram tanto no âmbito da motivação individual, quanto na organização da sociedade, incluindo iniciativas do governo, para conceder apoio, sendo este ponto o mais saliente, sobretudo no que se refere à moradia e ao trabalho. Outrossim, foi citado o apoio da família. Poucos afirmaram que as pessoas em situação de rua estão nesta condição por ausência de esforços individuais para modificarem sua realidade.

⁵⁴ “Dado que una proporción creciente nunca regresará o jamás entrará al mercado, la presencia de esta población sobrando se convierte en un estorbo cada vez más pesado para la ciudadanía construida a partir del mercado. La población sobrando sin relación con el mercado pierde ciudadanía, deja de pertenecer a esa totalidad y vive a costa de ella. En un mundo donde haya lugar para cada vez menos ciudadanos, los excluidos constituyen una amenaza creciente para la totalidad y tienden a perder hasta el derecho a la vida, es decir, son eliminables.”

“A pessoa mermo tem que querer, porque minha família toda, muito tempo antes já quis me ajudar. Mas num adianta o mundo todo querer me ajudar e eu dizer não.” (Jéssica).

Eu num sei neem dizer, porque, é- Durante o ano que eu passei morando na rua, e têm muitos deles que eles num querem sair da rua, que eles (...) já quer aquilo ali mesmo, entendeu? Eles num fazem nem questão de sair da rua a maio-, uma grande parte. Que eles vivem de roubar, vivem de, entendeu? Pessoas que vivem fazendo coisas que num presta, vi-, vivem fazendo mal. Então pra eles é, é até uma boa estar na rua, ali. (Fernando).

Segundo essa perspectiva, pouco adianta ações no âmbito coletivo, com base no pressuposto de que são as próprias pessoas que decidem sair ou não das ruas.

A conjugação entre estudo, trabalho e moradia consiste na contribuição mais citada para diminuir ou acabar com a situação de rua, de modo que foi apontada a necessidade de um apoio para efetivar a prática desta conjugação. *“Era um centro de apoio, um trabalho, um estudo, educação (...) Pra essas pessoas que veve na rua, que andam usando droga, fazendo o que num presta, se regenerar e criar uma família e viver do trabalho, não de roubo, nem de droga, entendeu?”* (Mateus). *“Aí, pra pessoa sair da rua, a pessoa tem que ter um lugar, tem que ganhar algum dinheiro, um dinheiro que dê pra eles conseguir pagar uma casa lá fora, ter um trabalho.”* (Marcelo).

Trabalho. Desse trabalho pras pessoa, pra ter condições de alugar uma casa, (...) um barraquinho pelo menos, pra, botar a cabeça embaixo. Durante o dia trabalhava, durante a noite ia pra sua casinha, né? Mesmo que seja alugada, mas tinha onde dormir, né? Aí tinha como diminuir as pessoa, né? Dá um voto de confiança às pessoas morador de rua. (Tiago).

“Fosse bom que os políticos fizesse muita casa aí e desse pra os morador de rua, os político ricão. (...) só que eles comem, eles roubam”. (Daniel).

Também foi apontada a necessidade de oferecer tratamento aos usuários de drogas, medida que também beneficia a família, que já não consegue mais lidar com o parente.

De modo geral, ainda se verificam enormes falhas em assegurar direitos básicos às pessoas em situação de rua, a exemplo do direito de “assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda”, presentes no artigo 7º do Decreto nº 7.053, como um dos objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009a).

Nesse sentido, embora as instituições como o Centro POP, o IASC, Ruas e Praças e O Pequeno Nazareno tenham sido apontadas como potenciais colaboradoras, em termos de encaminhamentos para cursos, emissão de documentos, mesmo com dificuldades e limitações, o tratamento a este público ainda é embasado no pressuposto de alívio imediato às consequências perversas da pobreza.

Em análise dos que estão em vulnerabilidade social, em que se incluem as pessoas em situação de rua, Rosa (2005, p.193) diz que “se nada for feito de efetivamente digno, em políticas públicas direcionadas a setores mais vulneráveis, o resultado provável é que muitos tenham a rua como única saída.”

Considerações finais

Situação de rua: é possível acabar?

Esta pesquisa trouxe contribuições para o entendimento das pessoas em situação de rua, especialmente em Recife, no tocante às suas características fundamentais, motivos que a conduziram a esta situação e as principais dificuldades que essas pessoas enfrentam para saírem dessa circunstância mediante exercício cidadão, sobretudo através do trabalho. Nesse sentido, verificou-se que o desemprego consiste no fio principal que envolve diferentes tramas da situação de rua, o qual é uma das causas primordiais da pobreza extrema.

Ao se distanciar da superficialidade do objeto de pesquisa, buscou-se compreender, em consonância com o materialismo histórico dialético, a estrutura e a dinâmica do fenômeno pessoas em situação de rua, suas especificidades. Desse modo, constatou-se que essas pessoas consistem num grupo multifacetado, que, de tão difícil entendê-lo, sequencia-se dificuldades em analisá-los e propor alternativas de atendimento a elas. Esta pesquisa apontou diferentes contextos que impulsionam as pessoas a tomarem a vida nas ruas como uma alternativa, a saber: doença, desavença familiar, abandono dos pais, uso de drogas, desemprego.

No entanto, raras são as exceções em que a pobreza extrema não esteve por trás destas motivações, visto que, diante da dificuldade em satisfazer as necessidades mais prementes, muitos indivíduos aventuram-se nas ruas visando um possível escape ou mesmo resolução à pobreza que vivenciavam. Considerada última alternativa no caso de extrema pobreza, a situação de rua consiste num estágio que inflige grande debilitação físico-psíquico-social, de modo que, uma vez entrando nesta situação, é difícil sair dela. Assim, perante a ausência de apoio familiar, comunitário e de políticas públicas eficazes, muitos permanecem em situação de rua vislumbrando a saída dessa circunstância apenas como sonho distante.

Outrossim, essas pessoas encontram bastante dificuldade para saírem dessa situação mediante exercício de cidadania, sobretudo porque a maioria das ações direcionadas a elas são de cunho assistencialista, sem, contudo, resolver seu problema e combater as raízes do mesmo, calcadas na extrema desigualdade social provocada pelo sistema capitalista. Pragmaticamente, tais ações resumem-se a amenizar, de modo paliativo e superficial, os sofrimentos advindos da situação de rua, tais como a oferta de alimentação e dormitório.

Embora no momento atual haja políticas públicas específicas direcionadas à população em situação de rua, estas ainda têm se mostrado insuficientes na garantia de direitos deste público, especialmente porque muitos direitos garantidos nestas políticas estão apenas em lei, mas sem uma aplicação real na prática.

Em relação ao trabalho, apontado como a via principal para o exercício cidadão, visto que possibilita, mediante a renda advinda deste, inserção em muitos espaços sociais, são poucas as iniciativas de inserção empregatícia, quer no âmbito formal quer no informal. Assim como o trabalho, atrelado à cidadania, tenha sido apontado como a principal alternativa para as pessoas em situação de rua saírem dessa circunstância, de igual modo, a sua ausência consiste no empecilho fundamental para a saída desta população das ruas. É importante ressaltar que a constatação do trabalho enquanto meio para o exercício da cidadania não é sinônimo da defesa de que as pessoas em situação de rua devam se submeter a trabalhos precários para satisfazerem suas necessidades básicas.

As pessoas em situação de rua compartilham de um ‘habitus precário’, o que as dificulta de terem as disposições necessárias para circular em espaços de cidadania na sociedade capitalista e, assim, evitar situações de extrema pobreza e violações de direitos, como a própria situação de rua. Salienta-se, todavia, que o exercício de uma cidadania ativa, não tutelada, é incompatível com o sistema capitalista, uma vez que dentro das estruturas do capitalismo é muito difícil, ou mesmo impossível, aplicar uma efetiva justiça social. De acordo com Callinicos (2006, p.267), “embora o capitalismo seja o chão sobre o qual o ideal da igualdade ganhou forma pela primeira vez-, esse ideal somente pode realizar-se além de suas fronteiras”.

Desse modo, a partir das reflexões emergidas durante essa pesquisa, em diálogo com o materialismo histórico dialético, enquanto aporte teórico-metodológico, constatou-se que as circunstâncias de pobreza, pobreza extrema, situação de rua, desigualdade social, não são exceções, visto que existem desde os primórdios do capitalismo, através do processo de acumulação primitiva, pois, de fato, para lograr seu fim último, a obtenção de lucro, o capitalismo precisa assegurar a produção de uma massa sobrança.

Porém, ainda dentro dos limites desse sistema, é possível disputar para que políticas públicas em prol de grupos como as pessoas em situação de rua sejam efetivadas, pois, embora esta situação seja inerente ao capitalismo, as políticas sociais têm a capacidade de inibir, minimizar, o processo de sofrimento dessas pessoas. E, seguramente, mesmo com tais

limites, essas políticas podem avançar muito mais se comparadas com as que hoje existem e são, de fato, aplicadas.

No âmbito dessa luta, a grande maioria dessas pessoas não participa de grupos que reivindicam direitos, conforme se verificou nos dados dessa pesquisa, em que apenas uma pessoa se enquadra nesse perfil, embora todos tenham admitido que possuem direito a trabalho e a moradia, por exemplo. Apenas um dos entrevistados, João, mencionou seu envolvimento em reivindicações de melhoria às pessoas em situação de rua. *"Mas, uma formiga só (...) num vai causar nada, tem que ser um formigueiro. Eu tô lutando pra isso, representando, eu na assembleia eu falo, tudinho. Mas, é muito difícil. Isso precisa ter algumas pessoa que, que vista essa camisa, né, e, vai à luta também."* João, apesar de tudo, ainda tem esperança que essa situação pode acabar, embora reconheça a necessidade da colaboração de mais pessoas.

Essa frágil e incipiente organização das pessoas em situação de rua é reflexo, dentre outros aspectos, da concepção de cidadania presente nas práticas das instituições que as atendem. Ou seja, essas pessoas são pouco estimuladas a lutarem pela criação e implementação de seus direitos, mediante exercício de cidadania ativa. Entretanto, no âmbito da estrutura do Estado capitalista, essa prática já é esperada, visto que este, desde sua constituição, edificado em seu caráter eminentemente de classe, tem servido à defesa da propriedade privada e de seus beneficiários. Quanto aos direitos da classe trabalhadora, oprimida, na qual estão inseridas as pessoas em situação de rua, estes só são contemplados mediante organização e mobilização em prol da garantia de direitos já conquistados e/ou a criação de novos. Por isso, urge a necessidade de organização das pessoas em situação de rua, pois a cidadania, no âmbito da luta de classes, é alcançada mediante luta.

Por mais que se reconheça a importância do trabalho enquanto via importante para o exercício da cidadania às pessoas em situação de rua, e que este reconhecimento seja embasado nas percepções destas próprias pessoas, esta dissertação não defende que o emprego, por si só, seja capaz de eliminar o fenômeno população de rua, visto que é necessária a conjugação de vários fatores. O alcance do trabalho está na possibilidade de redução deste fenômeno, pois, conforme já foi muito bem apontado pelos entrevistados, através da renda advinda do trabalho, consegue-se moradia, alimentação, saúde e, portanto, níveis de vida mais dignos.

Destarte, esta pesquisa concluiu que, conquanto haja outras formas que possibilitem indivíduos saírem da situação de rua, o trabalho ainda consiste num elemento significativo para esta finalidade, reconhecendo, portanto, a vigência da centralidade deste. E reconhece-se que o trabalho é central não apenas pelo seu aspecto positivo de proporcionar um exercício de cidadania, mas, em contrapartida, pela incidência de seu caráter precarizado ao qual a maioria dos indivíduos precisam se submeter. Ademais, sua centralidade também é notável quando se verifica que muitos vivenciam níveis degradantes de pobreza, incluindo a situação de rua, devido à falta do trabalho, nomeadamente, o desemprego.

É importante registrar que a realização deste trabalho foi uma tarefa árdua que requereu muita dedicação e insistência para conseguir levantar os dados, bem como analisá-los, à luz de teorias pertinentes ao assunto, resvalando num aprendizado infinito difícil de ser transposto e condensado nestas linhas. Durante o processo de tecitura desta dissertação, novas reflexões e novos aprendizados surgiam constantemente, atrelados a inquietudes a respeito de como este estudo poderia contribuir para mudanças efetivas na realidade das pessoas em situação de rua. E mudanças relacionadas à promoção de uma cidadania ativa, participativa, diferentemente da tutelada, pois, consoante o referencial teórico-metodológico adotado, a pesquisa científica, partindo da constatação de problemas sociais, não deve servir apenas à análise destes, mas contribuir à transformação dos mesmos, numa direção em que a classe trabalhadora seja beneficiada.

Por fim, fazer este trabalho foi um importante passo no sentido de dar voz a uma população excluída econômica e socialmente, bem como excluída das principais decisões políticas do país e, assim, colaborar para que suas reivindicações pudessem ser ouvidas e publicizadas. Como disse um dos entrevistados, Samuel, “*quem quiser (...) ver essas palavra*” tem a oportunidade neste trabalho. Palavras, portanto, de um grupo populacional heterogêneo, as pessoas em situação de rua, cuja pobreza extrema, aspecto que comungam, é decorrente e está prevista nos marcos do capitalismo, sistema que comporta exorbitante concentração de renda, mediante exploração do trabalho daqueles que detêm apenas a força de trabalho para manter a sobrevivência.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ACCORSSI, Aline; SCARPARO, Helena; GUARESCHI, Pedrinho. A naturalização da pobreza: reflexões sobre a formação do pensamento social. *Psicologia & Sociedade*. 24(3): 536-546, 2012.

ANTUNES, Ricardo. A crise, o desemprego e alguns desafios atuais. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n.104, p.632-636, out./dez., 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n104/03.pdf>> Acesso em 12 de Novembro de 2014.

_____. *Adeus ao Trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. 12. ed. Campinas: Cortez, 2007.

_____. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2003.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n.87, p.335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>> Acesso em 10 de Outubro de 2014.

ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria A. Moraes. (orgs). *O Averso do Trabalho*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ARAÚJO, Lídice Maria Silva. *Trabalho, Sociabilidade e Exclusão Social: O caso dos “Bagulhadores” do Lixão de Aguazinha*. 198p. Mestrado (Dissertação de mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 2010.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Planejamento. *1º Censo de População de Rua de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Prefeitura, 1998.

_____. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. *Terceiro Censo de População em situação de Rua e Migrantes de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Prefeitura, 2014.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A Cidadania Ativa*. São Paulo: Ática, 1991.

BIRMAN, Joel. Drogas, performance e psiquiatrização na contemporaneidade. *Ágora*. (Rio de Janeiro) v. XVII número especial, agosto de 2014, p 23-37.

BLANCO, Juan Antonio. *Tercer Milenio: Uma visión alternativa de la posmodernidad*. Tafalla: Txalaparta, 1999.

BORON, Atilio. Aula Inaugural: Pelo necessário (e demorado) retorno ao marxismo. In: BORON, Atilio; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. (orgs.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006, p. 33-50.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRASIL. *A política do ministério da saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas*. Ministério da Saúde. Brasília, Coordenação Nacional de DST e AIDS, 2003.

_____. *Decreto-lei nº 3.688*, de 3 de Outubro de 1941.

_____. *Diálogos sobre a população em situação de rua no Brasil e na Europa: Experiências do Distrito Federal, Paris e Londres*. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília, SDH, 2013.

_____. *Emenda constitucional nº 26*, de 14 de Fevereiro de 2000. Altera a redação do art. 6º da Constituição Federal.

_____. *Lei nº 3.353*, de 13 de Maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil, 1888.

_____. *Lei nº 11.983*, de 16 de Julho de 2009. Revoga o art. 60 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 – Lei de Contravenções Penais, 2009b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de rua*. Brasília, 2008a.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. *Plano Nacional de Trabalho Decente*. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/doc/pnetd_534.pdf> Acesso em 30 de Outubro de 2014.

_____. *Política Nacional Para Inclusão Social da População em Situação de Rua Para Consulta Pública*. Brasília, 2008b.

_____. Presidência da República. *Decreto nº 7.053*, de 23 de Dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências, 2009a.

_____. Presidência da República. *Emenda constitucional nº 20*, de 15 de Dezembro de 1998. Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências.

_____. *Principais resultados da PNAD 2013 potencialmente relacionados às ações e programas do MDS*. Brasília, 2014.

BUARQUE, Cristovam. *O que é Aparição. O Apartheid Social no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

BURSZTYN, Marcel. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão: o caso das populações de rua. In: BURSZTYN, Marcel (org.). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, p. 27-55.

CALLINICOS, Alex. Igualdade Capitalismo. In: BORON, Atilio; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. (orgs.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006, p. 253-269.

CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

CARDOSO, Adalberto Moreira. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

CARNEIRO, Henrique. As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. *Outubro*. Revista do Instituto de Estudos Socialistas, v.6, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social: Uma crônica do Salário*. Tradução de Iraci D. Poleti. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

COSTA, Décio Bessa. *Cidadãos e Cidadãs em situação de rua: uma análise de discurso crítica da questão social*. Brasília. 2009. 347p. Doutorado (Tese de doutorado em linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade de Brasília, 2009.

Disponível em:

< http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4308/1/2009_DecioBessadaCosta.pdf >

, acesso em: 26 de Fevereiro de 2013.

COUTO, Berenice Rojas. O Sistema Único de Assistência Social – Suas: na consolidação da Assistência Social enquanto política pública. (p.41-55). In: CRUZ, Lílian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza (orgs.). *Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas*. Petrópolis: Vozes, 2009.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre Cidadania e Modernidade. In: COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez: 2000.

CHRISTIANS, Clifford G. Ethics and Politics in Qualitative Research. In: DEZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (org.). *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks/London/New Delhi: Sage Publications, 2000.

DAGNINO, Evelina. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. In: GRIMSON, Alejandro. (Org.). *La cultura em las crisis latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2004.

Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/grupos/grim_crisis/11Confluencia.pdf

Acesso em: 10 de novembro de 2013.

DIERCKXSENS, Wim. Hacia una alternativa sobre la ciudadanía. *Alternativas Sur*, Vol I, (2002) N° I, p. 81-92. Disponível em: <<http://www.fuhem.es/media/cdv/file/biblioteca/Democracia/DIERCKXSENS,%20Wim,%20Hacia%20una%20alternativa%20sobre%20la%20ciudadan%C3%ADa.pdf>> Acesso em: 02 de Janeiro de 2015.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar*, Curitiba, n.24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR.

ESCOREL, Sarah. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

_____. Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. (p. 139-171). In: BURSZTYN, Marcel (org.). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Coordenação de tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, [2001] 2008.

FAIRCLOUGH, Norman; GRAHAM, Phil. Marx as a critical discourse analyst: the genesis of a critical method and its relevance to the critique of global capital. In: *Estudios de Sociolinguística*. Vol. 3, N° 1, 2002, p. 185-229.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes: O Legado da "Raça Branca"*, Vol 1. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FERREIRA, Frederico P.M.; MACHADO, Sulamita, C. C. Vidas privadas em espaços públicos: o caso dos censos da população de rua em Belo Horizonte conceitos e exclusão. *Texto para discussão*. N° 29, 2007. Disponível em: <<http://www.eg.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/publicacoes-2007/85-vidas-privadas-em-espacos-publicos-o-caso-dos-censos-da-populacao-de-rua-em-belo-horizonte-conceitos-e-exclusao/file>> Acesso em: 26 de setembro de 2014.

FLEURY, Sonia. Pobreza, desigualdades ou exclusão? *Ciência & Saúde Coletiva*, 12 (6): 1422-1428, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v12n6/v12n6a03a.pdf>> Acesso em: 03 de Janeiro de 2015.

FONTANA, Andrea; FREY, James. The Interview: From Structured Questions to negotiated text. In: DENZIN, Norman K. e LINCOLN, Yvonna. (org.). *Collecting and Interpreting Qualitative Materials*. Thousand Oaks/Londn/New Dheli: Sage Publications, 2003, p. 61-106.

FRANGELLA, Simone Miziara. *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e qualificação de jovens e adultos pouco escolarizados: promessa integradora num tempo histórico de produção destrutiva. *Perspectiva*, Florianópolis, v.31, n.2, 389-404, maio/ago. 2013.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. (org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 244-270.

GOUGH, Ian Roger. *The Needs of Capital and the Needs of People: Can the Welfare State Reconcile the Two?* Lecture at The Chinese University, 19 November 1999. Disponível em: < http://www.iso.cuhk.edu.hk/weilun/en/gough/gough_fulltext1.html> Acesso em 20 de Março de 2015.

GUARESCHI, Pedrinho A. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In: SAWAIA, Bader (org). *As artimanhas da exclusão: Análise Psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2001, p.141-156.

HARNECKER, Marta. *Tornar possível o impossível: a esquerda no limiar do século XX*. Tradução José Colaço Barreiros. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HART, Carl. *Um preço muito alto: a jornada de um neurocientista que desafia nossa visão sobre as drogas*. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *PNAD Contínua – 1º trimestre de 2014*. Brasília: IBGE, 2014.

IVO, Anete Brito Leal. *Viver por um fio: pobreza e política social*. São Paulo: Annablume; Salvador: CRH/UFBA, 2008.

KON, Anita. Pleno Emprego no Brasil: interpretando os conceitos e indicadores. *Revista Economia & Tecnologia (RET)*, Vol.8(2), p.5-22, Abr/Jun, 2012. Disponível em: <

<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/ret/article/view/28159/18699>> Acesso em 28 de Dezembro de 2014.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LEAL, Giuliana Franco. A noção de exclusão social em debate: aplicabilidade e implicações para a intervenção prática. *XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP*, Caxambú-MG, 2004. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_42.pdf>, acesso em 11 de Outubro de 2011.

LEWIS, Liana. *(Des)encontros a céu aberto. Ensaio etnográfico sobre crianças em situação de rua na cidade do Recife*. 2001. 132p. Mestrado. (Dissertação de Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

LIMOEIRO-CARDOSO, Miriam. Ideologia da globalização e (des)caminhos da ciência social. In: GENTILI, Pablo. (org.) *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

LIPOVETSKY, guilles. *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, [1994] 2007.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. Reestruturação produtiva, trabalho informal e a invisibilidade social do trabalho de crianças e adolescentes. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n.118, p.294-317, abr./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n118/a05n118.pdf>>, acesso em 31 de dezembro de 2014.

MACIEL, Valney Rocha. *Os herdeiros da miséria: o cotidiano de mendicância no centro de Fortaleza*. 2004. 130p. Mestrado. (Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade. Universidade Estadual do Ceará, 2004. Disponível em: <http://www.uece.br/politicasuece/index.php/arquivos/doc_view/54-valneyrochamaciel1?tmpl=component&format=raw>, acesso em 09 de Janeiro de 2015.

MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. *O capital*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Livro 1, v.2. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.

_____. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MARX, Karls; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MATTOS, Ricardo Mendes; HELOANI, Roberto; FERREIRA, Ricardo Franklin. O trabalhador em situação de rua: algumas ações coletivas atuais. *Mental* – ano VI – n.10 – Barbacena – jan.-jun. 2008 – p.103-122. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/mental/v6n10/v6n10a07.pdf>>, acesso em 24 de Dezembro de 2014.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. O Filho da Escrava. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

MIRANDA, Sônia Guariza. *Criança e adolescente em situação de rua: políticas e práticas sócio-pedagógicas do poder público em Curitiba*. Curitiba. 2005. 340p. Doutorado. (Tese de Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná. Universidade Federal do Paraná, 2005. Disponível em: <<http://www.nupe.ufpr.br/sonia.pdf>>, acesso em: 30 de Novembro de 2014.

MOTTA, Daniele Cordeiro. *Desvendando mitos: as relações entre “raça” e classe na obra de Florestan Fernandes*. 2012. 146p. Mestrado (Dissertação de Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas, 2012. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000899338&fd=y>> Acesso em: 01 de julho de 2014.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. (p. 56-87). In: BURSZTYN, Marcel (org.). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método em Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NEVES, Marcelo da Costa Pinto. *Entre Subintegração e Sobreintegração: A Cidadania Inexistente*. DADOS – *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro. Vol. 37, nº 2, 1994, p. 253 - 276.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista. O Ornitórrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Luciano. Os excluídos ‘existem’? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.33, 1997.

Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_33/rbcs33_04.htm>, acesso em 10 de Outubro de 2011.

OLIVEIRA, Giuliano Contento; VASQUEZ, Daniel Arias Florestan Fernandes e o capitalismo dependente: elementos para a interpretação do Brasil. *OIKOS*. Rio de Janeiro, v.9, n.1, pgs 137-160, 2010. Disponível em: <<http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewFile/192/133>> Acesso em 05 de agosto de 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Trabalho decente nas Américas: uma agenda hemisférica, 2006-2015*. Secretaria internacional do trabalho Brasil. Informe do diretor geral. XVI Reunião Regional Americana, Brasília, maio, 2006. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/doc/agenda_hemisferica_537.pdf> Acesso em 12 de Dezembro de 2014.

PAIXÃO, Marcelo; FIGUEIREDO, Marcelo. Trabalho e século XXI: You say goodbye, I say hello. *Proposta*. Cenários do século XXI, nº 70, Setembro/Novembro de 1996.

PEREIRA, Camila Potyara. A pobreza, suas causas e interpretações: destaque ao caso brasileiro. *Ser Social*, Brasília, n.18, p. 229-252, jan./jun., 2006.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2014. Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência*, 2014. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014pt.pdf>> Acesso em: 13 de Setembro de 2014.

POCHMANN, Marcio. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2001.

POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo. (orgs.) *Atlas da Exclusão Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.

PORTO ALEGRE. *Cadastro da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre – 2011*. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC, 2012.

PRIORE, Mary Del. O Cotidiano da Criança Livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, p.84-106, 2000.

RESENDE, Viviane de Melo. Representação discursiva de pessoas em situação de rua no “Caderno Brasília”: naturalização e expurgo do outro. *Linguagem em (Dis)curso, Tubarão*. v. 12, n. 2, p.439-465, 2012.

RIOS, Luís Felipe. *A população em Situação de Rua da Cidade do Recife e suas Condições Sociais: atores, grupos e formas de enfrentamento e de sociabilidade*. Recife, 2005.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. *Vidas de rua*. São Paulo: Hucitec: Associação Rede Rua, 2005.

ROSENFELD, Cinara L.; PAULI, Jandir. Para além da dicotomia entre trabalho decente e trabalho digno: reconhecimento e direitos humanos. *Caderno CRH*, Salvador, v.25, n.65, p.319-329, Maio/Ago, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v25n65/v25n65a09.pdf>> Acesso em 10 de janeiro de 2015.

SANTOS, Reginaldo Souza [et al.] Compreendendo a natureza das políticas do Estado capitalista. *RAP* Rio de Janeiro 41(5):819-34, Set./Out., 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v41n5/a02v41n5.pdf>> Acesso em 28 de janeiro de 2014.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Cidadania e Justiça: A política social na ordem brasileira*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SÃO PAULO. *Censo da população em situação de rua na municipalidade de São Paulo (2011)*. São Paulo: Prefeitura da Cidade de São Paulo, 2011.

_____. *Estimativa do Número de Pessoas em Situação de Rua da Cidade de São Paulo em 2003*. São Paulo: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, 2003.

_____. *Levantamento Censitário e a Caracterização Sócio-econômica da População Moradora de Rua na Cidade de São Paulo*. Secretaria de Assistência Social – SAS, 2000.

SAWAIA, Bader. Exclusão ou inclusão perversa? (p. 7-13) In: SAWAIA, Bader (org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon. *Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo*. São Paulo: Augurium Editora, 2004.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. *Trabalho e População de Rua no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

_____. *Mudanças Recentes no Mundo do Trabalho e o Fenômeno População em Situação de Rua no Brasil 1995-2005*. 2006. 220p. Mestrado (Dissertação de Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social. Universidade de Brasília, 2006. Disponível em:

<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1763/1/2006_Maria%20Lucia%20Lopes%20da%20Silva.pdf> Acesso em: 30 de Abril de 2013.

SINGER, André Vitor. *Os sentidos do lulismo : reforma gradual e pacto conservador*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SNOW, David; ANDERSON, Leon. *Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua*. Tradução de Sandra Vasconcelos. Petrópolis: Vozes, 1998.

SOUSA, Anne Gabriele Lima. *Eu sou de rua, mas também sou gente: intersubjetividade e construção de identidades dos indivíduos em situação de rua de João Pessoa-PB*. 2012. 245p.

Doutorado (Tese de Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

STALER, Don. *Cultura do Consumo & Modernidade*. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Nobel, 2002.

STOFFELS, Marie-Ghislaine. *Os mendigos na cidade de São Paulo: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. *Revista AATR*, 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em: 27/01/2014.

TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e Cidadania*. São Paulo: Ed 34, 2001.

THOMPSON, Edward Palmer. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In NEGRO, A. L.; SILVA, S. (orgs.). *E. P. Thompson: as peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

_____. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. 1, A árvore de liberdade. Tradução Denise Bottmann Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TONDIN, Maria Cristina; NETA, Maria da Anunciação P. Barros; PASSOS, Luiz Augusto. Consultório de Rua: intervenção ao uso de drogas com pessoas em situação de rua. *R. Educ. Públ.* Cuiabá, v.22, n. 49/2, p.485-501, maio/ago, 2013.

TOWNSEND, Peter. The Meaning of Poverty. *The British Journal of Sociology*, v.13, n.3, September, 1962.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei (orgs.). *População de rua: Quem é, como vive, como é vista*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. (p.16-26) In: SAWAIA, Bader (org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

ZIONI, Fabiola. Exclusão social: noção ou conceito? *Saúde e Sociedade*, v.15, n.3, p.15-29, set-dez, 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v15n3/03.pdf>> Acesso em: 10 de Janeiro de 2015.

APÊNDICE A – Questionário aplicado às pessoas em situação de rua**Tipologia das pessoas em situação de rua em Recife**

Número do questionário:

Entrevistador:

Local de abordagem nas ruas:

Nome do entrevistado:

Apelido:

Data da nascimento:

Idade:

Nome da mãe:

Nome do pai:

• **Dados pessoais**

1. Sexo:

1. Masculino 3. Outro: _____
2. Feminino 4. Não respondeu

2. Qual o seu estado conjugal?

1. Nunca foi casado
2. Casado ou vive com companheiro atualmente
3. Separado
4. Divorciado
5. Viúvo
6. Não respondeu

3. Você tem filhos?

1. Sim
2. Não [**Pular para a questão 5**]
3. Não respondeu
4. Não sabe

4. Caso você tenha filhos, quantos filhos e filhas você tem? _____ (Incluir: NS, NR, NA)

5. Qual é a sua orientação sexual?

1. Heterossexual

2. Homossexual
3. Travesti
4. Transexual
5. Bissexual
6. Não respondeu

6. Como você se classifica em relação a sua cor ou raça?

1. Branca	5. Indígena
2. Preta	6. Outra: _____
3. Amarela	7. Não sabe
4. Parda	8. Não respondeu

7. Você já foi discriminado por conta de sua cor ou raça?

1. Sim
2. Não
3. Não respondeu
4. Não sabe

8. Você se considera religioso?

1. Sim
2. Não [Pular para a questão 10]
3. Não sabe
4. Não respondeu

9. Qual é a sua religião?

1. Católica
2. Evangélica
3. Espírita.
4. Religião afro-brasileira (Umbanda/Candomblé)
5. Judaica
6. Oriental
7. Outras religiões – Qual: _____
8. Sem religião
9. Não sabe
10. Não respondeu
11. Não se aplica

10. Onde você nasceu?

1. Recife
2. Outra cidade da Região Metropolitana do Recife. Qual?: _____
3. Interior do estado. Qual? _____

4. Outro estado. Qual? _____
5. Outro país? _____
- 6 Não sabe
7. Não respondeu

11. Agora você mora em Recife?

1. Sim – Especificar: _____
2. Não – Dizer onde mora: _____ **[Pular para a questão 14]**
3. Não respondeu

12. Sempre morou em Recife?

1. Sim **[Pular para a questão 15]**
2. Não
3. Não sabe
4. Não respondeu
5. Não se aplica

13. Onde morava antes de vir a Recife?

1. Outra cidade da Região Metropolitana do Recife: _____
2. Interior do estado: _____
3. Outro estado: _____
4. Outro país: _____
- 5 Não sabe
6. Não respondeu
7. Não se aplica

14. Há quanto tempo vive em Recife? (se der o tempo preciso, anotar)

1. Há menos de 1 ano
2. Entre 1 e 5 anos
3. Entre 5 e 10 anos
4. Entre 10 e 20 anos
5. Mais de 20 anos
6. Não sabe
7. Não respondeu
8. Não se aplica

15. Há quanto tempo está em situação de rua? (Anotar o tempo específico e depois assinalar)

1. Há menos de 1 ano

2. Entre 1 e 5 anos
3. Entre 5 e 10 anos
4. Entre 10 e 20 anos
5. Mais de 20 anos
6. Não sabe
7. Não respondeu

• **Documentação**

16. Quais dos documentos abaixo você possui?

Documentos	1. Sim	2. Não	3. Não sabe	4. Não respondeu
Certidão de Nascimento				
Certidão de Casamento				
Carteira de Identidade				
CPF				
Título de Eleitor				
Carteira de Trabalho				
Carteira de Estudante				
Passaporte				
Cartão do SUS				
CAD Único				

• **Escolaridade**

17. Você sabe ler e escrever?

1. Sim
2. Sei escrever apenas o nome
3. Não sei ler nem escrever
4. Não respondeu

18. Qual o seu grau de escolaridade? (último ano concluído)

1. Analfabeto	8. Nível técnico completo
2. 1º ao 5º ano do ensino fundamental I (Alfabetização a 4ª série)	9. Superior incompleto
3. 6º ao 8º ano do ensino fundamental II (5ª a 7ª série)	10. Superior completo
4. Ensino fundamental completo	11. Pós-graduação incompleta
5. 1ª ou 2ª série do ensino médio	12. Pós-graduação completa
6. Ensino médio completo	13. Não sabe
7. Nível técnico incompleto	14. Não respondeu

19. Atualmente você está estudando? (se sim, especificar o local e o nível)

1. Sim

2. Não
3. Não respondeu

• **Trabalho e renda**

20. Atualmente, você tem alguma renda?

1. Sim
2. Não [**Pular para a questão**]
3. Não respondeu

21. Qual a proveniência de sua principal fonte de renda, atualmente?

1. Trabalho
2. Dinheiro dos pais
3. Pensão
4. Aposentadoria
5. BPC
6. Bolsa Família
7. Bolsa Escola
8. Seguro-Desemprego
9. Esmolas
10. Outro: _____
98. Não respondeu
99. Não se aplica

22. Você trabalha atualmente?

1. Sim
2. Não [**Pular para a questão 26**]
3. Não respondeu

23. Se você trabalha, tem carteira assinada?

1. Sim
2. Não
3. Não respondeu
4. Não se aplica

24. Qual o seu tipo de trabalho? O que faz principalmente para sobreviver?

(considerando os últimos 12 meses)

1. Construção civil/pedreiro/pintor
2. Lava/guarda carros/flanelinha
3. Carga e descarga
4. Vendedor (pipocas, doces, frutas)
5. Distribui panfletos

6. Limpeza/faxina
7. Faz programas/Prostituição
8. Reciclagem
9. Pede esmolas
10. Jardinagem
11. Artesanato
12. Outro: _____
14. Não respondeu
15. Não se aplica

25. Se trabalha, qual sua renda mensal proveniente do trabalho?

1. Até R\$ 100,00
2. Mais de R\$100,00 até R\$ 200,00
3. Mais de R\$200,00 até R\$ 300,00
4. Mais de R\$300,00 até R\$ 400,00
5. Mais de R\$400,00 até R\$ 500,00
6. Mais de R\$500,00 até R\$ 600,00
7. Mais de R\$600,00 até R\$ 700,00
8. Mais de R\$700,00 até 1 salário mínimo
9. Mais de 1 salário mínimo até 2 salários mínimos
10. Acima de 2 salários mínimos
97. Não sabe
98. Não respondeu
99. Não se aplica

26. Qual sua renda mensal totalizando todas as fontes?

1. Até R\$ 100,00
2. Mais de R\$100,00 até R\$ 200,00
3. Mais de R\$200,00 até R\$ 300,00
4. Mais de R\$300,00 até R\$ 400,00
5. Mais de R\$400,00 até R\$ 500,00
6. Mais de R\$500,00 até R\$ 600,00
7. Mais de R\$600,00 até R\$ 700,00
8. Mais de R\$700,00 até 1 salário mínimo
9. Mais de 1 salário mínimo até 2 salários mínimos
10. Acima de 2 salários mínimos
97. Não sabe
98. Não respondeu
99. Não se aplica

27. Qual a principal razão de você não estar trabalhando atualmente?

1. Procurou, mas não conseguiu encontrar trabalho
2. Aposentado / incapacitado para o trabalho
3. Doença. Qual? _____
4. Uso de drogas. Qual? ou Quais?: _____
5. Não deseja trabalhar
6. Outro: _____
7. Não sabe
8. Não respondeu
9. Não se aplica

28. Antes de ir para as ruas, você trabalhava?

1. Sim
2. Não [**Pular para questão 31**]
3. Não respondeu

29. Nesse período, você tinha carteira assinada?

1. Sim
2. Não
3. Não respondeu
4. Não se aplica

30. Qual foi o seu último vínculo empregatício antes de você passar a morar nas ruas?

1. Altos funcionários do governo, dirigentes, gerentes ou altos funcionários de empresa
2. Profissionais do nível superior
3. Profissionais das artes
4. Profissionais ou técnicos de nível médio
5. Trabalhadores de serviços administrativos
6. Trabalhadores da prestação de serviços e comerciários
7. Trabalhadores de serviços domésticos
8. Trabalhadores agropecuários, florestais de caça e pesca
9. Trabalhadores manuais (produção de bens e serviços industriais)
10. Trabalhadores manuais da construção civil
11. Trabalhadores manuais de reparação e manutenção
12. Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares
13. Ocupações mal especificadas do trabalho informal (ambulante, manobrista, guardador de carro, etc). Especificar: _____
14. Outro: _____
15. Não respondeu
16. Não se aplica

• **Moradia**

Gostaria de saber algumas característica da sua casa antes de você passar a viver nas ruas. (Caso você more nas ruas desde o nascimento, pular para a questão 39)

31. Em relação à rua	1. Sim	2. Não	3. Não respondeu	4. Não se aplica
A rua tinha calçamento				
A rua tinha esgoto				
Havia iluminação pública na rua				
Havia vizinhos próximos				
Era um beco				
Era de fácil acesso				

32. Em relação à casa	1. Sim	2. Não	3. Não respondeu	4. Não se aplica
Era Própria				
Era alugada				
Invasão				
Cedida. Quem:				

33. Em relação ao tipo de construção	1. Sim	2. Não	3. Não respondeu	4. Não se aplica
Alvenaria				
Taipa				
Madeira				
Papelão				
Lona				
Outra: _____				

34. Em relação ao tipo de piso	1. Sim	2. Não	3. Não respondeu	4. Não se aplica
Terra batida				
Cimento				
Cerâmica				
Outro: _____				

35. Havia quantos cômodos na casa? _____ (incluir NR e NA)

1. 1
2. 2
3. 3

4.4

5.5

6.6

7.7

8.8

9. Mais de 8

98 . Não respondeu

99. Não se aplica

36. Quais eram os cômodos? _____ (Incluir NS, NR e NA)

37. Havia banheiro?

1. Sim

2. Não [Pular para a questão 39]

3. Não sabe

4. Não respondeu

5. Não se aplica

38. O banheiro era dentro de casa?

1. Sim

2. Não

3. Não sabe

4. Não respondeu

5. Não se aplica

39. Diga-me se havia os seguintes bens em sua casa:

Bens	1. Sim	2. Não	3. Não respondeu	4. Não se aplica
Cama				
Mesa				
Fogão				
Geladeira				
Televisão				
DVD				
Computador				
Sofá				
Microondas				
Guarda-roupas				

Listar outros bens, caso tenha havido:

40. Atualmente, qual o local onde você dorme com mais frequência?

1. Praças/parques
2. Pontes/viadutos
3. Casas e prédios abandonados
4. Calçadas/calçadão
5. Hotéis/pensão
6. Albergue
7. Casa de acolhida/Abrigo
8. Em minha casa
9. Na casa de amigos
10. Na casa de parentes
11. Outro: _____
98. Não respondeu

41. Quais os lugares em que você passa bastante tempo durante o dia?

Lugares	1°	2°	3°
1 - Praças/parques			
2- Marquise			
3 - Ponte/viadutos			
4 - Beira do rio			
5 – Semáforo			
6 - Estacionamento			
7 - Rodoviária			
8 - Ponto do ônibus/terminal de ônibus			
9 - Calçadas/calçadão			
10 - Em frente a comércio			
11 - Pelas ruas/perambulando			
12 - Casas de acolhida/abrigo			
13 - Outro:			
14 – Não tem			
98 – Não respondeu			

• **Drogas**

42. Você usa alguns desses produtos?

Produtos	1. Nunca usou	2. Usou apenas uma vez	3. Usa de vez em quando	4. Usa todo final de semana	5. Usa todos os dias	6. Não usa mais (usava de vez em quando)	7. Não usa mais (usava todo final de semana)	8. Não usa mais (usava todos os dias)	9. N S	10. N R
Medicamentos (xaropes, calmantes ou analgésicos)										
Cigarro										
Bebida alcoólica										
Maconha										
Cola de sapateiro										
Cocaína (pó)										
Cocaína (injetada)										
Crack (pedra)										
Heroína										

Listar outras drogas, caso haja:

- **Doença**

43. Agora vou listar algumas doenças ou problemas de saúde, me diga, por favor, se tem ou não: (Leia cada uma das doenças e anote)

Doenças	1. Sim	2. Não	3. Não sabe	4. Não respondeu
Doenças de pele				
DST				
HIV / AIDS				
Doença mental / Psiquiátrica /				

Psicológica / Depressão / Dos nervos / Da cabeça				
Dependência química /Álcool				
Doenças respiratórios/ Asma				
Tuberculose				
Diabetes				
Hepatite				
Doença cardíaca				
Dores no corpo				
Pressão alta				
Nos dentes				
Problema de visão				
Deficiência Física				
Desnutrição				
Com atadura/ tala/ gesso				

Listar outras doenças, caso haja:

• **Violência**

44. Você já sofreu algum tipo de violência física antes de morar nas ruas?

1. Sim
2. Não [**Pular para a questão 46**]
3. Não respondeu

45. Caso tenha sofrido, qual foi o tipo de violência?

1. Violência doméstica (agressão dos pais)
2. Violência doméstica (agressão do marido/esposa)
3. Briga na escola
4. Briga na rua
5. Outra. Qual: _____
97. Não sabe
98. Não respondeu
99. Não se aplica

46. Caso tenha sofrido, a violência foi praticada por:

1. Algum familiar
2. Algum amigo
3. Alguém de um grupo rival

4. Um desconhecido
5. Da polícia
6. Outro. Quem: _____
7. Não sabe
97. Não sabe
98. Não respondeu
99. Não se aplica

47. Você já sofreu algum tipo de violência física depois que passou a viver nas ruas?

1. Sim
2. Não [**Pular para a questão 49**]
3. Não respondeu

48. Caso tenha sofrido, qual foi o tipo de violência? _____ (Incluir NS, NR e NA)

49. Caso tenha sofrido, a violência foi praticada por:

1. Algum familiar
2. Algum amigo
3. Alguém de um grupo rival
4. Um desconhecido
5. Da polícia
6. Mais de uma opção
7. Outro. Quem: _____
97. Não sabe
98. Não respondeu
99. Não se aplica

50. Você já sofreu ameaça de morte?

1. Sim
2. Não [**Pular para a questão 52**]
3. Não respondeu

51. Caso tenha sofrido, a ameaça partiu de:

1. Algum familiar
2. Algum amigo
3. Alguém de um grupo rival
4. Um desconhecido
5. Da polícia
6. Mais de uma opção
7. Outro

97. Não sabe
 98. Não respondeu
 99. Não se aplica

52. Você já cometeu algum ato infracional?

1. Sim
 2. Não [Pular para a questão 53]
 3. Não respondeu

53. Você cumpriu medida sócio-educativa?

1. Sim
 2. Não
 3. Não respondeu
 4. Não se aplica

54. Onde foi o local em que você cumpriu a medida? _____

55. A medida durou quanto tempo? _____

• **Dinâmica familiar**

56. Gostaria de saber um pouco da sua dinâmica familiar. Eu gostaria de saber se, antes de você passar a viver nas ruas, havia alguma das situações abaixo em sua família.

Situações	1. Sim	2. Não	3. Não sabe	4. Não respondeu
Separação dos pais				
Alcoolismo				
Drogadição				
Desemprego				
Doença				
Violência doméstica (entre os pais)				
Violência Doméstica (para os filhos)				
Violência Sexual (entre os pais)				
Violência Sexual (para com os filhos)				

Listar outras situações, caso tenha havido:

- **Acesso ao Sistema de Garantias**

57. Antes de passar a viver nas ruas, você já acessou alguma dessas instituições? (Pode listar mais de uma)

Serviços	1. Sim	2. Não	3. Não sabe	4. Não respondeu
CRAS				
CREAS				
Conselho Tutelar				
Casa de Acolhida. Qual: _____				
ONG que trabalha com pessoas em vulnerabilidade social Qual: _____				

58. Depois que você passou a viver nas ruas, você acessou ou acessa alguma dessas instituições? (Pode listar mais de uma)

Serviços	1. Sim	2. Não	3. Não sabe	4. Não respondeu
CRAS				
CREAS				
Conselho Tutelar				
Casa de Acolhida. Qual: _____				
ONG que trabalha com pessoas em situação de rua Qual: _____				

- **Sexualidade**

59. Você já engravidou, ou engravidou alguma mulher?

1. Sim
2. Não
3. Não respondeu
4. Não se aplica

60. Quantas vezes engravidou? _____

61. Qual a sua idade na sua primeira gravidez? _____ (NL, NS, NR, NA)

62. Todas as suas gravidezes foram planejadas?

1. Sim
2. Nem todas
3. Nenhuma
4. Não respondeu
5. Não se aplica

63. Você teve filhos?

1. Sim
2. Não
3. Não respondeu
4. Não se aplica

64. Quantos filhos? _____ filhos e _____ filhas (Incluir NR e NA)

65. Você sofreu aborto? Ou alguma companheira sua.

1. Sim
2. Não
3. Não respondeu
4. Não se aplica

66. Quantas vezes? _____ (Incluir NR e NA)

67. Você já sofreu violência sexual?

1. Sim
2. Não
3. Não respondeu

Participação em movimentos sociais e cidadania

68. Você participa de algum movimento social ou associação?

- 1 – Sim
- 2 – Não
- 3 – Não respondeu

69. Você votou na última eleição?

- 1 – Sim
- 2 – Não
- 3 – Não respondeu

Higiene

70. Onde você costuma tomar banho?

- 1 - Na rua
- 2 – Em albergues/abrigos
- 3 – Em banheiros públicos
- 4 – Na casa de parentes
- 5 – Na casa de amigos
- 6 – Você paga para tomar banho
- 7 – Outro: _____
- 8 – Não respondeu

Alimentação

71. Você consegue fazer 3 refeições por dia (café da manhã, almoço e jantar?)

- 1 – Sim
- 2 – Não
- 3 – Não respondeu

72. Você consegue fazer ao menos uma refeição por dia?

- 1 – Sim
- 2 – Não
- 3 – Não respondeu

73. As refeições que você faz, na maioria das vezes, são:

- 1 – Com seu próprio dinheiro
- 2 – com dinheiro de algum familiar
- 3 – com dinheiro advindo de esmolas

- 4 – você recebe alimentação
- 5 – Não respondeu

Vínculos familiares

74. Você mantém vínculo com alguma pessoa da sua família?

- 1- Sim, estou com algum familiar nas ruas
- 2 – Sim, embora esteja sem a presença de algum familiar nas ruas
- 3 - Não
- 4 - Não respondeu

75. Caso mantenha vínculo com alguma pessoa da sua família, esta pessoa reside na mesma cidade onde você costuma ficar?

- 1- Sim, apenas da cidade onde costumo ficar
- 2 – Sim, tanto da cidade onde costumo ficar, quanto de outra cidade
- 3 – Não
- 98 - Não respondeu
- 99 - Não se aplica

76. Caso mantenha vínculo com alguma pessoa da sua família, como é esse contato?

- 1 – Todos os dias, pois moro com esta pessoa na rua
- 2 – Todos os dias, embora não more com esta pessoa na rua
- 3 – Pelo menos uma vez por semana
- 4 – Pelo menos uma vez por mês
- 5 – Algumas vezes por ano, mas não todo o mês
- 6 – Uma vez por ano
- 7 – A cada dois anos ou mais
- 97 – Não sabe
- 98 – Não respondeu
- 99 - Não se aplica

77. Você considera seu relacionamento com sua família.

- 1- Ótimo
- 2 – Bom
- 3 – Regular
- 4 – Ruim
- 5 – Péssimo
- 97 - Não sabe
- 98 - Não respondeu
- 99 - Não se aplica

APÊNDICE B - Roteiro das Entrevistas com as pessoas em situação de rua**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

Você está nas ruas há quanto tempo?

Você morou nas ruas por quanto tempo? (no caso dos que agora estão acolhidos)

O que levou você a ir às ruas?

Como era a sua rotina nesse tempo em que você viveu nas ruas? (O que você fazia no dia-a-dia? O que você fazia nas ruas?)

Como era sua rotina antes de você morar nas ruas?

Como é sua rotina aqui na Casa de Acolhida? (no caso dos acolhidos)

Existem diferenças entre sua rotina antes de ir para a rua, na rua e agora? Se sim, quais as principais?

Há quanto tempo você está nesta Casa?

Por que motivo você veio à Casa? (O que levou você a vir para cá?)

O que você acha daqui? Por quê? (ela poderá dizer se gosta ou não)

Trabalho antes de ir às ruas e durante

Antes de ir às ruas você trabalhava?

O que você achava do trabalho que executava antes de ir às ruas? (ela poderá dizer se gosta ou não)

O que você fazia com o que você ganhava, seu salário? Você tinha alguma obrigação? Qual?

Com o que você ganhava do trabalho era possível manter seu autossustento e de seus dependentes?

E agora, você trabalha? (no caso de estar em casa de acolhida, separar o momento das ruas “mesmo” e o do acolhimento)

Você sente falta do trabalho?

Por quê? (tanto para “não” quanto para “sim”)

Você tem vontade em trabalhar? Por quê?

Em quê? Por quê?

Pessoas em situação de rua – fim desta situação

O que você acha que contribuiria para que as pessoas não entrassem na situação de rua?

O que você acha que contribuiria para que as pessoas saíssem da situação de rua?

Você acredita que o trabalho pode ajudar a diminuir a existência de pessoas em situação de rua? Como?

Você acredita que essa situação pode um dia acabar?

Saída da casa de acolhida e da situação de rua

Você tem vontade de sair das ruas? E ir para onde? Fazer o que?

Você tem vontade de sair dessa Casa? E ir para onde? Fazer o que? (caso dos acolhidos)

Como uma pessoa que está nas ruas pode sair dessa situação?

Como uma pessoa que já morou na rua e que agora está numa casa de acolhida, pode sair dessa situação? (caso dos acolhidos)

Você acredita que o trabalho pode facilitar a saída dessa situação? Como?

Se sim, você gostaria de trabalhar para sair dessa situação?

Você tem procurado emprego?

Se sim, quais as suas principais dificuldades nessa busca?

Você já foi discriminado por não ter emprego?